

### **3ª ATA DE ESCLARECIMENTOS REFERENTES À CONCORRÊNCIA PÚBLICA INTERNACIONAL N. 05/2016**

Objeto – CONCESSÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E REALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXPLORAÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO QUE INTEGRA O LOTE RODOVIA DOS CALÇADOS.

Pela presente, a Comissão Especial de Licitação constituída pela Portaria ARTESP n. 5, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 21/01/2017 e complementada pela Portaria ARTESP n. 11, publicada em 07/02/2017, leva ao conhecimento público as respostas aos Pedidos de Esclarecimentos sobre o Edital, recebidos no período entre 07/04/2017 e 10/04/2017, nos termos do disposto no subitem 4.1, “ii” do referido instrumento convocatório.

As formulações apresentadas, bem assim as respostas e esclarecimentos que se seguem, passam a integrar o processo licitatório em referência, sendo de observância obrigatória dos licitantes.

Por fim, todos os Pedidos de Esclarecimentos foram organizados por ordem cronológica. Vejamos:

Período de envio dos Pedidos de Esclarecimento: 07/04/2017 a 10/04/2017
Número de questões: <b>Do 43º ao 294º Questionamento</b>

**43º Questionamento:** *“A Concessionária não é responsável pelas medidas ambientais descritas na cláusula 19.2, “iv”, devendo a cláusula 16.1, “xxvi”, ser lida em conjunto com a matriz de riscos constante da cláusula 19 do Contrato. Nosso entendimento está correto?”*

*Ref: Contrato. 16.1. Constituem as principais obrigações da CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo das demais obrigações expressas neste CONTRATO, podendo seu descumprimento acarretar a sujeição às penalidades cabíveis de acordo com o regramento estabelecido pelo ANEXO XI: (...) xxvi. Executar as condicionantes, os programas ambientais e as medidas mitigadoras;*

*19.2. O PODER CONCEDENTE, sem prejuízo das demais disposições deste CONTRATO, assume os seguintes riscos relacionados à CONCESSÃO: (...) iv. Passivos e/ou irregularidades ambientais não conhecidos pelas PARTES, e não relacionados na Listagem de Condicionantes, Passivos e Condicionantes ambientais constante do ANEXO II, cujo fato gerador tenha se materializado antes da celebração do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Os condicionantes, programas ambientais e medidas mitigadoras deverão necessariamente ser executados pela Concessionária. Materializado o risco da cláusula 19.2 “iv” haverá recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

**44º Questionamento:** *“É conferida à nova concessionária uma ampla gama de competências de naturezas regulatória e fiscalizatória, a serem exercidas em relação à concessionária do sistema remanescente. Estas competências revelam o exercício de poderes públicos de autoridade, que não podem ser delegados a particulares, e que repercutirão diretamente na esfera jurídica da*

Concessionária do Sistema Remanescente, podendo implicar consequências graves. Verifica-se, portanto, a indevida renúncia pela ARTESP do exercício de poderes de autoridade. Em última análise, atribui-se à nova concessionária (i) decidir se a concessionária do sistema remanescente cumpriu ou não com as suas obrigações e (ii) aplicar as consequências cabíveis. Sugere-se que tais competências sejam desempenhadas diretamente pela ARTESP, que poderá contar apenas com o auxílio da nova concessionária para a prática de atos estritamente materiais, sem qualquer finalidade fiscalizatória e/ou sancionatória ou o exercício de qualquer poder de decisão.”

*Ref: Contrato, Anexo 18.*

*3.2 Dentre as providências que a CONTRATADA estará autorizada a adotar, e considerando o disposto nos artigos 19, I, e 20, §§1º e 2º, da Lei 7.835, de 8 de maio de 1992, bem como as disposições do item "3 Recebimento" e seus subitens, do Anexo 10, do Contrato de Concessão nº 009/CR/1998, estão incluídas: (...)*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Não se trata de esclarecimento, mas de mudança do Contrato.

**45º Questionamento:** “Entendemos que, no caso da cláusula 39.1.1.1, deverá ser assegurada à Concessionária a apresentação de defesa. Nosso entendimento está correto?”

*Ref: Contrato. 39.1.1.1. Decorrido o prazo fixado sem que a Concessionária sane as irregularidades ou tome providências que, a critério do Poder Concedente, demonstrem o efetivo propósito de saná-las, este proporá a decretação da intervenção ao Governador do Estado de São Paulo, que poderá decretá-la.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Eventual intervenção observará o procedimento próprio da Lei nº 8.987/95.

**46º Questionamento:** *“Quanto à cláusula 43.5, entendemos que caducidade da Concessão acarreta, para a Concessionária, a retenção temporária de seus eventuais créditos decorrentes do Contrato. Nosso entendimento está correto?”*

*Ref: Contrato. 43.5 A caducidade da CONCESSÃO acarretará para a CONCESSIONÁRIA a retenção de seus eventuais créditos decorrentes do CONTRATO, cabendo ao PODER CONCEDENTE: (...)*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Os créditos retidos poderão ser liberados quando do cálculo e pagamento da indenização devida.

**47º Questionamento:** *“A exigência de transferência de direitos autorais de todos os projetos de engenharia pode dificultar sobremaneira a contratação de projetos específicos e de alta complexidade. Por esta razão, sugere-se a exclusão desta cláusula.”*

*Ref: Contrato. 12.8. A CONCESSIONÁRIA cede, sem ônus e definitivamente, à ARTESP e futuras SUCESSORAS deste SISTEMA RODOVIÁRIO, licença para usar os estudos, projetos e outros trabalhos de cunho intelectual criados e utilizados no desenvolvimento do projeto e seus respectivos direitos de propriedade intelectual (incluindo o direito de fazer e utilizar trabalhos dele derivados), inclusive em futuros contratos de concessão, e sem quaisquer restrições na hipótese de condicionarem a continuidade da prestação de serviços, sua atualização e/ou revisão.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Não se trata de esclarecimento, mas de mudança do Contrato.

**48º Questionamento:** “As cláusulas atribuem uma série de obrigações à concessionária como condição ao início da cobrança tarifária. Não foi possível identificar, em contrapartida, qualquer menção quanto aos parâmetros e procedimentos a serem observados pela ARTESP para autorizar o início da cobrança tarifária. Desta maneira, questiona-se: (i) pode-se afirmar que o exame de conformidade será realizado sem oportunidade de manifestação posterior da CONCESSIONÁRIA? (ii) o exame de conformidade será consubstanciado em relatório?”

*Ref: Contrato, Anexo 04. Para as PRAÇAS DE PEDÁGIO localizadas na Malha Rodoviária que figura como escopo do Contrato de Concessão nº 009/CR/1998, após assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA REMANESCENTE, a CONCESSIONÁRIA deverá transferir integralmente os valores arrecadados por meio da cobrança de TARIFA DE PEDÁGIO destas PRAÇAS DE PEDÁGIO à CONTA CENTRALIZADORA, nos termos do Contrato de Administração de Contas e do disposto no ANEXO XVIII, especialmente de item 8.*

*Após recebida a solicitação apresentada pela CONCESSIONÁRIA, a ARTESP deverá, no prazo de até 30 (trinta) dias, verificar o efetivo cumprimento das obrigações descritas nas alíneas acima.*

*Com a validação das obrigações cumpridas quanto às alíneas acima descritas, a ARTESP encaminhará os documentos ao Poder Concedente para sua homologação no prazo máximo de 30 (trinta) dias.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Eventuais não conformidades detectadas serão devidamente indicadas, comunicando-se a Concessionária para saneamento.

**49º Questionamento:** “O emprego de termos como: “exata medida”; “efetivo impacto” e “efetivo prejuízo” confere subjetividade aos parâmetros a serem adotados pelo Poder Concedente na análise de eventuais pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro pela Concessionária, o que poderá, em última instância, dar margem para decisões arbitrárias e desarrazoadas

Assim, como forma de assegurar a imparcialidade, a objetividade e a transparência do contrato, sugerimos nova redação para os itens ora em comento.”

*Ref: Contrato. 20.2.1. Diante da materialização de EVENTO DE DESEQUILÍBRIO, somente caberá a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO com relação à parcela do desequilíbrio pleiteado cuja exata medida for comprovada pelo pleiteante.*

*21.7.3. Se a materialização dos eventos motivadores do pedido por parte da CONCESSIONÁRIA não ensejar efetivo impacto nas condições contratuais e não acarretar efetivo prejuízo decorrente do desequilíbrio na equação econômico-financeira do CONTRATO que possa ser demonstrado em sua exata medida.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Não acatado. Não se trata de esclarecimento, mas de mudança da Minuta do Contrato.

**50º Questionamento:** “O prazo de 48 horas não encontra respaldo na Lei nº. 8.987/1995 e na legislação aplicável às contratações públicas. Além disso, é exíguo, na medida em que desconsidera as peculiaridades de cada caso concreto.”

*Ref: Contrato. 47.3. A Parte que tiver o cumprimento de suas obrigações afetado por caso fortuito ou força maior deverá comunicar à outra Parte a ocorrência do evento, em até 48 horas.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento não está correto. Não se trata de esclarecimento, mas de mudança da Minuta do Contrato.

**51º Questionamento:** “O trecho “impedindo que qualquer responsabilização recaia sobre a ARTESP ou ao Poder Concedente” tem o condão de afirmar que a Concessionária deverá adotar as providências cabíveis para que a ARTESP ou o Poder Concedente não sejam responsabilizados e, se forem, a Concessionária deverá arcar com os encargos decorrentes dessa responsabilização. Está correto este entendimento?”

*Ref: Contrato. 16.1. Constituem as principais obrigações da CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo das demais obrigações expressas neste CONTRATO, podendo seu descumprimento acarretar a sujeição às penalidades cabíveis de acordo com o regramento estabelecido pelo ANEXO I:*

*(...)*

*iv. Realizar, por vias próprias ou mediante contratação de terceiros, todas as obras e demais adaptações da infraestrutura especificadas neste CONTRATO, responsabilizando-se integralmente e impedindo que qualquer responsabilização recaia sobre a ARTESP ou ao Poder Concedente, especialmente no que se referir aos aspectos trabalhistas e de cunho criminal, mesmo nos casos em que as obras e investimentos não sejam diretamente executados pela CONCESSIONÁRIA, observados os requisitos de tempestividade e qualidade estabelecidos neste CONTRATO;*



**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento está correto.

**52º Questionamento:** “O trecho “manter o PODER CONCEDENTE e a ARTESP livres de qualquer litígio” tem o condão de afirmar que a Concessionária deverá tomar todas as providências cabíveis para que a ARTESP e o Poder Concedente fiquem desincumbidos de responder a qualquer litígio, ou ainda, na hipótese de condenação, que a Concessionária deverá suportar os danos. Esta correto este entendimento?”

*Ref: Contrato. 16.1. Constituem as principais obrigações da CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo das demais obrigações expressas neste CONTRATO, podendo seu descumprimento acarretar a sujeição às penalidades cabíveis de acordo com o regramento estabelecido pelo ANEXO XI:*

*(...)*

*xv. Manter o PODER CONCEDENTE e a ARTESP livres de qualquer litígio, assumindo o polo passivo de eventuais ações judiciais movidas por terceiros, decorrentes de atos comissivos ou omissivos por parte da CONCESSIONÁRIA na execução do objeto deste CONTRATO;*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento está correto.

**53º Questionamento:** “O procedimento para aplicação de desconto de reajuste é incompatível com o procedimento sancionatório previsto na Lei Estadual nº 10.177/98, por não haver as devidas etapas de defesa administrativa. Como os efeitos do desconto de reajuste podem ser ainda mais gravosos à Concessionária, é indispensável que o rito desse processo, ao menos, seja compatível com o rito dos processos sancionatórios.



*A proposta de aplicar o desconto cautelarmente é descabida, haja vista que as medidas cautelares devem ser exceção, devendo apenas ser aplicadas na hipótese de preenchidos os requisitos de urgência (periculum in mora) e de veracidade (fumus bonus iuris). Vale pontuar, inclusive, que o Contrato não disciplinou como a Concessionária será reequilibrada na hipótese de a aplicação cautelar do reajuste ser indevida.*

*Para que haja maior legitimidade na apuração do desconto de reajuste, seria necessário que a sua apuração se desse por meio de um Verificador Independente, escolhido pelas Partes.”*

*Ref: Contrato, Anexo 04. Anexo 04 - Estrutura Tarifária.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Não se trata de esclarecimento. A verificação será feita pela ARTESP, na qualidade de agência reguladora, podendo contar com auxílio de terceiros contratados, a seu critério.

**54º Questionamento:** *“A redação da cláusula 11.3 deve ser revista para que as receitas acessórias não integrem a base de cálculo da outorga variável (Poder Concedente) bem como da taxa de fiscalização (ARTESP), uma vez que essas receitas não decorrem da exploração do objeto da Concessão.”*

*Ref: Contrato. 11.3. Toda e qualquer RECEITA ACESSÓRIA integrará a RECEITA BRUTA da CONCESSIONÁRIA, que servirá como base de cálculo para incidência do percentual de 3% (três por cento) referente à OUTORGA VARIÁVEL pago ao PODER CONCEDENTE, bem como o percentual de 3% (três por cento) devido à ARTESP em função do desempenho das atividades de fiscalização.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Não se trata de esclarecimento, mas de mudança da Minuta do Contrato.

**55º Questionamento:** *“A indefinição de parâmetros para compartilhamento de receitas acessórias gera muita insegurança, de modo que é necessário estabelecer parâmetros intermediários de compartilhamento. Desta maneira, questiona-se:*

- (i) os parâmetros para compartilhamento serão pautados em quais critérios?*
- (ii) Os limites de compartilhamento podem estar sujeitos a alterações? Se afirmativo, com qual periodicidade?”*

*Ref: Contrato. Cláusula 11 - Das Receitas Acessórias.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Toda e qualquer receita acessória integrará a receita bruta da Concessionária, que servirá como base de cálculo para incidência do percentual referente à outorga variável pago ao Poder Concedente (3%), bem como o percentual devido à ARTESP a título de ônus de fiscalização (3%). As receitas acessórias que forem provenientes de negócios públicos poderão ter, além da incidência dos percentuais citados acima, regras de compartilhamento de riscos, obrigações e receitas definidos caso a caso.

**56º Questionamento:** *“Como o mercado não elabora seguros incondicionais, essa exigência poderá inviabilizar a contratação de seguros por parte da Concessionária. Nesse sentido, sugere-se uma alteração na redação dessas cláusulas para que elas passem a prever que os seguros devem ser contratados de acordo com as condições de mercado vigentes. Por fim, e considerando a finalidade do contrato de concessão que corresponde a um contrato de fim e não de meios, sugere-se que sejam estipulados critérios*

*mínimos de ranking a serem observados na contratação do seguro, ao invés de submeter a apólice de seguro à aprovação da ARTESP.”*

*Ref: Contrato. 13.5. Juntamente com a elaboração ou revisão dos PLANOS DE INVESTIMENTOS, a CONCESSIONÁRIA deverá elaborar os respectivos PLANOS DE SEGUROS e PLANOS DE GARANTIAS, que apontarão a lista de providências e instrumentos que deverão ser celebrados pela CONCESSIONÁRIA, para assegurar, incondicionalmente, o cumprimento das suas obrigações e investimentos.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** A regulação do setor em vigor será observada, sendo vedada a inclusão de qualquer condicionante ou rito para a execução da apólice, além das estritamente legais e emanadas do órgão regulador brasileiro competente.

**57º Questionamento:** *“Como a Concessionária não possui poder de polícia, faz-se imprescindível que o Poder Concedente discipline o procedimento a ser adotado para o fechamento de acessos.”*

*Ref: Contrato. 17.1. Constituem as principais obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das demais obrigações expressas neste CONTRATO:*

*(...)*

*vii. Avaliar e autorizar eventuais novos ACESSOS no SISTEMA RODOVIÁRIO e revogar a autorização de eventuais ACESSOS existentes, quando for o caso;*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O fechamento de um acesso seguirá o rito da Lei 10.177, de 30 de dezembro de 1.998 - que Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual.

**58º Questionamento:** “A proposta de que a inclusão de novas obras se dê por meio de revisão ordinária, a ser realizada de 4 em 4 anos, permite a interpretação de que não seria admitido outro modo de inclusão de obras novas, o que é bastante delicado, haja vista o caráter dinâmico de um contrato de concessão. Desta maneira, questiona-se: está correta a interpretação da vedação da inclusão de investimentos inicialmente não previstos apenas nos ciclos de Revisão Ordinária?”

*Ref: Contrato. 24.2. Os novos investimentos, não previstos inicialmente no PLANO ORIGINAL DE INVESTIMENTOS, e eventualmente implementados em função do conjunto de ciclos de REVISÃO ORDINÁRIA, não poderão, em seu conjunto, acarretar revisão do PRAZO DA CONCESSÃO que enseje o acréscimo de prazo superior a 15 (quinze) anos e/ou supere, em seu conjunto, o montante de 15% (quinze por cento) do montante inicial total de investimentos sob a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, de acordo com os valores e marcos de obra definidos no ANEXO XXI.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Não está correta a interpretação . É possível a inclusão de investimentos não previstos originalmente em momento distinto da Revisão Ordinária, nos termos do Contrato de Concessão.

**59º Questionamento:** “Apesar de ter sido nomeado como PLANO, o tratamento contratual dado ao PLANO DE INVESTIMENTOS atribui-lhe caráter vinculativo, não só em relação a seus marcos finais, mas também aos marcos iniciais e intermediários, cujo descumprimento pode acarretar a aplicação de multas, desconto por atraso e, até mesmo, caducidade.

Além da inconveniência de tornar assim tão rígido um plano elaborado antes mesmo da celebração do Contrato de Concessão, o acompanhamento que por meio dele se pretende fazer assemelha-se ao que se faz em contratos de

*obras, em que os marcos são medidos para fins de aceitação e pagamento, incompatível, portanto, com as características de uma Concessão, em que o foco do controle deve ser dirigido aos resultados, e não aos meios.”*

*Ref: Contrato. 13.1. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a executar, por sua conta e risco, os serviços compreendidos no PLANO ORIGINAL DE INVESTIMENTOS, nos PLANOS DE INVESTIMENTOS e descritos no EDITAL DE LICITAÇÃO, no presente CONTRATO e nos respectivos ANEXOS, nos prazos e nas condições neles estabelecidos, sem prejuízo da realização de investimentos não previstos nos PLANOS DE INVESTIMENTOS para atendimento dos INDICADORES DE DESEMPENHO.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Não se trata de esclarecimento, mas de mudança da Minuta do Contrato.

**60º Questionamento:** *“Sugere-se a complementação da cláusula, a fim de esclarecer que, quando ocorrer a revisão dos indicadores, não haverá incidência de penalidades sobre os itens até a data das Revisões Ordinárias.”*

*Ref: Contrato, Anexo 03.*

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

*De acordo com o Contrato de Concessão, os Indicadores de Desempenho poderão ser revistos, periodicamente, nos processos de Revisões Ordinárias. Nestas ocasiões, os pesos/percentuais correspondentes aos Indicadores de Desempenho também poderão ser revistos.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Não se trata de esclarecimento, mas de mudança da Minuta do Contrato. Esclarece-se, entretanto, que os indicadores que devem ser cumpridos são aqueles vigentes na execução contratual.

**61º Questionamento:** *“Sugere-se a inclusão da ressalva de que o Plano de Investimentos só pode ser mudado para inclusão de novos investimentos razoáveis, diretamente relacionados ao objeto contratual.”*

*Ref: Contrato. 24.1. A cada ciclo quadrienal, a partir da data de assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL, serão conduzidos os processos de REVISÕES ORDINÁRIAS da CONCESSÃO, o que poderá culminar com a revisão do PLANO DE INVESTIMENTOS ou elaboração de novos PLANOS DE INVESTIMENTOS, bem como dos seus correspondentes CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, PLANO DE SEGUROS e PLANO DE GARANTIAS, e dos INDICADORES DE DESEMPENHO, a fim de adaptá-los às modificações ou alterações que tenham sido percebidas em cada ciclo de REVISÃO ORDINÁRIA, sempre observando o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO e as demais normas contratuais pertinentes.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Não se trata de esclarecimento, mas de mudança da Minuta do Contrato.

**62º Questionamento:** *“O reequilíbrio econômico-financeiro por meio de ressarcimento ou indenização comporta em tese diversas formas (pagamento em espécie, dação em pagamento de bens, cessão de receitas patrimoniais, dentre outros). Desta maneira, questiona-se:*

*(i) O reequilíbrio com base em ressarcimento ou indenização comportará todas as possíveis modalidades ou se restringirá ao pagamento em espécie?”*

*Ref: Contrato. 23.1. O Poder Concedente terá a prerrogativa de escolher o meio pelo qual será implementada a recomposição do equilíbrio econômico-*

*financeiro do Contrato, em especial, mas não exclusivamente pelos seguintes meios: (...)ressarcimento ou indenização;*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O ressarcimento ou indenização previsto na cláusula 23.1 do Contrato é em espécie. A dação em pagamento ou cessão de receitas patrimoniais vem prevista na cláusula 23.2 do Contrato.

**63º Questionamento:** *“Para caracterizar a ocorrência de “atuação reiterada”, deverá ser demonstrado que a Concessionária agiu, por diversas vezes, de forma inadequada ou ineficiente na execução do objeto contratual. Está correto este entendimento?”*

*Ref: Contrato. 43.2. A caducidade da CONCESSÃO poderá ser declarada nos seguintes casos, além daqueles enumerados pela Lei Federal nº 8.987/95, com suas alterações, e sem prejuízo das demais hipóteses previstas neste CONTRATO:*

*(...) ix. Atuação reiterada de forma inadequada ou ineficiente pela CONCESSIONÁRIA, na execução do objeto contratual, tendo por base os INDICADORES DE DESEMPENHO;*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Sim, o entendimento está correto.

**64º Questionamento:** *“Pode-se dizer que a pormenorização das hipóteses em que se admitirá a rescisão antecipada do contrato de concessão em razão de inviabilidade de contratação dos financiamento de longo prazo (6.4, “ii”) mostra-se imprescindível, considerando, na fixação de tais hipóteses, apenas fatores exógenos à concessionária, tais como o cenário macroeconômico.*



*Tal como prevista, a regra tende a estimular a participação de concorrentes descompromissados na licitação, porquanto mitiga muito o risco de obtenção de financiamentos da concessionária, afastando-o inclusive quando a inviabilidade do financiamento for atribuída a causas endógenas à concessionária.”*

*Ref: Contrato. 6.4. O CONTRATO poderá ser extinto antecipadamente por iniciativa de quaisquer das PARTES, quando da eventual ocorrência das seguintes hipóteses, observado o regramento estabelecido por este CONTRATO: (...) ii. Verificação, no 24º (vigésimo quarto) mês contado da assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL, da inviabilidade da contratação do(s) financiamento(s) de longo prazo, nos caso em que seja(m) necessários para a continuidade da CONCESSÃO;*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Não se trata de esclarecimento, mas de mudança da Minuta do Contrato. Esclarece-se, entretanto, que na hipótese do 6.4, ii, (a) apenas será executada se o financiamento for necessário para a continuidade da concessão; e (b) gera cálculo de indenização equivalente àquele da caducidade.

**65º Questionamento:** Visando dar maior efetividade ao procedimento de reajuste da tarifa de pedágio, sugere-se a fixação de prazo máximo para avaliação dos cálculos de reajuste pela ARTESP e para a correspondente aprovação de tais cálculos pelo Poder Concedente, estabelecendo-se, assim, a duração do procedimento.

*Ref: Contrato, Anexo 04. 4.6.3 Aprovação das Tarifas.*

*Os cálculos dos valores atualizados da Tarifa Quilométrica das Praças de Pedágio e da Tarifa Quilométrica Devida da Praça de Pedágio serão elaborados pela CONCESSIONÁRIA em conformidade com a metodologia*

*especificada neste Anexo e apresentados à apreciação da ARTESP, para verificação de consistência e encaminhamento à aprovação do PODER CONCEDENTE.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** A aprovação do reajuste da tarifa de pedágio pelo Poder Concedente será realizada em tempo hábil para a disponibilização das informações necessárias aos usuários.

**66º Questionamento:** *“Embora a Cláusula faça menção somente a atos praticados pelo Poder Concedente e pela ARTESP, requer-se seja esclarecido que também não poderá ser imputada qualquer responsabilidade à Concessionária em decorrência de atrasos provocados por terceiros.”*

*Ref: Contrato. 19.1. A CONCESSIONÁRIA é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados à presente CONCESSÃO, com exceção dos riscos contratual e expressamente alocados ao PODER CONCEDENTE, incluindo os principais riscos relacionados a seguir:*

*xxii. Atraso na entrada em operação comercial das PRAÇAS DE PEDÁGIO, salvo quando comprovado que o atraso decorreu exclusivamente de fato imputável ao PODER CONCEDENTE ou à ARTESP;*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Não se trata de esclarecimento, mas de mudança da Minuta do Contrato.

**67º Questionamento:** *“Embora não haja menção expressa na cláusula contratual, sendo certo que a Concessionária não pode ser responsabilizada por atrasos na conclusão de processos expropriatórios decorrentes de atos ocorridos no âmbito da respectiva ação judicial (para os quais não tenha dado*

causa com exclusividade), requer-se seja esclarecido que tais riscos não poderão ser a ela imputados”.

*Ref: 19.1. A CONCESSIONÁRIA é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados à presente CONCESSÃO, com exceção dos riscos contratual e expressamente alocados ao PODER CONCEDENTE, incluindo os principais riscos relacionados a seguir: (...)*

*xxxvi. Variação nos custos, prazos ou quaisquer outras circunstâncias relacionadas à imissão na posse ou à condução e conclusão dos processos expropriatórios dos imóveis necessários à execução das atividades de exploração do SISTEMA RODOVIÁRIO, ressalvado o caso de atraso na expedição de DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA ou DECLARAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, por culpa exclusiva da ARTESP ou do PODER CONCEDENTE;*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O risco relativo ao processo desapropriatório está previsto na cláusula 19.1 (xxxvi) do Contrato. A Concessionária não será responsabilizada por inexigibilidade de conduta diversa, conforme previsto no Anexo XI do Contrato.

**68º Questionamento:** “A Cláusula 19.1, de forma genérica, atribui à Concessionária o risco decorrente de atrasos no cronograma que não tenham sido expressamente alocados à ARTESP ou ao PODER CONCEDENTE. Entretanto, considerando que a alocação de riscos deve, necessariamente, observar o critério de melhor gerenciamento do risco, atribuindo-se-lhe àquele que detenha condições de evitar ou mitigar os danos decorrentes, requer-se seja esclarecido que a Concessionária não poderá ser responsabilizada por atos aos quais não tenha dado causa, sobretudo quando praticados por terceiros.”

*Ref: Contrato. 19.1. A CONCESSIONÁRIA é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados à presente CONCESSÃO, com exceção dos riscos contratual e expressamente alocados ao PODER CONCEDENTE, incluindo os principais riscos relacionados a seguir: (...)*

*ix. Atraso no cumprimento dos cronogramas e prazos estabelecidos neste CONTRATO, especialmente no prazo dos marcos finais expressos no(s) CRONOGRAMA(S) vigentes, sempre que o atraso estiver relacionado a obrigações e riscos que não tenham sido expressamente alocadas à ARTESP ou ao PODER CONCEDENTE;*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** A Concessionária não será responsabilizada por inexigibilidade de conduta diversa, conforme previsto no Anexo XI do Contrato.

**69º Questionamento:** “A Cláusula 23.1 confere ao Poder Concedente a prerrogativa de escolher a modalidade pela qual será implementada a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro. Entretanto, por força de lei, todas as cláusulas econômico-financeiras do Contrato só podem ser alteradas mediante acordo entre as partes (cf. art. 58, §1º, da Lei nº 8.666/93). Diante disso, questiona-se se será concedida à Concessionária a oportunidade para se manifestar, previamente, em face da modalidade eleita. Vale destacar que a participação prévia da Concessionária mitiga o risco de conflito, caso o mecanismo eleito pelo Poder Concedente não se revele apto a promover a recomposição do Contrato.”

*Ref: Contrato. 23.1. O PODER CONCEDENTE terá a prerrogativa de escolher a modalidade pela qual será implementada a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, em especial, mas não exclusivamente, dentre as seguintes modalidades:*

*i. Prorrogação ou redução do PRAZO DA CONCESSÃO;*

- ii. *Revisão no valor da TARIFA QUILOMÉTRICA;*
- iii. *Ressarcimento ou indenização;*
- iv. *Alteração do PLANO ORIGINAL DE INVESTIMENTOS ou do PLANO DE INVESTIMENTOS vigente;*
- v. *Revisão dos valores de OUTORGA fixa ou variável;*
- vi. *Combinação das modalidades anteriores ou outras permitidas pela legislação, a critério do PODER CONCEDENTE e observada a Cláusula 23.2.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** A decisão quanto à escolha das modalidades previstas na cláusula 23.1 do Contrato cabe ao Poder Concedente, sem prejuízo de eventual manifestação da Concessionária a respeito.

**70º Questionamento:** *“A redação da Cláusula dá margem à interpretação de que só serão recompostos os desequilíbrios já verificados, não se admitindo o reequilíbrio de eventos futuros. Tal interpretação não faz sentido, uma vez que é comum a existência, durante a execução do contrato, de desequilíbrios contínuos, que se prolongam no tempo (p. ex., superveniente isenção ou benefício tarifário concedido a determinada categoria de usuários). Nessas hipóteses, costuma-se realizar o reequilíbrio dos impactos futuros por meio de projeções, evitando-se a necessidade de se discutir o reequilíbrio em diversas oportunidades. Dessa forma, requer-se seja esclarecido que também caberá reequilíbrio de eventos futuros, por meio de projeções.”*

*Ref: Contrato. 20.2.1. Diante da materialização de EVENTO DE DESEQUILÍBRIO, somente caberá a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO com relação à parcela do desequilíbrio pleiteado cuja exata medida for comprovada pelo pleiteante.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Caberá reequilíbrio para todo e qualquer evento de desequilíbrio materializado, nos termos da Cláusula Vigésima do Contrato.

**71º Questionamento:** *“Não há menção sobre a existência de um percentual/valor limite para aplicação dos descontos tarifários, ao contrário do que foi sinalizado nas primeiras audiências públicas sobre o Edital. Trata-se de um ponto sensível, na medida que, ainda que a Agência atue de forma isenta na avaliação do Índice de Qualidade e Desempenho (IQD) e do Desconto por Atraso e Inexecução das Etapas Construtivas (DA), a aplicação ilimitada dos descontos poderá representar uma perda tarifária significativa. Diante disso, requer-se sejam fixados limites objetivos para tais descontos.”*

*Ref: Contrato, Anexo 04. 4.6.2 Incidência de Coeficiente De Desempenho Dos Serviços Prestados (CSP) e Desconto por Atraso e Inexecução das Etapas Construtivas.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Os limites já estão fixados no Anexo IV do Contrato.

**72º Questionamento:** *“Em se tratando de contrato de concessão, o controle do cumprimento do objeto contratual deve ser de resultados, não de meios, de modo que se mostra inadequada a aplicação de descontos por atraso em marcos intermediários de obras. Dessa forma, faria sentido a incidência de um desconto em razão da não entrega de uma obra como um todo (resultado), mas não em razão do não cumprimento de marcos intermediários (meio). A partir de tal premissa, questiona-se: a definição prevista na Minuta do Contrato de Concessão observa tais peculiaridades, próprias do regime jurídico do contrato de concessão?”*

*Ref: Contrato. Definição: Desconto por Atraso ou Inexecução de Obras: O índice a ser aplicado no cálculo anual do valor da tarifa de pedágio e da RECEITA TARIFÁRIA DEVIDA em virtude de atraso ou da inexecução das etapas construtivas previstas no CRONOGRAMA FÍSICO-XECUTIVO e/ou CRONOGRAMAS FÍSICO-FINANCEIROS e pactuados entre a CONCESSIONÁRIA e ARTESP nos PLANOS DE INVESTIMENTOS, conforme regramento do ANEXO III.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Não se trata de esclarecimento, mas de mudança da Minuta do Contrato. Esclarece-se que os marcos intermediários serão apresentados pela Concessionária e avaliados tecnicamente pela ARTESP, conforme as etapas construtivas previstas no Anexo III da Minuta do Contrato.

**73º Questionamento:** “Requer-se seja esclarecido como ocorrerá o procedimento para pagamento da indenização mencionada na cláusula 43.9 da Minuta do Contrato de Concessão.”

*Ref: Contrato. 43.9. O PODER CONCEDENTE poderá promover nova licitação do serviço concedido, atribuindo ao futuro vencedor o ônus do pagamento da indenização diretamente aos financiadores da antiga CONCESSIONÁRIA, ou diretamente a esta, conforme o caso.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O procedimento será definido na licitação própria.

**74º Questionamento:** “Requer-se sejam detalhadas as hipóteses de intervenção, com a exclusão e o esclarecimento dos termos subjetivos e dos conceitos jurídicos indeterminados empregados na Cláusula 39.1 do Contrato



de Concessão, a fim de assegurar que tal medida seja utilizada pelo Poder Concedente apenas em situações de real necessidade. Além disso, cumpre ressaltar que o procedimento da intervenção deve ser detalhado na minuta contratual.”

*Ref: Contrato. 39.1. O Poder Concedente poderá, sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a qualquer tempo, intervir na Concessão para assegurar a regularidade e adequação das obras, a continuidade da prestação de serviços concedidos e/ou o cumprimento pela CONCESSIONÁRIA das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes. Entre as situações que ensejam a intervenção, incluem-se:*

- i. Cessação ou interrupção, total ou parcial, da execu  o da obra ou da presta  o de serviços objeto deste CONTRATO, pela CONCESSIONÁRIA;*
- ii. Deficiências graves na organiza  o da CONCESSIONÁRIA que comprometam o devido cumprimento das obriga  es assumidas no âmbito da CONCESSÃO;*
- iii. Deficiências graves no desenvolvimento das atividades objeto deste CONTRATO;*
- iv. Situa  es nas quais a opera  o do SISTEMA RODOVIÁRIO pela CONCESSIONÁRIA ofereça riscos    continuidade da adequada presta  o dos serviços contratados;*
- v. Situa  es que ponham em risco o meio ambiente, a segurança de pessoas ou bens, o erário ou a saúde pública ou da popula  o;*
- vi. Graves e/ou reiterados descumprimentos das obriga  es deste CONTRATO;*
- vii. Não apresenta  o ou renova  o das apólices de seguro necessárias ao pleno e regular desenvolvimento contratual;*

*viii. Atribuição à CONCESSIONÁRIA de notas de desempenho inferiores a 50% (cinquenta por cento) das metas estabelecidas pelos INDICADORES DE DESEMPENHO na prestação do serviço, mesmo sem comprometimento da situação financeira da CONCESSIONÁRIA, por pelo menos 03 (três) meses consecutivos ou 06 (seis) meses não consecutivos no período de um ano; e*

*ix. Utilização da infraestrutura da CONCESSÃO para fins ilícitos.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Não se trata de esclarecimento, mas de mudança da Minuta do Contrato.

**75º Questionamento:** “A “*dificuldade injustificada*” deve decorrer diretamente de conduta atribuída exclusivamente à Concessionária. Este entendimento está correto? Além disso, diante da gravidade da medida e da subjetividade do termo “*dificuldade injustificada*”, requer-se sejam expostos parâmetros mais objetivos para caracterizá-lo, de modo a fortalecer a segurança jurídica do Contrato.”

*Ref: Contrato. 43.2. A caducidade da CONCESSÃO poderá ser declarada nos seguintes casos, além daqueles enumerados pela Lei Federal nº 8.987/95, com suas alterações, e sem prejuízo das demais hipóteses previstas neste CONTRATO: (...) viii. Não manutenção da integralidade das garantias e seguros exigidos e eventual inviabilidade ou dificuldade injustificada na execução dos seguros e garantias pela ARTESP ou pelo PODER CONCEDENTE, nas hipóteses ensejadoras de execução.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Não se trata de esclarecimento, mas de mudança da Minuta do Contrato.

**76º Questionamento:** *“Aponta-se a incongruência existente na parte final das redações das subcláusulas, em razão de não ser possível haver saldo não amortizado ao final da concessão, conforme disposto na Cláusula 48.3.1. Dessa forma, sugere-se a alteração do texto.”*

*Ref: Contrato. 12.6. Todos os investimentos previstos originalmente neste CONTRATO DE CONCESSÃO, inclusive a manutenção e substituição de BENS REVERSÍVEIS, deverão ser depreciados e amortizados pela CONCESSIONÁRIA no PRAZO DA CONCESSÃO, não cabendo qualquer pleito ou reivindicação de indenização por eventual saldo não amortizado ao fim do PRAZO DA CONCESSÃO, quanto a esses bens. 48.3.1. Eventual custo com estes investimentos deverá ser amortizado e depreciado antes do término da vigência do CONTRATO, não tendo a CONCESSIONARIA direito a indenização a respeito.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Não se trata de esclarecimento, mas de mudança da Minuta do Contrato.

**77º Questionamento:** *“Considerando a faculdade que é atribuída à ARTESP, questiona-se: i) a Concessionária poderá se manifestar, previamente, acerca da viabilidade de adoção desses parâmetros de atualidade? ii) a ARTESP levará em consideração o tempo demandado para as modificações e o custo que a adoção desses parâmetros de atualidade acarretará? iii) Tendo em vista a indeterminação da expressão “parâmetros de atualidade”, como será definido o limite a partir do qual a sua adoção poderá ensejar o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato?”*

*Ref: Contrato. 15.1.1. A ARTESP poderá adotar como parâmetro de atualidade outras experiências e produtos desenvolvidos e adotados por outros agentes,*

*nacionais e internacionais, do setor e demais concessionárias de serviços públicos.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** i) a Concessionária poderá se manifestar previamente às decisões da ARTESP sobre a atualidade do Sistema; ii) Sim, deverá ser acordado o tempo para as modificações com vistas à atualização tecnológica, entretanto, o custo é de responsabilidade da Concessionária; iii) As regras que delimitam a necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro em virtude de investimentos em inovações tecnológicas que superem a exigência de atualidade estão contidas na Minuta do Contrato. Entende-se que as inovações tecnológicas necessárias apontadas na Cláusula 19.1 xvi. da Minuta do Contrato será equivalente ao dever de atualidade presente na Cláusula 15.1.

**78º Questionamento:** *“Requer-se seja esclarecido pela ARTESP quais meios de prova ela espera obter da Concessionária para se certificar de que a contratação de financiamentos e/ou emissão de títulos e valores mobiliários não compromete a continuidade e a qualidade da prestação dos serviços da Concessão.”*

*Ref: Contrato. 37.3. O pleito de anuência prévia a ser apresentado pela CONCESSIONÁRIA deverá ser acompanhado da documentação pertinente para caracterização e explicação da operação pretendida, e de demais documentos que venham a ser eventualmente exigidos pela ARTESP, especialmente aqueles que sejam necessários à demonstração dos seguintes aspectos:*

*(i) Prova de não comprometimento da continuidade na prestação dos serviços objeto deste CONTRATO;*

*(ii) Prova de não comprometimento da qualidade na prestação dos serviços objeto deste CONTRATO;*

*37.1. Dependem de prévia anuência da ARTESP, sem prejuízo das demais hipóteses previstas neste CONTRATO e na legislação e regulação aplicável, os seguintes atos eventualmente praticados pela CONCESSIONÁRIA, sob pena de aplicação das sanções previstas no ANEXO XI, inclusive podendo ensejar a decretação da caducidade da CONCESSÃO:*

*(...)*

*viii. Contratação de qualquer financiamento, emissão de títulos e valores mobiliários, toda e qualquer operação de dívida contratada pela SPE, contratação de seguros e garantias;*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** A análise será feita pela ARTESP levando-se em conta os termos do financiamento.

**79º Questionamento:** *“O item 15.1.1 do Edital dispõe que, após o julgamento dos recursos eventualmente interpostos contra a decisão proferida na fase de habilitação, e após a submissão do resultado do processo licitatório ao Conselho Diretor da ARTESP, deverá ser publicado o ato de homologação da licitação, adjudicação do objeto e convocação da Adjudicatária para cumprimento das exigências pré-contratuais.*

*O item 16.5 prevê, então, um prazo para cumprimento de tais exigências: até 7 (sete) dias úteis antes da data prevista para assinatura do Contrato, a Adjudicatária deverá cumprir todas as condições de assinatura listadas naquele dispositivo. Dentre as condições, está a constituição da Sociedade de Propósito Específico – SPE.*

*O problema é que, no item 16.2, quando se faz referência à convocação para a assinatura do Contrato – momento em que, segundo a redação do item 16.5, a SPE ainda não estaria constituída –, cita-se que a própria SPE será convocada para tal ato em até 30 dias.*

*Em razão do conflito entre tais disposições editalícias, pedimos seja esclarecido este ponto.”*

*Ref: Edital. 15.1.1 e 16.5.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** A convocação para apresentação dos documentos necessários à assinatura do contrato será da Licitante vencedora.

**80º Questionamento:** *“Em caso de atraso de obras previstas no Plano Original de Investimentos por culpa da Concessionária, entendemos que o Poder Concedente não poderá, concomitantemente: i) realizar o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato, ii) aplicar multa pelo atraso e, ainda, iii) efetuar o desconto na tarifa em razão do mesmo atraso, sob pena de estar penalizando a Concessionária mais de uma vez pelo mesmo fato (bis in idem), contrariando as regras previstas em nosso ordenamento jurídico. Está correto nosso entendimento?”*

*Ref: Contrato. Anexo 07 - Item 2.1.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento não está correto.

**81º Questionamento:** *“Considerando a definição de Estudo de Viabilidade Técnica e Econômico-Financeira contida na minuta do Contrato, entendemos que o EVTE é o documento apresentado como Anexo 23 do Edital e Anexo 21 do Contrato. Está correto nosso entendimento?”*

*Ref: Contrato. 1.1 Definições (...) EVTE.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento está correto

**82º Questionamento:** *“O Cronograma Físico-Executivo a ser elaborado e entregue pela licitante vencedora como condição para assinatura do Contrato deverá ser elaborado levando em consideração os valores atribuídos aos investimentos e cronograma previstos no documento disponibilizado no Anexo 24 do Edital? O Cronograma Físico-Executivo a ser apresentado pela Licitante vencedora poderá apresentar marcos intermediários diversos dos marcos intermediários apresentados no documento constante do Anexo 24 do Edital e Anexo 21 do Contrato? Tal Cronograma Físico-Executivo deverá ser apresentado com os percentuais de execução de cada obra por ano, ou com os quantitativos a serem realizados por ano?*

*O Plano Original de Investimentos, a ser entregue pela licitante vencedora como condição para assinatura do contrato, deverá contemplar as obras e investimentos previstos para todo o prazo da Concessão, isto é, 30 anos, ou apenas as obras e investimentos a serem realizados nos 8 primeiros anos da Concessão?”*

*Ref: Edital. 16.5. Em até 07 (sete) dias úteis anteriores à data prevista para assinatura do CONTRATO, a ADJUDICATÁRIA deverá: vii. Apresentar PLANO ORIGINAL DE INVESTIMENTOS, de acordo com as diretrizes apresentadas no CONTRATO e, especialmente, em seus ANEXOS VI e VII, com detalhamento das obras e investimentos lá apresentados, e que deverá conter cronograma físico-executivo, contemplando a indicação dos quantitativos para cada investimento, bem como o desenvolvimento previsto para a execução de cada etapa construtiva dos investimentos, seja no que tange à indicação de prazos para início e conclusão, seja quanto à definição de marcos*



*intermediários, os quais serão vinculativos para a CONCESSIONÁRIA, devendo estar dispostos em periodicidade pelo menos semestral.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O cronograma físico-executivo deverá ser elaborado levando em consideração os investimentos previstos no EVTE, mas não deverá apresentar valores. Poderão ser apresentados marcos intermediários distintos, desde que sejam observados os marcos iniciais e finais previstos no Anexo VII do Contrato. O cronograma físico-executivo deverá ser apresentado com os percentuais de execução de cada obra por período semestral. Todas as obras e investimentos constantes do Quadro de Diretrizes para o Plano Original de Investimentos (POI), do Anexo VII, deverão constar no Plano apresentado pela Concessionária.

**83º Questionamento:** *“O acompanhamento da execução dos investimentos será feita pelo EVTE (documento do Anexo 23 do Edital e Anexo 21 do Contrato) ou pelo Plano Original de Investimentos entregue pela licitante vencedora?”*

*Ref: Contrato. N/A*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O acompanhamento se dará pelo cronograma físico – executivo a ser apresentado pela Concessionária.

**84º Questionamento:** *“Esse reequilíbrio irá considerar os prazos previstos no Cronograma Físico-Executivo entregue pela licitante vencedora como condição de assinatura do Contrato?”*

*Para efeitos de reequilíbrio, quais serão as premissas de tráfego e OPEX a serem consideradas?”*

*Ref: Contrato. 22.3.1. Na ocorrência dos EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO decorrentes de atrasos ou antecipações dos investimentos previstos no PLANO ORIGINAL DE INVESTIMENTOS ou no pagamento da OUTORGA FIXA, a recomposição será realizada levando-se em consideração os valores atribuídos aos investimentos, bem como a Taxa Interna de Retorno estabelecida no ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICA.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Sim, irá considerar o cronograma físico-executivo entregue pela licitante vencedora e aprovado pela ARTESP. As premissas para tráfego e OPEX estão descritas na Cláusula 22 da Minuta do Contrato.

**85º Questionamento:** *“Entendemos que, para a apuração do Índice de qualidade estabelecido no Contrato, deverá ser contratada uma empresa independente para realizar essa avaliação, que não esteja relacionada a nenhuma das partes, de modo a conferir maior transparência e isenção ao processo de apuração de tais índices. Está correto nosso entendimento?”*

*Ref: Contrato. 1.1 Definições (...) Índice de Qualidade e Desempenho (IQD).*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento não está correto.

**86º Questionamento:** *“Em caso de intervenção, o interventor administrará ativos e passivos em nome da Concessionária e, portanto, também será responsável pelo pagamento dos impostos incidentes sobre a arrecadação tarifária. Este entendimento está correto? Além disso, questiona-se como será operacionalizada a transferência dos valores da Concessionária ao interventor.”*

*Ref: 39.5. No período de intervenção, a CONCESSIONÁRIA não fará jus à arrecadação da RECEITA TARIFÁRIA.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Em caso de intervenção, o interventor administrará ativos e passivos em nome da Concessionária, que inclui a administração das contas e recolhimento de impostos e tributos, de acordo com o Plano de Recuperação, a ser elaborado pelo interventor.

**87º Questionamento:** *“Para garantir ao usuário a comunicação com o CCO através do Sistema Eletrônico de Troca de Informações via Rede de Dados sem fio, a disponibilização da comunicação com os dispositivos móveis será do usuário em movimento ou parado?”*

*Ref: Contrato, Anexo 05 - Serviços Correspondentes a Funções Operacionais.  
10 SISTEMA ELETRÔNICO DE TROCA DE INFORMAÇÕES COM O USUÁRIO VIA REDE DE DADOS*

*A CONCESSIONÁRIA deverá garantir ao usuário a comunicação com o CCO através do Sistema Eletrônico de Troca de Informações com o Usuário via Rede de Dados sem fio (Intranet sem fio corporativa, de uso aberto e gratuito aos usuários, sem acesso à internet), com cobertura de 100% da malha viária concedida.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** A disponibilização da comunicação com os dispositivos móveis deverá ser tanto ao usuário em movimento, quanto ao parado.

**88º Questionamento:** *“Entendemos que a comprovação de que a licitante não se enquadra em nenhuma das situações previstas no item em questão deve ser feita mediante apresentação de declaração da própria licitante. Está correto nosso entendimento?”*

*Ref: Edital. 13.36. No caso de utilização dos atestados a que se refere o item 13.36, a LICITANTE deverá comprovar que a empresa em nome da qual o atestado foi emitido originalmente não se enquadra em nenhuma das situações previstas no item 8.2 deste EDITAL.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento está correto.

**89º Questionamento:** “A Cláusula 37.3.1 prevê que a Concessionária deverá providenciar a imediata substituição dos bens a serem alienados por bens novos. Ocorre que a alienação de bens da concessão não implica, necessariamente, impossibilidade de uso pela Concessionária, o que não justifica a sua substituição. Dessa forma, requer-se seja esclarecido que a substituição por bens novos ocorrerá apenas nos casos em que a Concessionária não puder usar os bens alienados.”

*Ref: Contrato. 37.3.1. Caso o pedido de anuência prévia tenha como escopo alguma operação que impacte os bens da CONCESSÃO, deverá ser apresentado o compromisso da CONCESSIONÁRIA em realizar, se for o caso, a imediata substituição dos bens a serem alienados ou transferidos, por bens novos, de funcionalidade semelhante e tecnologia igual ou superior, salvo se houver expressa anuência da ARTESP para a sua não realização.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento está correto.

**90º Questionamento:** “No QUADRO 9B - IMOBILIZADO / INVESTIMENTOS os valores para construção dos PGFs estão no 1º ano.

*Tendo em vista a inconsistência entre o ANEXO 7 e o QUADRO 9B , solicitamos esclarecimentos sobre qual o prazo para construção dos PGFs, 1º ano (QUADRO 9B) ou 24 meses (ANEXO 7)?”*

*Ref: CONTRATO - ANEXO 7 (folha 30 de 66). 3.3.2 Sistema de Controle de Fiscalização*

#### *3.3.2.1 Posto Geral de Fiscalização (PGF)*

*Para a 1ª Fase a CONCESSIONÁRIA deverá implantar, num prazo de 24 (vinte e quatro) meses contados a partir da Data de assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL, 02 (dois) PGFs sendo um na pista Sul e outro na pista Norte da Rodovia SP 255. As localizações dos PGFs são sugeridas no Anexo 02 – SITUAÇÃO ATUAL, porém poderão ser realocadas conforme sugestão da CONCESSIONÁRIA, mediante autorização prévia da ARTESP.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O cronograma de implantação deve respeitar os prazos previstos no quadro de diretrizes para o POI do Anexo VII.

**91º Questionamento:** *“No levantamento dos pleitos de ocupação da faixa de domínio constam 02 (dois) tipos de situações: processo em análise ou deferida.*

*Podemos entender que os casos "em análise" serão analisados pela nova Concessão e a Concessionária poderá cobrar a título de receita acessória? Já casos já deferidos, também serão recebidos pela Concessionária ou os valores continuarão sendo pagos para o DER?”*

*Ref: CONTRATO - ANEXO 2 (folha 364 de 384).*

#### *8. ESTUDO REFERENCIAL DE OCUPAÇÕES DA FAIXA DE DOMÍNIO E INTERFERÊNCIAS*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Para os pleitos já deferidos a receita passará a ser computada para a Concessionária. Se houver pleitos ainda em análise quando da assinatura do contrato, o pedido deve ser avaliado pela concessionária, em face das normas que regulam a matéria.

**92º Questionamento:** *“Tendo em vista que as homologações e certificações não são de competência e não dependem da Concessionária, caso a mesma comprove que possíveis atrasos não foram de sua responsabilidade, a mesma estará isenta da penalidade?”*

*Ref: CONTRATO - ANEXO 11 - PENALIDADES (TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DE INFRAÇÕES, ITENS 11 - 12 - 15).*

*Homologação dos equipamentos e sistema dentro dos prazos estabelecidos pela ARTESP/Contrato.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** As regras para exclusão de antijuridicidade e culpabilidade estão descritas no Anexo XI.

**93º Questionamento:** *“Levando em consideração a evolução dos sistemas computacionais, necessidade de alta disponibilidade, redundância, fácil acesso as informações: admitisse que os principais bancos de dados da concessão, sejam, durante o período concedido, mantidos em sistema centralizador de informação ("Nuvem" - Data Center de alta performance e segurança sediados fora da unidade física da concessionária)? Nesse caso todos os trabalhos operacionais e técnicos dependentes dessas informações permaneceriam na concessionária conforme previsto em contrato, apenas a informação estaria alocada em local apartado objetivando única e exclusivamente aproveitamento dos novos modelos de segurança da informação e disponibilidade das informações. “*

*Ref: CONTRATO - ANEXO 5 - BANCO DE DADOS. Disponibilidade Banco de Dados.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Sim.

**94º Questionamento:** *“A Concessionária, para garantir ao usuário a comunicação com o CCO através do Sistema Eletrônico de Troca de Informações com o Usuário via Rede de Dados sem fio, poderá formar parcerias com as operadoras de sistema de telefonia móvel ou empresas que fornecem serviços de navegação via satélite (exemplo: GoogleMaps, Waze)? Existindo a possibilidade de formar parcerias com as operadoras de sistema de telefonia móvel, a concessionária poderá implantar repetidores de sinais permitindo a cobertura de 100% da malha rodoviária concedida?”*

*Se houver Rede de Dados sem fio a ser disponibilizada pela concessionária, esta poderá ser explorada de forma a prover outros serviços complementares, podendo inclusive vir a gerar receita acessória para a empresa ?”*

*Ref: Contrato, Anexo 05 - Serviços Correspondentes a Funções Operacional.*

*O Anexo 05 do Contrato, item 10, p. 59, prevê que “A CONCESSIONÁRIA deverá garantir ao usuário a comunicação com o CCO através do Sistema Eletrônico de Troca de Informações com o Usuário via Rede de Dados sem fio (Intranet sem fio corporativa, de uso aberto e gratuito aos usuários, sem acesso à internet), com cobertura de 100% da malha viária concedida”.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Sempre com autorização prévia e expressa da ARTESP a Concessionária poderá:

- a) formar parcerias com empresas que fornecem serviços de navegação via satélite;
- b) firmar parcerias com as operadoras de sistema de telefonia móvel, desde que atenda os requisitos de devolução previstos no Anexo X do Contrato;



c) Implantar repetidores de sinais e/ou explorar rede de dados sem fio, desde que sejam observadas as diretrizes de ocupação de faixa de domínio conforme previsto contratualmente.

**95º Questionamento:** *“Como o CONTRATO cita a questão da pista automática para motos, apenas para deixar claro que não existe ainda sistema homologado, não tendo esta obrigatoriedade inicialmente.*

*a. Podemos também realizar este tipo de cobrança em todas as pistas manuais?*

*b. Com relação a cobrança automática para motos, há um modelo homologado pela Artesp?”*

*Ref: CONTRATO - ANEXO 7.*

*No anexo 7 do contrato, item 3.3.1.1 pag. 26 exige-se que tenhamos Pistas exclusiva para cobrança de Moto contemplando cobrança manual e automática.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Sim, o entendimento exposto no item “a” está correto. Para o item “b” não há modelo homologado atualmente pela ARTESP.

**96º Questionamento:** *“Com relação as obras de ampliação por capacidade que não estão previstas no Anexo VII, entendemos que tais obras, caso necessárias, serão reequilibradas. Está correto este entendimento?”*

*Ref: Anexo VII*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Sim, entendimento está correto, conforme item 3.2.1 do Anexo VII

**97º Questionamento:** *“No Anexo 4 – estrutura Tarifária, item 4.2.1. estabelece que “A Requalificação Tarifária apenas ocorrerá com a expressa anuência da Artesp, necessariamente após a competente vistoria, que atestará a conclusão de implantação de 100% (cem por cento) do Projeto Executivo da duplicação, assim como a implantação de todos os dispositivos, equipamentos e sistemas que compõem o trecho duplicado, essenciais à liberação e à entrada em operação em segurança”. Entendemos que para os projetos de duplicações com prazo total de 4 anos, estaremos operando no 2º (segundo) ano, conforme orientações do Edital com 3% de pista dupla tarifado como pista simples, no 3º ano operando com 33% de pista dupla tarifado como pista simples e assim sucessivamente até o final completo da duplicação. Está correto este entendimento?”*

*Ref: No Anexo 4 – estrutura Tarifária, item 4.2.1.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** A requalificação tarifária se dará conforme previsto no item 4.2.1 do Anexo IV, da Minuta do Contrato.

**98º Questionamento:** *“No trecho urbano de Itaporanga estão previstos dois dispositivos nos km 351,83 e 357,1. Entre estes dispositivos, no km 355,6 existe atualmente uma rotatória em nível para mobilidade do bairro Santo Antônio do lado sul e que ficará isolado da cidade pela rodovia (após duplicada) e pelo Rio Verde. De acordo com o estabelecido no Edital, a concessionária deve considerar que o acesso do bairro para a cidade seja feito pelo dispositivo do km 357,1 e retorne até a cidade?”*

*Ref: Anexo 12.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Sim. O projeto funcional referencial considerou o acesso do bairro para a cidade realizado pelo dispositivo do km 357,1. Propostas de soluções alternativas poderão ser concebidas pela Concessionária quando da elaboração dos seus respectivos projetos funcionais e submetidas à aprovação da ARTESP.

**99º Questionamento:** *“No anexo 2, nas páginas 16, 17, 30, 41, 46, 53, 63, 70, 75, 77 e 130 segundo a legenda do retográfico está previsto a implantação de vias marginais. Contudo, os referidos trechos não constam no Plano Original de investimentos. Questiona-se, qual documento a licitante deve considerar para preparar sua proposta?”*

*Ref: Anexo 02 – Sistema Rodoviário e Anexo 07 - Serviços Correspondentes a Funções de Ampliação do Contrato.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Deverão ser considerados os investimentos citados no Plano Original de Investimentos, constantes do Anexo VII da Minuta do Contrato.

**100º Questionamento:** *“No anexo 2, na página 182, contem o retográfico da SPA 352/334 com 2,1 km de extensão, em campo na saída do km 352 existe a rodovia Virgílio Scavazza com comprimento de 932 metros e não existem as interseções, retorno e trechos urbanos apenas a coincidência que não possui acostamento. Já na saída do km 353 temos a SPA-353 (antiga SP-334) compatível com o retográfico com exceção do acostamento que é existente. É correto o entendimento de que onde se lê SPA 352/334 considera-se SPA 353/334?”*

*Ref: Anexo 02 – Sistema Rodoviário com rodovia existente.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Erro material corrigido quando da republicação do Edital.

**101º Questionamento:** “O contrato/edital considera em seus anexos a Rodovia SP-249 do km 144+150 ao km 158+400 em sobreposição com a SP-255, contudo, na realidade no local prevalece os marcos quilométricos da SP-255. Pergunta-se, qual rodovia e quilometragem deverá ser adotada? Serão renomeadas as obras? Deverá ser feita a substituição de todas as placas indicativas de rodovia e os marcos quilométricos?”

*Ref: Anexo 02 – Sistema Rodoviário com rodovia existente, Anexo 07 - Serviços Correspondentes a Funções de Ampliação do Contrato e Anexo 21 EVTE.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** a) Segundo regramento vigente do DER prevalecerá a rodovia de menor numeração; b) Poderão ser renomeadas as obras; c) A sinalização deverá ser adequada para a rodovia que prevalecerá.

**102º Questionamento:** “No anexo 2 na página 14 temos a implantação de passarela no km 156+500 da SP-249, no anexo 21 temos a implantação de Passarela na SP 249 - km 146,05, podemos considerar que trata-se da mesma obra e que houve erro de digitação? Se esse não for o entendimento, qual a localização correta dessa passarela?”

*Ref: Anexo 2 e Anexo 21.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Deverão ser consideradas as passarelas previstas no Anexo XXI, da Minuta do Contrato.

**103º Questionamento:** “No anexo 21 temos implantação de Passarela na SP 330 - km 316+700, e no anexo 2 na página 153 temos a legenda de passarela existente no km 316+600 e não informa nenhuma implantação. Haverá necessidade de implantação de uma passarela a 100 m de distância da outra passarela já existente?”

*Ref: Anexo 2 e Anexo 21.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Deverão ser consideradas as passarelas previstas no Anexo XXI, da Minuta do Contrato.

**104º Questionamento:** “No anexo 21 temos implantação de Passarela na SP 334 - km 338+300, e no anexo 2 na página 164 temos a legenda de passagem de pedestre existente no km 338+200 e não informa nenhuma implantação. Haverá necessidade de implantação de uma passarela a 100 m de distância da outra passarela já existente?”

*Ref: Anexo 2 e Anexo 21*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Deverão ser consideradas as passarelas previstas no Anexo XXI, da Minuta do Contrato.

**105º Questionamento:** “No anexo 21 temos implantação de Passarela na SP 397/334 - km 6+6000, e no anexo 2 na página 184 não há nenhuma legenda de implantação. Haverá necessidade de implantação dessa passarela indicada na SP 397/334 - km 6+6000?”

*Ref: Anexo 2 e Anexo 21*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Deverão ser consideradas as passarelas previstas no Anexo XXI, da Minuta do Contrato.

**106º Questionamento:** “No anexo 02 na página 37 na SPA-077/255 temos a legenda de implantação de ciclovia entre os kms 1+300 e 2+200, essa implantação não consta no anexo 7 e em vistoria foi constatado que a ciclovia existe em toda extensão da SPA. Entendemos que o anexo 02 deve ser corrigido para excluir a implantação de ciclovia entre os kms 1+300 e 2+200 na SPA-077/255.”

*Ref: Anexo 2 e Anexo 7*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Deverão ser consideradas as ciclovias previstas nos Anexos VII e XXI, da Minuta do Contrato.

**107º Questionamento:** “No anexo 02 na página 54 na SPA-085/255 temos a legenda de implantação de ciclovia entre os kms 0+000 e 1+000, essa implantação não consta no anexo 7 e em vistoria foi constatado que a ciclovia existe entre os km 0+200 e 1+000 da SPA. Entendemos que o anexo 02 deve ser corrigido para excluir a implantação de ciclovia entre os kms 0+000 e 1+000 na SPA-085/255.”

*Ref: Anexo 2 e Anexo 7*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Deverão ser consideradas as ciclovias previstas nos Anexos VII e XXI, da Minuta do Contrato.

**108º Questionamento:** “No anexo 02 na página 108 na SPA-004/257 temos a legenda de implantação de ciclovia entre os kms 0+800 e 4+500, essa implantação não consta no anexo 7. Entendemos que o anexo 02 deve ser

corrigido para excluir a implantação de ciclovias entre os kms 0+800 e 4+500 na SPA-004/257?”

*Ref: Anexo 2 e Anexo 7*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Deverão ser consideradas as ciclovias previstas nos Anexos VII e XXI, da Minuta do Contrato.

**109º Questionamento:** “De acordo com o item 3.2 – Descrição de Padrões dos Serviços, sub-item 3.2.1 – Pavimento, do anexo 06 do Contrato, gostaríamos de aclarar como vão ser avaliadas as Condições de Conforto do Pavimento – IRI - mediante este exemplo: Após a leitura da Irregularidade do Pavimento em cinco trechos de 200 (duzentos) metros cada, verificaram-se hipoteticamente as seguintes leituras:

Trecho 1 – 2,0 m/km

Trecho 2 - 1,9 m/km

Trecho 3 – 2,4 m/km

Trecho 4 – 2,8 m/km

Trecho 5 – 2,0 m/km

Dessa forma, a média dos valores individuais de medição de Irregularidade nesses cinco Trechos seria 2,18 m/km. No entanto, como o Trecho 4 (2,8 m/km) não cumpre com os parâmetros estabelecidos no edital, a Concessionária atuará nesse trecho de forma a enquadrar o quilômetro nestes padrões.

Após a atuação em campo no Trecho 4, a medição de Irregularidade nesse ponto registrou uma leitura de 1,9 m/km. Dessa forma, a média da medição de



*Irregularidade nos 5 trechos indicados acima ficará 2,03 m/km, não tendo nenhum ponto com leitura acima dos parâmetros estabelecidos no edital.*

*No entanto, o Trecho 3 (2,4 m/km) ficará com seu valor de leitura 18% (dezoito por cento) acima da média da medição de Irregularidade nos 5 Trechos indicados. Pergunta-se, seria necessária intervenção no trecho 4 para atender à regra de não poder haver valores individuais maiores que 15% (quinze por cento) da média?”*

*Ref: Anexo 6, item 3.2*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Sim, o entendimento está correto.

**110º Questionamento:** *“De acordo com o item 3.2 – Descrição de Padrões dos Serviços, sub-item 3.2.1 – Pavimento, do anexo 06 do Contrato, gostaríamos de aclarar como vai ser avaliado as Condições de Conforto do Pavimento – IRI - mediante este exemplo: Após a leitura da Irregularidade do Pavimento em cinco trechos de 200 (duzentos) metros cada, verificaram-se hipoteticamente as seguintes leituras:*

*Trecho 1 – 1,7 m/km*

*Trecho 2 - 1,7 m/km*

*Trecho 3 – 1,8 m/km*

*Trecho 4 – 1,8 m/km*

*Trecho 5 – 2,4 m/km*

*Dessa forma, a média dos valores individuais de medição de Irregularidade nesses cinco Trechos seria 1,90 m/km. Mesmo tendo os cinco Trechos leituras abaixo dos parâmetros exigidos pelo Edital, o Trecho 5 (2,4 m/km) está 27%*

*acima da média da medição de Irregularidade nos 5 Trechos indicados. Dessa forma, seria necessária atuação nesse Trecho, para redução da medição de Irregularidade. Nosso entendimento está correto?”*

*Ref: Anexo 6, item 3.2*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Sim, o entendimento está correto.

**111º Questionamento:** *“De acordo com o item 3.2 – Descrição de Padrões dos Serviços, sub-item 3.2.1 – Pavimento, Condições de Ruído do Acostamento, do anexo 06 do Contrato, é informada qual a metodologia a ser utilizada para aferição do ruído e que “o procedimento descrito acima poderá ser alterado ou atualizado mediante a publicação de novas normas e instruções por parte da ARTESP”. Favor especificar a norma que foi utilizada como referência para melhor avaliarmos os impactos desse parâmetro.”*

*Ref: Anexo 6, item 3.2*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O critério de medição das Condições de Ruído está descrito no item 3.2.1 do Anexo VI do Contrato de Concessão.

**112º Questionamento:** *“O Recapeamento das Rodovias SP 318, SP 330, SP 345 e SP 334, que fazem parte do Sistema Remanescente, tem início no 8º ano de Concessão. Como a Rodovia SP 255, do quilômetro 2+800 ao 83+200, também faz parte do Sistema Remanescente, o Recapeamento desse trecho também terá início no 8º ano de Concessão. Nosso entendimento está correto?”*

*Ref: Anexo 4*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Sim, o entendimento está correto.

**113º Questionamento:** “O item 32.4 da Cláusula 32ª - Das Garantias Prestadas pela Concessionária, da Minuta de contrato, anexo 3 do Edital, prevê a inclusão da CONTRATANTE como beneficiária das garantias exigidas pela CONCESSIONÁRIA, das suas contratadas. No nosso entendimento, a Seguradora, em caso de sinistro, deverá indenizar somente à CONCESSIONÁRIA, que é efetivamente a Segurada na apólice. Está correto o nosso entendimento?”

*Ref: Contrato, cláusula 32. item 32.4*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento não está correto.

**114º Questionamento:** “De acordo com o Anexo I da Circular SUSEP nº 477, de 30 de setembro de 2013 (“Circular SUSEP 477/2013”), a apólice de seguro garantia tendo como segurado o setor público, deverá prever em suas condições gerais as hipóteses de perda de direitos, as quais incluem, a prática de atos ilícitos ou dolosos praticados pelo segurado, pelo beneficiário ou pelo representante, agravamento de risco intencionalmente pelo segurado, dentre outras. Estamos entendendo que os itens 11.1.2, 11.7.3, 11.7.3.1, 11.1.9 e 11.1.9.1 e 13.5, 16.1(vii), 30.1 e 32.7.1 do Contrato, ao estabelecerem que a execução do seguro-garantia será automática e incondicional, bem como não deverá conter qualquer excludente de responsabilidade, não está desconsiderando (i) o fato de que a execução da apólice deverá observar os normativos da SUSEP, que dispõem sobre um rito específico para a sua execução, bem como não está desconsiderando que as condições previstas no Contrato, inclusive o devido processo legal, serão devidamente observadas e (ii) observará as hipóteses de perda de direito da Circular SUSEP nº 477. Nosso entendimento está correto?”

*Ref: Contrato, cláusulas 11.1.2, 11.7.3, 11.7.3.1, 11.1.9 e 11.1.9.1 e 13.5, 16.1(vii), 30.1 e 32.7.1*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** A regulação do setor em vigor será observada, sendo vedada a inclusão de qualquer condicionante ou rito para a execução da apólice, além das estritamente legais e emanadas do órgão regulador brasileiro competente.

**115º Questionamento:** *“Entendemos que o percentual de 10% referido na Cláusula 32.2.1 se aplica tanto ao valor dos investimentos (“VI”) como ao valor da outorga fixa ofertada (“VOF”). Assim, para os 5 primeiros anos e os dois últimos, o valor da Garantia de Execução será igual a: 10% (VI + VOF). Nosso entendimento está correto?”*

*Ref: Contrato, cláusula 32.2.1*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Sim, está correto o entendimento e por valor de outorga ofertada deve-se entender valor TOTAL da Outorga Fixa (1ª e 2ª parcela)

**116º Questionamento:** *“Estamos entendendo que a Cláusula 32.2.1, ao citar o “valor de outorga fixa ofertada”, fez referência ao valor da outorga contido na proposta econômica da licitante apresentada como “Proposta ofertada” conforme Anexo 7 do Edital, ou seja, o valor da 1ª parcela da Outorga Fixa. Nosso entendimento está correto?”*

*Ref: Contrato, cláusula 32.2.1*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento está incorreto. O valor se refere ao valor dos investimentos + outorga fixa total (1ª e 2ª parcela)

**117º Questionamento:** “A carta de *INSTITUIÇÃO FINANCEIRA*, conforme modelo do ANEXO XVI, não apresenta campo para indicação do valor ou do limite da *PROPOSTA DE PREÇO*. Dessa forma como é possível atender ao disposto na cláusula 14.34?”

*Ref: Edital, item 14.34.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** A declaração de capacidade financeira prevista no Anexo XVI é feita pela própria Licitante e prescinde de indicação de valor ou do limite de proposta de preço.

**118º Questionamento:** “Como será realizada a ratificação da *PROPOSTA DE PREÇO*? Deverá ser apresentada nova carta em formato idêntico ao modelo do ANEXO VII?”

*Ref: Edital, item 14.34.1.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** A eventual ratificação de Proposta de Preço seguirá conteúdo equivalente ao previsto no modelo de carta constante do Anexo VII.

**119º Questionamento:** “A *CONCESSIONÁRIA* pode-se recusar a realizar *NEGÓCIOS PÚBLICOS* propostos pela ARTESP que eventualmente não sejam economicamente interessantes?”

*Ref: Contrato de concessão, item 11.4.1.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Sim.

**120º Questionamento:** *“Como será comprovado que os riscos abordados nestas cláusulas “não possam ser objeto de cobertura de seguro oferecido no Brasil e, à época da materialização do risco, este não seja segurável há pelo menos 2 (dois) anos no mercado brasileiro, por pelo menos duas empresas seguradoras, ou com relação à parcela que supere média dos valores indenizáveis por apólices normalmente praticados no mercado”? Carta de empresa especialista em seguros nesse sentido seria suficiente? Como serão definidos “valores indenizáveis por apólices normalmente praticados no mercado”?”*

*Ref: Contrato de concessão, itens 19.1. (xxvi) / 19.2. (iii)*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** A comprovação da existência de seguro deverá ser avaliada por meio das informações disponíveis no mercado à época da materialização do risco.

**121º Questionamento:** *“Entendemos que a Taxa de Desconto descrita na cláusula será calculada da seguinte maneira: Taxa de Desconto = NTN\_B \* 148,32%. Ou seja, em um cenário exemplificativo em que os juros da NTN\_B em questão é de 6%, a Taxa de Desconto resultante será de 8,90% a.a. Favor confirmar.”*

*Ref: Contrato de concessão, item 22.4.4.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** A taxa de desconto não é calculada com base no valor total do rendimento da média da NTN\_B, mas apenas com base no rendimento real. Se o rendimento real (descontada a inflação) é de 6%, então a taxa de desconto seria de 8,90% ao ano (148.32% de 6%).

**122º Questionamento:** *“Entendemos que as cláusulas aplicam-se a todos os eventos de desequilíbrio incluídos na cláusula 22.3.2. e não apenas a “novos investimentos e serviços”. Favor confirmar.”*

*Ref: Contrato de concessão, item 22.4*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Está correto o entendimento.

**123º Questionamento:** *“É correto concluir que o PODER CONCEDENTE, no estabelecimento do meio destinado a implementar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, buscará não prejudicar a capacidade da Concessionária em honrar com os seus contratos de financiamento?”*

*Ref: Contrato de concessão, item 23.3.3.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Está correto o entendimento.

**124º Questionamento:** *“Existe modelo a ser utilizado como referência para as projeções financeiras a serem apresentadas após o encerramento de cada semestre civil? O EVTE, ANEXO XXI, contempla apenas cronograma financeiro dos investimentos. As informações a serem apresentadas devem ser limitadas aos investimentos realizados e projeções dos investimentos a realizar?”*

*Ref: Contrato de concessão, item 36.6. (vi)*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** A Concessionária deverá apresentar projeções financeiras seguindo o modelo e critérios aplicados na elaboração do EVTE, que trata somente de investimentos.



**125º Questionamento:** *“Como será a dinâmica para realização de aditivos dos contratos de financiamento? Qualquer aditivo aos contratos de financiamento dependerá de anuência da ARTESP?”*

*Ref: Contrato de concessão, ANEXO VIII*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Será necessária anuência da ARTESP para a realização de aditivos dos contratos de financiamento.

**126º Questionamento:** *“Será necessária aprovação formal da ARTESP para que o mecanismo de proteção cambial seja ativado? Ou a simples entrega dos documentos solicitados é suficiente?”*

*Ref: Contrato de concessão, ANEXO XXII*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Será necessária a aprovação formal da ARTESP, a qual estará limitada a verificação da presença dos requisitos previstos no Anexo XXII do Contrato.

**127º Questionamento:** *“O que ocorre com o mecanismo de proteção cambial no caso de ocorrer o vencimento antecipado do financiamento em moeda estrangeira? A partir deste momento, o mecanismo deixa de surtir efeito para as parcelas a vencer?”*

*Ref: Contrato de concessão, ANEXO XXII*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** A resposta a este pedido de esclarecimento está condicionada à avaliação do caso concreto, que deverá ser realizada pelo Poder Concedente, caso solicitado pela Concessionária. Em todas as hipóteses de vencimento antecipado, o mecanismo continuará sendo aplicado conforme originalmente acordado, incluindo o caso de aceleração da dívida,

em razão de descumprimento do contrato de financiamento (sendo a aceleração, fato alheio à decisão do Poder Público, portanto, sem necessária anuência prévia do Poder Concedente). Serão possíveis mudanças das condições da aplicação do mecanismo, em todas as hipóteses de vencimento.

**128º Questionamento:** *“Em atenção à ausência de regras específicas no documento em referência, entendemos que os valores nele constantes, referentes à integralização do capital social mínimo, são nominais e não serão corrigidos ao longo do tempo previsto para a integralização do capital social da Concessionária. Ressaltamos que este foi o entendimento adotado pela ARTESP em relação à Concorrência Internacional nº 03/2016 (conforme item 39 da 1ª Ata de Esclarecimentos). Está correto esse entendimento?”*

*Ref: Anexo XIII do Contrato. N/A*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento está correto

**129º Questionamento:** *“Caso a Concessionária opte por não requerer a extinção antecipada do CONTRATO, na hipótese de ser verificado atraso que exceda 180 (cento e oitenta) dias do prazo estabelecido para a transferência do SISTEMA REMANESCENTE, entendemos que as consequências decorrentes do atraso da transferência do SISTEMA REMANESCENTE, nos termos da Clausula 19.2, xvii, serão objeto de reequilíbrio econômico financeiro em favor da CONCESSIONÁRIA a ser efetivado por meio de revisão extraordinária. Esse entendimento está correto?”*

*Apenas para referência, esclaremos que este questionamento também foi realizado na Concorrência Internacional nº 03/2016, sendo que a resposta dada à questão 39 foi: "Sim, caso a Concessionária opte por não requerer a*

*extinção antecipada do Contrato, será efetuado reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária nos termos definidos nos itens 8.3 a 8.5 do Anexo XVIII do Contrato".*

*Ref: Clausula 6.4 (i) do Contrato.*

*6.4. O CONTRATO poderá ser extinto antecipadamente por iniciativa de quaisquer das PARTES, quando da eventual ocorrência das seguintes hipóteses, observado o regramento estabelecido por este CONTRATO:*

*i. Atraso que exceda em 180 (cento e oitenta) dias o prazo estabelecido para a transferência do SISTEMA REMANESCENTE ou verificação da inviabilidade de transferência do SISTEMA REMANESCENTE, salvo na hipótese de a CONCESSIONÁRIA optar por seu direito à revisão, nos termos do presente CONTRATO.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Sim, caso a Concessionaria opte por não requerer a extinção antecipada do Contrato, será efetuado reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária nos termos definidos nos itens 8.3 a 8.5 do Anexo XVIII do Contrato

**130º Questionamento:** *"No caso de haver a materialização de danos em decorrência de atos comissivos ou omissivos por parte da Concessionária, entendemos que a obrigação de indenizar por parte da Concessionária está condicionada à demonstração do nexo de causalidade entre o dano direto verificado e a ação da Concessionária na execução das obras e/ou prestação dos serviços. Esse entendimento está correto?"*

*Apenas para referência, esclaremos que este questionamento também foi realizado na Concorrência Internacional nº 03/2016, sendo que a resposta dada à questão 56 foi: "Sim, para os fins da Cláusula 16.1 (xiii), a obrigação*

está condicionada à demonstração do nexo de causalidade entre a ação e o dano".

*Ref: Item 16.1 (xiii) do Contrato.*

*16.1. Constituem as principais obrigações da CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo das demais obrigações expressas neste CONTRATO, podendo seu descumprimento acarretar a sujeição às penalidades cabíveis de acordo com o regramento estabelecido pelo ANEXO XI:*

*(...)*

*xiii. Responder, por si ou por seus administradores, empregados, prepostos, subcontratados, prestadores de serviços ou qualquer outra pessoa física ou jurídica relacionada à execução do objeto do CONTRATO, perante o PODER CONCEDENTE, a ARTESP e os terceiros por todos e quaisquer danos causados por atos comissivos ou omissivos por parte da CONCESSIONÁRIA, sempre que decorrerem da execução das obras e prestação dos serviços sob sua responsabilidade, direta ou indireta, não excluindo ou reduzindo tal responsabilidade a fiscalização ou ao acompanhamento do CONTRATO pela ARTESP.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Sim, para os fins da Cláusula 16.1 (xiii), a obrigação está condicionada à demonstração do nexo de causalidade entre a ação e o dano".

**131º Questionamento:** “Entendemos que a futura Concessionária não assume o risco de responsabilidade trabalhista e/ou previdenciária derivado de reclamações ou ações dos empregados da atual concessionária. Nosso entendimento está correto?”

*Ref: Item 16.1 (xiv) a do Contrato.*

*16.1. Constituem as principais obrigações da CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo das demais obrigações expressas neste CONTRATO, podendo seu descumprimento acarretar a sujeição às penalidades cabíveis de acordo com o regramento estabelecido pelo ANEXO XI: (xiv) Informar o PODER CONCEDENTE e a ARTESP quando citada ou intimada de qualquer ação judicial ou procedimento administrativo, que possa implicá-los em decorrência de questões ligadas ao CONTRATO, inclusive dos termos e prazos processuais, bem como envidar os melhores esforços na defesa dos interesses comuns, praticando todos os atos processuais cabíveis com esse objetivo.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O Edital e Contrato não atribuem à futura Concessionária responsabilidade pelos débitos trabalhistas decorrentes de ações eventualmente ajuizadas pelos empregados da atual Concessionária. No entanto, em nenhuma hipótese caberá ao Poder Concedente o ressarcimento de qualquer verba/indenização trabalhista decorrente de condenação solidária ou subsidiária da nova Concessionária pela Justiça do Trabalho.

**132º Questionamento:** *“Entendemos que caso verificado que os investimentos relacionados à promoção de todas as atividades necessárias à implantação de sistema de arrecadação de TARIFAS DE PEDÁGIO na modalidade FREE FLOW geram consequências suficientemente gravosas, poderá a concessionária pleitear que tal EVENTO DE DESEQUILÍBRIO seja objeto de Revisão Extraordinária, com fundamento na Cláusula 25.1 do Contrato. Este entendimento está correto? Ressaltamos que este foi o entendimento adotado pela ARTESP em relação à Concorrência Internacional nº 03/2016 (conforme item 66 da 1ª Ata de Esclarecimentos).”*

*Ref: Item 16.1 (xxxiv) e 25.1 do Contrato.*

16.1. *Constituem as principais obrigações da CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo das demais obrigações expressas neste CONTRATO, podendo seu descumprimento acarretar a sujeição às penalidades cabíveis de acordo com o regramento estabelecido pelo ANEXO XI: (xxxiv) Promover todas as atividades necessárias à implantação de sistema de arrecadação de TARIFAS DE PEDÁGIO na modalidade FREE FLOW, cujos investimentos serão tratados como EVENTO DE DESEQUILÍBRIO nas REVISÕES ORDINÁRIAS, nos termos deste CONTRATO e observado o regramento estabelecido pelo ANEXO IV;* 25.1 *Qualquer das PARTES poderá pleitear REVISÃO EXTRAORDINÁRIA do CONTRATO em face da materialização concreta ou iminente de evento cujas consequências sejam suficientemente gravosas a ponto de ensejar a necessidade de avaliação e providências urgentes, aplicando-se à REVISÃO EXTRAORDINÁRIA as disposições previstas na Cláusula 24.2 e Subcláusulas.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento está correto.

**133º Questionamento:** “Em consonância com o entendimento adotado pela ARTESP em relação à Concorrência Internacional nº 03/2016 (conforme item 79 da 1º Ata de Esclarecimentos), estamos entendendo que na hipótese de rescisão amigável prevista na Cláusula 6.4.(ii) do Contrato não haverá a execução de garantia de performance caso a CONCESSIONÁRIA tenha cumprido com as suas obrigações de investimento no período de 24 meses. Esse entendimento está correto?”

*Ref: Item 6.4 (ii), 32.2 e 44.4.2 do Contrato.*

*6.4. O CONTRATO poderá ser extinto antecipadamente por iniciativa de quaisquer das PARTES, quando da eventual ocorrência das seguintes hipóteses, observado o regramento estabelecido por este CONTRATO:*

(...)

ii. Verificação, no 24º (vigésimo quarto) mês contado da assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL, da inviabilidade da contratação do(s) financiamento(s) de longo prazo pela CONCESSIONÁRIA, nos casos em que seja(m) necessário(s) para a continuidade da CONCESSÃO;

32.2. A CONCESSIONÁRIA prestou como condição à assinatura deste CONTRATO e deverá manter, em favor do PODER CONCEDENTE, ao longo de todo o PRAZO DA CONCESSÃO, GARANTIA DE EXECUÇÃO abrangendo o cumprimento das funções operacionais e de conservação, das funções de ampliação e de pagamento dos valores mensais variáveis devidos à ARTESP e PODER CONCEDENTE, conforme Declarações firmadas consistentes nos Anexo XXI e XXII do Edital, as quais comporão o ANEXO XVI – PLANO DE GARANTIAS apresentado pela CONCESSIONÁRIA, que deverá ser mantido atualizado, nos termos do CONTRATO.

44.4.2. Na hipótese prevista no item “i” desta Cláusula 44.4, a CONCESSIONÁRIA fará jus aos lucros cessantes, calculados conforme a fórmula a seguir:

Onde:

LC = lucros cessantes indicados no inciso (iii) da cláusula 42.2.

A = os investimentos indicados no inciso (i) da cláusula 42.2.

NTNB' = taxa bruta de juros real de venda das Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B), ex-ante a dedução do Imposto de Renda, com vencimento mais compatível com a data do termo contratual, publicada pela Secretaria do Tesouro Nacional considerando média das cotações disponíveis nos 12 meses anteriores à data do pagamento da indenização, capitalizada de um spread ou



*sobretaxa sobre os juros equivalente a 148,32% (cento e quarenta e oito vírgula trinta e dois por cento) ao ano, base 252 Dias Úteis.*

*n = período entre o início do ano contratual no qual ocorreu o reconhecimento do investimento e o pagamento da indenização, na mesma base da NTNB'.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Sim, o entendimento está correto, desde que a Concessionária tenha cumprido com todas as obrigações previstas no Contrato de Concessão e seus Anexos.

**134º Questionamento:** *“Prevê-se que a “Requalificação Tarifária é o momento em que a CONCESSIONÁRIA, para fins de composição da TARIFA DE PEDÁGIO, passa a contabilizar a Tarifa Quilométrica bidirecional para pista dupla e do Sistema Operacional de Cobrança Manual, para o trecho em que foram concluídas as obras de duplicação. A Requalificação Tarifária apenas ocorrerá com a expressa anuência da Artesp, necessariamente após a competente vistoria, que atestará a conclusão de implantação de 100% (cem por cento) do Projeto Executivo da duplicação, assim como a implantação de todos os dispositivos, equipamentos e sistemas que compõem o trecho duplicado, essenciais à liberação e à entrada em operação em segurança”. Pergunta-se: a conclusão do projeto, que autoriza a “requalificação tarifária”, se refere: i) ao que foi executado no ano; ou ii) à conclusão de cada trecho de duplicação conforme especificado no Edital?*

*Apenas para referência, esclaremos que este questionamento também foi realizado na concorrência 03/2016, sendo que a resposta dada à questão 102 foi: “Conforme previsto no Anexo IV do Contrato, a Requalificação Tarifária se dará após conclusão de 100% (cem por cento) do trecho, com a implantação de todos os dispositivos, equipamentos e sistemas que compõem o trecho*

*duplicado, possibilitando a liberação e entrada em operação com segurança, conforme Plano de Investimentos aprovado pela ARTESP".*

*Ref: Anexo IV do Contrato - item 4.2.1.*

#### *4.2.1. Requalificação Tarifária*

*A Requalificação Tarifária é o momento em que a CONCESSIONÁRIA, para fins de composição da TARIFA DE PEDÁGIO, passa a contabilizar a Tarifa Quilométrica bidirecional para pista dupla e do Sistema Operacional de Cobrança Manual, para o trecho em que foram concluídas as obras de duplicação.*

*A Requalificação Tarifária apenas ocorrerá com a expressa anuência da Artesp, necessariamente após a competente vistoria, que atestará a conclusão de implantação de 100% (cem por cento) do Projeto Executivo da duplicação, assim como a implantação de todos os dispositivos, equipamentos e sistemas que compõem o trecho duplicado, essenciais à liberação e à entrada em operação em segurança.*

*O atraso na entrega das obras de duplicação em relação ao cronograma do Plano de Investimentos implicará a postergação da Requalificação Tarifária em período igual ao dobro do atraso dos investimentos de duplicação, sendo certo que a referida postergação da Requalificação Tarifária estará limitada a 1 (um) ano.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Conforme previsto no item 4.2.1, do Anexo IV da Minuta do Contrato, a Requalificação Tarifária se dará após conclusão de 100% (cem por cento) do trecho, com a implantação de todos os dispositivos, equipamentos e sistemas que compõem o trecho duplicado, possibilitando a liberação e entrada em operação com segurança.

**135º Questionamento:** *“O inciso vi do item 16.5 do Edital faz referência à forma incondicional das GARANTIAS exigidas no CONTRATO DE CONCESSÃO, em conformidade com as declarações apresentadas durante a LICITAÇÃO. Pede-se esclarecimento a respeito deste ponto, porquanto a Circular SUSEP 477/2013 não prevê seguros incondicionais.*

*Apenas para referência, esclaremos que este questionamento também foi realizado na Concorrência Internacional nº 03/2016, sendo que a resposta dada à questão 148 foi: “A regulação do setor em vigor será observada, sendo vedada a inclusão de qualquer condicionante ou rito para a execução da apólice, além das estritamente legais e emanadas do órgão regulador brasileiro competente”.*”

*Ref: Item 16.5 do Edital. 16.5. Em até 07 (sete) dias úteis anteriores à data prevista para assinatura do CONTRATO, a ADJUDICATÁRIA deverá:*

*(...)*

*vi. Comprovar que prestou, de forma incondicional, as GARANTIAS, nos termos, forma e valores exigidos no CONTRATO DE CONCESSÃO, e conforme as declarações apresentadas durante a LICITAÇÃO.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** A regulação do setor em vigor será observada, sendo vedada a inclusão de qualquer condicionante ou rito para a execução da apólice, além das estritamente legais e emanadas do órgão regulador brasileiro competente.

**136º Questionamento:** *“A cláusula 30.1 do Contrato reitera a necessidade de incondicionalidade das garantias e seguros listados nos PLANOS DE SEGUROS e de GARANTIAS, sem cláusulas excludentes de responsabilidade.*

*Pede-se esclarecimentos a respeito deste ponto, porquanto a Circular SUSEP 477/2013 não prevê seguros incondicionais.*

*Apenas para referência, esclaremos que este questionamento também foi realizado na Concorrência Internacional nº 03/2016, sendo que a resposta dada à questão 149 foi: "A regulação do setor em vigor será observada, sendo vedada a inclusão de qualquer condicionante ou rito para a execução da apólice, além das estritamente legais e emanadas do órgão regulador brasileiro competente."."*

*Ref: Item 30.1 do Contrato.*

*30.1. As garantias e os seguros listados nos PLANOS DE SEGUROS e nos PLANOS DE GARANTIAS, os quais deverão ser tempestivamente contratados pela CONCESSIONÁRIA como condição para realização das etapas construtivas correspondentes, deverão, necessariamente, ser incondicionais, não podendo conter cláusulas excludentes de responsabilidade, e deverão indicar a ARTESP ou o PODER CONCEDENTE como beneficiários, assegurando a estes a possibilidade de execução dos seguros e das garantias de forma automática mediante simples comunicação da ARTESP para a seguradora nos casos em que haja atraso, inexecução ou condução inadequada na realização das etapas construtivas relacionadas, depois de verificados em regular processo administrativo.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** A regulação do setor em vigor será observada, sendo vedada a inclusão de qualquer condicionante ou rito para a execução da apólice, além das estritamente legais e emanadas do órgão regulador brasileiro competente.

**137º Questionamento:** *“Entendemos que os NEGÓCIOS PÚBLICOS previstos em tal Subcláusula só serão efetivados desde que de comum acordo entre as*

*Partes, de modo que a CONCESSIONÁRIA pode se recusar a realizar NEGÓCIOS PÚBLICOS propostos pela ARTESP que eventualmente não sejam economicamente interessantes. Ressaltamos que este foi o entendimento adotado pela ARTESP no âmbito da Concorrência Internacional nº 03/2016 (itens 174 e 293 das Atas de Esclarecimento). Está correto esse entendimento?”*

*Ref: Item 11.4.1 do Contrato.*

*11.4.1. Os NEGOCIOS PÚBLICOS poderão ser propostos por iniciativa da ARTESP, do PODER CONCEDENTE e/ou da CONCESSIONÁRIA, cuja finalidade será constituir projetos associados à exploração do SISTEMA RODOVIÁRIO e gerar RECEITAS ACESSÓRIAS.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento está correto.

**138º Questionamento:** *“Existe modelo a ser utilizado como referência para as projeções financeiras a serem apresentadas após o encerramento de cada semestre civil? O EVTE, ANEXO XXI, contempla apenas cronograma financeiro dos investimentos. As informações a serem apresentadas devem ser limitadas aos investimentos realizados e projeções dos investimentos a realizar?”*

*Apenas para referência, esclaremos que este questionamento também foi realizado na Concorrência Internacional nº 03/2016, sendo que a resposta dada à questão 180 foi: "A Concessionária deverá apresentar projeções financeiras seguindo o modelo e critérios aplicados na elaboração do EVTE, que trata somente de investimentos".*

*Ref: Item 36.6 (vi) do Contrato.*

36.6. Para o adequado exercício da fiscalização e acompanhamento contratual pela ARTESP e sem prejuízo de qualquer outra obrigação de prestação de informações estabelecida neste CONTRATO, na legislação ou na regulação aplicável, inclusive observando o Plano de Contas Contábil da ARTESP, a CONCESSIONÁRIA obriga-se a:

(...)

vi. Apresentar em até 90 (noventa) dias após o encerramento de cada semestre civil informações atualizadas das projeções financeiras da CONCESSÃO, entendidas como o conjunto de projeções de todos os elementos financeiros relativos à execução do CONTRATO, considerando os resultados reais obtidos desde o início da CONCESSÃO até o semestre encerrado e os resultados projetados até o fim do PRAZO DA CONCESSÃO, utilizando os mesmos modelos e critérios aplicados para a elaboração do EVTE;

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** A Concessionária deverá apresentar projeções financeiras seguindo o modelo e critérios aplicados na elaboração do EVTE, que trata somente de investimentos.

**139º Questionamento:** “Entendemos que, nos termos da Cláusula 4.2.1 do Anexo 4 do Contrato, a atestação da implantação pela ARTESP implica a Requalificação Tarifária, possibilitando a respectiva cobrança da tarifa de pista dupla pela Concessionária. Esse entendimento está correto?”

Apenas para referência, esclaremos que este questionamento também foi realizado na Concorrência Internacional nº 03/2016, sendo que a resposta dada à questão 195 foi: “A Requalificação tarifária apenas ocorrerá com a expressa anuência da Artesp, necessariamente após a competente vistoria, que atestará a conclusão de implantação de 100% (cem por cento) do Projeto

*Executivo da duplicação, assim como a implantação de todos os dispositivos, equipamentos e sistemas que compõem o trecho duplicado, essenciais à liberação e à entrada em operação em segurança, momento no qual a Concessionária será autorizada a contabilizar Tarifa Quilométrica Bidirecional para o respectivo trecho".*

*Ref: Anexo IV do Contrato - item 4.2.1.*

#### *4.2.1. Requalificação Tarifária*

*A Requalificação Tarifária é o momento em que a CONCESSIONÁRIA, para fins de composição da TARIFA DE PEDÁGIO, passa a contabilizar a Tarifa Quilométrica bidirecional para pista dupla e do Sistema Operacional de Cobrança Manual, para o trecho em que foram concluídas as obras de duplicação.*

*A Requalificação Tarifária apenas ocorrerá com a expressa anuência da Artesp, necessariamente após a competente vistoria, que atestará a conclusão de implantação de 100% (cem por cento) do Projeto Executivo da duplicação, assim como a implantação de todos os dispositivos, equipamentos e sistemas que compõem o trecho duplicado, essenciais à liberação e à entrada em operação em segurança.*

*O atraso na entrega das obras de duplicação em relação ao cronograma do Plano de Investimentos implicará a postergação da Requalificação Tarifária em período igual ao dobro do atraso dos investimentos de duplicação, sendo certo que a referida postergação da Requalificação Tarifária estará limitada a 1 (um) ano.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** A Requalificação Tarifária apenas ocorrerá com a expressa anuência da ARTESP, necessariamente após a competente vistoria, que atestará a conclusão de implantação de 100% (cem por cento) do Projeto Executivo da duplicação, assim como a implantação de todos os



dispositivos, equipamentos e sistemas que compõem o trecho duplicado, essenciais à liberação e à entrada em operação em segurança, momento no qual a Concessionária será autorizada a contabilizar Tarifa Quilométrica bidirecional para o respectivo trecho.

**140º Questionamento:** *“Entendemos que caso as ampliações para manutenção do nível de serviço requeiram a realização de novos investimentos para adequação da capacidade do Sistema Rodoviário haverá a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato no âmbito das REVISÕES ORDINÁRIAS e/ou REVISÕES EXTRAORDINÁRIAS, caso a Concessionária demonstre urgência para tanto. Ressaltamos que este foi o entendimento adotado pela ARTESP no âmbito da Concorrência Internacional nº 03/2016 (item 215 da 2ª Ata de Esclarecimentos). Este entendimento está correto?”*

*Ref: Anexo VII do Contrato - Item 3.3.2.*

### **3.3.2 Sistema de Controle e Fiscalização**

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento está correto.

**141º Questionamento:** *“A Cláusula 3.3.17 menciona a obrigatoriedade de a CONCESSIONÁRIA ficar responsável por implantar melhorias e adequação de dispositivos de acordo com o Quadro – Diretrizes para Plano Original de Investimentos. Entendemos, portanto, que novos dispositivos ou readequação de dispositivos existentes não previstos no POI serão tratados como um EVENTO DE DESEQUILÍBRIO. Este entendimento está correto?”*

*Ref: Anexo VII do Contrato - Itens 3.3.17.*

**3.3.17. A CONCESSIONÁRIA ficará responsável pela implantação de melhorias e adequações de dispositivos conforme Quadro – Diretrizes para**

*Plano Original de Investimentos devendo ser executadas nos prazos previstos contando como data de início a data de assinatura do Termo de Transferência Inicial para a CONCESSIONÁRIA, às suas expensas e sob sua responsabilidade. Deverão ser observadas as Normas de Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) referentes a projetos e materiais, além das Especificações Técnicas dos CONTRATANTES referentes a este assunto.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Caso os investimentos citados não estejam previstos isoladamente no POI ou não façam parte de uma obra de duplicação, serão tratados como evento de desequilíbrio, caso sejam incluídos no contrato.

**142º Questionamento:** “Entendemos que as procurações, declarações, termos de abertura e termo de encerramento de envelopes a serem apresentadas pelos Licitantes dispensam o reconhecimento de firmas em cartório. Em observância ao Decreto Estadual 52.658/08, bastará a assinatura simples, em conjunto com a apresentação de cópias dos documentos de identidade dos signatários. Está correto esse entendimento?”

*Ref: Item 10.8 do Edital.*

*10.8. Os documentos deverão ser apresentados em sua forma original ou sob qualquer forma de cópia.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento está correto

**143º Questionamento:** “O Item 10.8 do Edital dispõe acerca da apresentação dos documentos exigidos na forma original ou em cópia autenticada. Entendemos que apenas na 1ª via da documentação será obrigatória a forma original ou cópia autenticada, sendo que na 2ª via serão admitidas cópias simples. Está correto esse entendimento?”

*Ref: Item 10.8 do Edital.*

*10.8. Os documentos deverão ser apresentados em sua forma original ou sob qualquer forma de cópia.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento está correto

**144º Questionamento:** “Entendemos que o valor correspondente à Garantia de Proposta, constante do item 11.1 do Edital, apesar de se referir à data-base de março de 2016, não será reajustado para a data de entrega dos envelopes, prevista para 22 de fevereiro de 2017, em consonância com o entendimento fixado pela ARTESP em relação à Concorrência Internacional nº 03/2016 (item 267 da 3ª Ata de Esclarecimentos). Está correto esse entendimento? Em caso negativo, solicitamos sejam esclarecidos a forma e o índice de atualização a serem empregados.”

*Ref: Item 11.1 do Edital.*

*11.1 Em garantia ao cumprimento da obrigação de firmar futuro instrumento contratual, a LICITANTE deverá prestar, de forma incondicional, GARANTIA DE PROPOSTA no valor correspondente a R\$ 54.762.309,00 (cinquenta e quatro milhões, setecentos e sessenta e dois mil, trezentos e nove reais), data-base de março de 2016, com prazo de validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data marcada para a SESSÃO PÚBLICA observados os itens 11.2.1 e 11.5 deste EDITAL.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento está correto. A garantia de proposta só precisa ser reajustada em caso de renovação

**145º Questionamento:** “Caso apresentada a GARANTIA DE PROPOSTA dividida pelos consorciados, nos termos previstos no item 11.1.iii do Edital, entendemos que cada consorciado poderá optar por uma das modalidades de garantia previstas no item 11.1.i do Edital, sem prejuízo da escolha, pelos demais consorciados, de modalidade diversa. Está correto esse entendimento?”

*Ref: Item 11.1 do Edital.*

*11.1 Em garantia ao cumprimento da obrigação de firmar futuro instrumento contratual, a LICITANTE deverá prestar, de forma incondicional, GARANTIA DE PROPOSTA no valor correspondente a R\$ 54.762.309,00 (cinquenta e quatro milhões, setecentos e sessenta e dois mil, trezentos e nove reais), data-base de março de 2016, com prazo de validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data marcada para a SESSÃO PÚBLICA observados os itens 11.2.1 e 11.5 deste EDITAL.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento está correto.

**146º Questionamento:** “Nos termos do Item 14.2, entendemos que os seguintes documentos deverão ser entregues fora dos envelopes: (i) Contrato de Intermediação entre CORRETORA e LICITANTE e documentos da CORRETORA CREDENCIADA; (ii) compromisso de pagamento da remuneração da BM&FBOVESPA; e (iii) documentos para credenciamento dos representantes legais das LICITANTES. Está correto esse entendimento? Solicitamos esclarecer também se deverão ser apresentados fora dos envelopes os documentos que comprovam os poderes dos signatários dos instrumentos mencionados.”

*Ref: Item 14.2 do Edital.*

*14.2. No dia e horário designados, será iniciada a SESSÃO PÚBLICA de abertura da LICITAÇÃO, que terá a seguinte ordem:*

- i. entrega do Contrato de Intermediação entre CORRETORA e LICITANTE e documentos da CORRETORA CREDENCIADA;*
- ii. entrega do compromisso de pagamento da remuneração da BM&FBOVESPA;*
- iii. entrega dos documentos para credenciamento dos representantes legais das LICITANTES, pela CORRETORA CREDENCIADA;*
- iv. entrega dos Envelopes das LICITANTES, pela CORRETORA CREDENCIADA;*
- v. abertura dos Envelopes A e B de todas as LICITANTES;*
- vi. classificação das PROPOSTAS DE PREÇO;*
- vii. processamento, se o caso, da fase de lances;*
- viii. rubrica dos documentos contidos nos Envelopes A e B;*
- ix. análise dos documentos contidos no Envelope B de todas as LICITANTES;*
- x. análise da GARANTIA DA PROPOSTA da LICITANTE que tiver apresentado a PROPOSTA DE PREÇO declarada vencedora.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Conforme consta do Manual de Procedimentos, Capítulo 2, "Credenciamento e Entrega", o contrato de intermediação com a Corretora, o compromisso de pagamento da remuneração da BM&FBOVESPA e os documentos de credenciamento, incluindo aqueles que comprovam os poderes dos signatários, são apresentados fora dos envelopes.

**147º Questionamento:** “Entendemos que os Negócios Públicos previstos em tal Subcláusula só serão efetivados desde que de comum acordo entre as Partes. Está correto esse entendimento?”

*Ref: Item 11.4.2 do Contrato.*

*11.4.2. Os NEGÓCIOS PÚBLICOS, e alterações legislativas que propiciem receitas adicionais, poderão ser materializados por meio de quaisquer arranjos jurídicos, compatíveis com a legislação pertinente, que viabilizem a exploração conjunta entre a CONCESSIONÁRIA e a ARTESP e/ou PODER CONCEDENTE, de atividades, serviços, ativos e quaisquer outras operações estruturadas, condicionadas, sempre, ao preenchimento dos requisitos relativos à natureza de projeto associado, referida na subcláusula acima, bem como outras condicionantes voltadas ao atendimento do interesse público, fixadas pela ARTESP ou pelo Poder Concedente.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento está correto.

**148º Questionamento:** “Entendemos que está alocado ao Poder Concedente o risco por decisões judiciais ou administrativas que impeçam ou impossibilitem a Concessionária de cobrar as tarifas dos usuários, inclusive no montante referente ao reajuste previsto contratualmente, desde que a Concessionária não tenha dado causa à sua materialização. Está correto esse entendimento?”

*Ref: Subcláusula 19.2 “i” do Contrato.*

*19.2. O PODER CONCEDENTE, sem prejuízo das demais disposições deste CONTRATO, assume os seguintes riscos relacionados à CONCESSÃO:*

*i. Decisões judiciais ou administrativas que impeçam ou impossibilitem a CONCESSIONÁRIA de prestar os serviços, exceto nos casos em que a CONCESSIONÁRIA tiver dado causa à decisão ou na hipótese de haver*

previsão neste CONTRATO que aloque o risco associado à CONCESSIONÁRIA;

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** A resposta a este esclarecimento dependerá da análise do caso concreto, visto o quanto disposto na Cláusula 19.2, i.

**149º Questionamento:** *“Entendemos que, caso a ARTESP decida que determinado Evento de Desequilíbrio não deve ser tratado na Revisão Extraordinária, mas sim na Revisão Ordinária, tal decisão deverá estar devidamente fundamentada, demonstrando, inclusive, a inexistência de imediatos reflexos negativos econômico-financeiros decorrentes de tal decisão. Está correto esse entendimento?”*

*Ref: Subcláusula 21.3.1 do Contrato.*

*21.3.1. Quando não justificada ou acolhida pela ARTESP a justificativa de urgência no tratamento do EVENTO DE DESEQUILÍBRIO, este deverá ser tratado na REVISÃO ORDINÁRIA subsequente.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** A decisão da ARTESP será fundamentada, mas o ônus de provar a presença dos requisitos para a revisão extraordinária cabe à Concessionária.

**150º Questionamento:** *“Na hipótese de anulação prevista na Subcláusula 45.2 da Minuta do Contrato entendemos que, além do ressarcimento dos investimentos realizados e não amortizados, também serão devidas a título de indenização para a concessionária as parcelas da Outorga Fixa efetivamente pagas não amortizadas ou depreciadas.”*

*Ref: Subcláusula 45.2 do Contrato.*



*45.2. Na hipótese de anulação do contrato, a CONCESSIONÁRIA será indenizada com o ressarcimento dos investimentos realizados e não amortizados, sendo vedado o pagamento de lucros cessantes.*

*45.2.1. Para fins do cálculo da indenização prevista acima, apenas serão considerados os valores contabilizados pelo reconhecimento da OUTORGA FIXA caso a CONCESSIONÁRIA ou a ADJUDICATÁRIA não tenha concorrido para o vício que motivou a anulação.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento está correto.

**151º Questionamento:** “O contrato aloca à concessionária o risco de alterações por ela propostas nos Planos de Investimentos vigentes ou nos projetos de engenharia respectivos. Entendemos que esta cláusula não se aplica no caso de alterações comprovadamente decorrentes da materialização de riscos alocados ao Poder Concedente. Este entendimento está correto?”

Apenas para referência, ressaltamos que este foi o entendimento adotado pela ARTESP em relação à Concorrência Internacional nº 03/2016 (conforme item 439 da 3ª Ata de Esclarecimentos).”

*Ref: 19.1 (xii) do contrato.*

*19.1. A CONCESSIONÁRIA é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados à presente CONCESSÃO, com exceção dos riscos contratual e expressamente alocados ao PODER CONCEDENTE, incluindo os principais riscos relacionados a seguir:*

*(...)*

*xii. Alterações propostas pela CONCESSIONÁRIA nos PLANOS DE INVESTIMENTOS vigentes ou nos projetos de engenharia respectivos;*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento está correto.

**152º Questionamento:** *“O contrato aloca ao Poder Concedente a hipótese de atraso na entrada em operação comercial das Praças de Pedágio, quando comprovado que o atraso decorreu exclusivamente de fato imputável ao Poder Concedente ou à ARTESP. Nesse sentido, entendemos que não serão aplicáveis penalidades à Concessionária decorrentes de atraso exclusivamente imputável ao Poder Concedente ou à ARTESP. Esse entendimento está correto?”*

*Apenas para referência, ressaltamos que este foi o entendimento adotado pela ARTESP em relação à Concorrência Internacional nº 03/2016 (conforme item 440 da 3º Ata de Esclarecimentos).”*

*Ref: 19.1 (xxii) do Contrato e item 3.2 do Anexo IV – Estrutura Tarifária.*

*19.1. A CONCESSIONÁRIA é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados à presente CONCESSÃO, com exceção dos riscos contratual e expressamente alocados ao PODER CONCEDENTE, incluindo os principais riscos relacionados a seguir:*

*(...)*

*xxii. Atraso na entrada em operação comercial das PRAÇAS DE PEDÁGIO, salvo quando comprovado que o atraso decorreu exclusivamente de fato imputável ao PODER CONCEDENTE ou à ARTESP*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento está correto.

**153º Questionamento:** *“O contrato aloca ao Poder Concedente o risco por modificações promovidas pela ARTESP nos Indicadores de Desempenho*

*previstos no ANEXO III, que causem comprovado e efetivo impacto nos encargos da CONCESSIONÁRIA, superior àquele experimentado na hipótese de o serviço concedido ser desempenhado em condições de atualidade e adequação. Entendemos que se a Concessionária demonstrar que existe a possibilidade de ela manter a prestação dos serviços em condições de atualidade e adequação, a mudança nos Indicadores de Desempenho, determinada pelo Poder Concedente, engendrará reequilíbrio econômico-financeiro a favor da concessionária. Está correto esse entendimento?*

*Apenas para referência, ressaltamos que este foi o entendimento adotado pela ARTESP em relação à Concorrência Internacional nº 03/2016 (conforme item 441 da 3º Ata de Esclarecimentos)."*

*Ref: 19.2 (xiii) do Contrato.*

*19.2. O PODER CONCEDENTE, sem prejuízo das demais disposições deste CONTRATO, assume os seguintes riscos relacionados à CONCESSÃO:*

*(...)*

*xiii. Modificações promovidas pela ARTESP nos INDICADORES DE DESEMPENHO previstos no ANEXO III, que causem comprovado e efetivo impacto nos encargos da CONCESSIONÁRIA, superior àquele experimentado na hipótese de o serviço concedido ser desempenhado em condições de atualidade e adequação*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento está correto.

**154º Questionamento:** *"Em relação ao Plano de Tarifas Variáveis, favor esclarecer se, no cálculo do desequilíbrio econômico-financeiro a ser realizado será considerada a queda de receita tarifária decorrente da adoção do Plano de Tarifas Variáveis. Ressaltamos que este foi o entendimento adotado pela*

ARTESP em relação à Concorrência Internacional nº 03/2016 (conforme item 447 da 3º Ata de Esclarecimentos).”

*Ref: Anexo IV do Contrato – Estrutura Tarifária. N/A*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento está correto.

**155º Questionamento:** “Entendemos que, nas hipóteses em que o objetivo do Plano de Tarifas Variáveis não for atingido, será assegurado à o direito de voltar a aplicar o plano tarifário anteriormente em vigor, mediante aprovação tempestiva pela ARTESP. s que este foi o entendimento adotado pela ARTESP em relação à Concorrência Internacional nº 03/2016 (conforme item 448 da 3º Ata de Esclarecimentos). Este entendimento está correto?”

*Ref: Anexo IV do Contrato – Estrutura Tarifária. N/A*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento está correto.

**156º Questionamento:** “Entendemos que o pagamento do valor da 2ª parcela da OUTORGA FIXA, a ser efetuado quando da assinatura do Termo de Transferência do Sistema Remanescente, deverá ser previsto para ser realizado no 1º mês do 2ª ano de concessão, considerando o disposto na cláusula 8.1, do anexo XVIII. Está correto nosso entendimento?”

*Ref: item 8.1 do Anexo XVIII do Contrato.*

*8.1 A CONTRATANTE garante o recebimento integral pela CONTRATADA do Sistema Rodoviário de que trata o LOTE 10, objeto do Contrato de Concessão 009/CR/1998, um 18 (dezoito) meses após a assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL, data que poderá ser antecipada, em razão do advento do termo contratual ou em decorrência de decisão judicial transitada*

*em julgado, proferida na Ação Declaratória de autoria da AUTOVIAS S/A em face da ARTESP e do Estado de São Paulo (Processo 1014902-54.2015.8.26.0053, em trâmite perante a 10ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de São Paulo).*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento não está correto. O pagamento da segunda parcela deverá ocorrer conforme disposto no item 8.1 do Anexo XVIII da Minuta do Contrato, isto é, **18 (dezoito) meses após a assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL**, observadas as possibilidades de variação previstas no ANEXO XVIII.

**157º Questionamento:** *“O Contrato estabelece que “pelo prazo restante da CONCESSÃO, a partir do 6º (sexto) ano de CONCESSÃO, para o cálculo da GARANTIA DE EXECUÇÃO a ser ofertada serão considerados os valores correspondentes a 10% (dez por cento) do valor total dos investimentos, após exclusão dos valores referentes aos investimentos entregues e inclusão dos valores dos novos investimentos eventualmente incluídos em REVISÃO ORDINÁRIA ou EXTRAORDINÁRIA, acrescidos dos valores correspondentes a 100% (cem por cento) dos custos operacionais, incluindo os pagamentos devidos ao PODER CONCEDENTE e ARTESP, calculados com base nas informações de desembolso destas rubricas no ano anterior atualizado pelo IPCA”.*

*Entendemos que o valor de referência a ser utilizado para os custos operacionais e pagamentos devidos ao PODER CONCEDENTE e ARTESP deve levar em consideração o período de 1 ano de contrato, baseado no ano anterior. Favor confirmar se tal entendimento está correto. Neste caso, qual o valor de referência a ser usado no 1º ano de contrato? Caso não seja este o entendimento, favor especificar qual a referência de valor a ser utilizada e metodologia de cálculo”*

*Ref: item 32.2.2 (Garantia de Execução) do Contrato.*

*32.2.2. Pelo prazo restante da CONCESSÃO, a partir do 6º (sexto) ano de CONCESSÃO, para o cálculo da GARANTIA DE EXECUÇÃO a ser ofertada serão considerados os valores correspondentes a 10% (dez por cento) do valor total dos investimentos, após exclusão dos valores referentes aos investimentos entregues e inclusão dos valores dos novos investimentos eventualmente incluídos em REVISÃO ORDINÁRIA ou EXTRAORDINÁRIA, acrescidos dos valores correspondentes a 100% (cem por cento) dos custos operacionais, incluindo os pagamentos devidos ao PODER CONCEDENTE e ARTESP, calculados com base nas informações de desembolso destas rubricas no ano anterior atualizado pelo IPCA.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** a) O entendimento está correto; b) Verificar item 32.2.1 da Minuta de Contrato.

**158º Questionamento:** “Favor informar para fins de equidade de informação entre todos os licitantes, a evolução mensal da evasão de pedágio no Sistema Remanescente.”

*Ref: item 19.1 v (Evasão) do Contrato.*

*19.1. A CONCESSIONÁRIA é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados à presente CONCESSÃO, com exceção dos riscos contratual e expressamente alocados ao PODER CONCEDENTE, incluindo os principais riscos relacionados a seguir: v. Quedas de RECEITA TARIFÁRIA em virtude da evasão de pedágio, conforme estabelecido no presente CONTRATO, com exceção das hipóteses expressamente previstas;*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** A informação deverá ser solicitada à ARTESP, nos termos da Lei de Acesso à Informação.

**159º Questionamento:** “O valor referente a perda de receita pela aplicação do IQD e do DA que vier a ser revista após processo administrativo próprio, será devolvido à concessionária remunerado à qual índice?

*Ref: item 4.6.2 do Anexo 4 (Remuneração valor excedente) do Contrato.*

*4.6.2 (...) A perda de receita pela aplicação do Índice de Qualidade e Desempenho (IQD) e Desconto por Atraso ou Inexecução das Etapas Construtivas (DA) poderá ser revista a pedido da CONCESSIONÁRIA, em processo administrativo próprio, caso haja a comprovação de que a não consecução dos índices máximos referentes ao IQD e DA foi ocasionada pela materialização de algum risco assumido pelo PODER CONCEDENTE, conforme regramento do CONTRATO. A instauração de processo administrativo com base na disposição acima não suspende a apuração e aplicação dos valores referentes ao IQD e DA para o respectivo ano contratual.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Pelo mesmo índice de correção aplicado no período.

**160º Questionamento:** “Entendemos que os sistemas e softwares necessários à prestação dos serviços da concessionária AUTOVIAS serão transferidos para o novo concessionário com licenças válidas. Favor confirmar nosso entendimento e detalhar quais são estes sistemas e softwares. Ressaltamos que este foi o entendimento adotado pela ARTESP em relação à Concorrência Internacional nº 03/2016 (conforme item 469 da 3º Ata de Esclarecimentos)”.

*Ref: Itens 2.1 e 3.1 do Anexo 18 (Transferência do Sistema Existente, Itens 1 e 2.10 Anexo 10 - Condições de Devolução do Contrato de Concessão n 002/CR/1998) do Contrato.*



*2.1 O LOTE 10, cuja transferência da AUTOVIAS à CONTRATADA é objeto deste Anexo, é constituído pelo conjunto de pistas de rolamento, suas respectivas faixas de domínio, edificações, instalações e equipamentos nelas contidas, áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas, e tudo o mais indispensável à continuidade da prestação dos serviços de transporte rodoviário, compreendendo os seguintes trechos:*

*2.1.1. SP - 345 do km 10+500, em Itirapuã, até o entroncamento com a SP - 334, em Franca, no km 36+000;*

*2.1.2. SP - 334 do entroncamento com a SP - 330, no km 318+000, em Ribeirão Preto, até o km 406+000, em Franca, incluindo o contorno de Batatais e o contorno de Franca;*

*2.1.3. SP - 330 do km 240+500, em Santa Rita do Passa Quatro, até o entroncamento com a SP - 334, em Ribeirão Preto, no km 318+500;*

*2.1.4. SP - 318 do entroncamento da SP - 310, em São Carlos, no km 235+400, até o entroncamento com a SP - 255, no km 280+000; 2.1.5. SP - 255 do entroncamento com o contorno de Ribeirão Preto, no km 2+800, até o entroncamento com a SP - 310, em Araraquara, no km 83+200.*

*3.1. A partir da data da assinatura do CONTRATO DE CONCESSÃO, a CONTRATADA ficará autorizada a adotar providências voltadas à verificação do cumprimento, pela AUTOVIAS, das condições mínimas para devolução do Sistema Rodoviário objeto do LOTE 10 em bom estado, com atualização adequada, nos termos previstos no Anexo 10 - Condições de Devolução do Contrato de Concessão nº 009/CR/1998.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento está correto. Conforme item 2.10.1 do Anexo X todas as licenças deverão estar válidas, no mínimo, até a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo.

**161º Questionamento:** “Tendo em vista que a OUTORGA VARIÁVEL será calculada sobre a RECEITA BRUTA auferida pela CONCESSIONÁRIA, o entendimento de que RECEITA BRUTA não compreenderá a margem de receita decorrente das atividades de construção está correto?”

*Ref: Item 5.3. (ii) do Contrato.*

*5.3. O preço devido pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE em razão da delegação dos serviços públicos de exploração do SISTEMA RODOVIÁRIO é composto pela OUTORGA FIXA e OUTORGA VARIÁVEL, conforme o regramento estabelecido pelo CONTRATO:*

*(...)*

*ii. A OUTORGA VARIÁVEL, que deverá ser mensalmente paga ao PODER CONCEDENTE, conforme os termos do ANEXO XX, calculada em 3% (três por cento) da RECEITA BRUTA auferida pela CONCESSIONÁRIA.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento está correto.

**162º Questionamento:** “Tendo em vista que o item afirma que serão consideradas como fontes de receitas acessórias as indenizações e penalidades pecuniárias previstas nos contratos celebrados entre a CONCESSIONÁRIA e terceiros, entendemos que tal disposição não se aplica a indenizações e penalidades de natureza reparatória, que visam apenas a reparar dano material sofrido pela CONCESSIONÁRIA. Ressaltamos que este foi o entendimento adotado pela ARTESP em relação à Concorrência Internacional nº 03/2016 (conforme item 481 da 3º Ata de Esclarecimentos). O entendimento está correto?”

*Ref: Item 11.2 (iii) do Contrato.*

11.2. *Constituem fontes de RECEITAS ACESSÓRIAS o seguinte rol exemplificativo:*

*ii. Indenizações e penalidades pecuniárias previstas nos contratos celebrados entre a CONCESSIONÁRIA e terceiros;*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento está correto.

**163º Questionamento:** *“Entendemos que a Concessionária AUTOVIAS terá o direito de manifestação a respeito da correção de falhas e outros temas relacionados ao contrato de concessão e de acompanhar a realização das visitas referidas no item 4.3 do Anexo 18 do Contrato, respeitadas as regras de transição previstas no Edital, Contrato e anexos. Está correto nosso entendimento? Apenas para referência, esclaremos que questionamento semelhante também foi realizado na Concorrência Internacional nº 03/2016, sendo que a resposta dada à questão 490 foi: “As regras para a transição estão descritas no Anexo XVIII do Contrato. Manifestação e acompanhamento das visitas pela Vianorte será possível”.*

*Ref: Anexo XVIII do Contrato. N/A*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** As regras para a transição estão descritas no Anexo XVIII do Contrato. Manifestação e acompanhamento das visitas pela Autovias será possível.

**164º Questionamento:** *“O Contrato, em sua cl. 6.3.1, prevê apenas que a Transferência do Sistema Remanescente (malha rodoviária integrante do escopo do Contrato de Concessão 009/CR/1998) está condicionada ao pagamento da segunda parcela da outorga fixa. Ocorre que, pelos dados constantes do Contrato e nos respectivos Anexos, não é possível aferir*

*exatamente quando será efetuado o pagamento da segunda parcela e quais são os requisitos para que isso ocorra. Assim, como não há marco inicial pré-estabelecido, é possível que cada licitante, ao fazer as suas projeções, considere uma data diversa para a assunção do Sistema Remanescente. Para evitar isso, pede-se sejam esclarecidas e complementadas tais informações bem como sejam indicadas as consequências contratuais para a hipótese de a data de transferência do sistema remanescente não puder ser observada por qualquer motivo.*

*Apenas para referência, esclaremos que questionamento semelhante também foi realizado na Concorrência Internacional nº 03/2016, sendo que a resposta dada à questão 492 foi: "O pagamento do valor da 2ª parcela da OUTORGA FIXA, a ser efetuado quando da assinatura do Termo de Transferência do Sistema Remanescente, deverá ser previsto para ser realizado no 1º mês do 2º ano de concessão, considerando o disposto na cláusula 8.1, do anexo XVIII, sem prejuízo do disposto na Cláusula 22.3.1, do Contrato, que determina a forma de recomposição do equilíbrio econômico financeiro do contrato no caso de evento de desequilíbrio consistente em atraso ou antecipação do pagamento da Outorga Fixa."*

*Ref: Cláusula 6.3.1. do Contrato.*

*6.3.1. A eficácia da assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA REMANESCENTE está unicamente condicionada ao pagamento da segunda parcela da OUTORGA FIXA.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O pagamento da segunda parcela deverá ocorrer conforme disposto no item 8.1 do Anexo XVIII da Minuta do Contrato, isto é, 18 (dezoito) meses após a assinatura do Termo de Transferência Inicial, observadas as variações previstas no Anexo XVIII.

**165º Questionamento:** *“Na hipótese de o prazo da concessão da AUTOVIAS ir além do previsto como prazo original do Contrato, como a ARTESP conciliará essa questão?”*

*Ref: Anexo XVIII do Contrato. N/A*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Nesse caso, será efetuado o correspondente reequilíbrio do contrato de concessão a favor da concessionária, conforme regras contratuais. Materializada a hipótese da cláusula 6.4, i, do contrato, será ainda cabível a extinção antecipada.

**166º Questionamento:** *“O Anexo 03 da minuta do Contrato prevê que, para os casos em que houver reincidência no descumprimento de qualquer Indicador de Desempenho, em 3 períodos consecutivos, ou 6 meses não consecutivos em um período de 12 meses, a Concessionária ficará sujeita à penalidade relacionada à reincidência, nos termos do Anexo 11. No entanto, no item 1 do Anexo 11, há menção expressa à recorrência do descumprimento do mesmo indicador, e não de qualquer indicador, como consta no Anexo 03. Considerando a possível aplicação de medida tão drástica, a redação constante no Anexo 11, que versa sobre as penalidades incidentes ao Contrato de Concessão, está mais alinhada com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, prevalecendo sobre a previsão do Anexo 3. Está correto nosso entendimento?”*

*Apenas ressaltamos que este foi o entendimento adotado pela ARTESP em relação à Concorrência Internacional nº 03/2016 (conforme item 497 da 3º Ata de Esclarecimentos).”*

*Ref: Item 1.1(e) do Anexo III e Anexo XI do Contrato.*

*e) Como regra, para itens com relação aos quais haja incidido, pelo mesmo motivo, redução no CSP mensalmente apurado, a primeira Notificação pela infração prevista no ANEXO XI - DAS PENALIDADES será comutada em advertência, incidindo a multa prevista em caso de reincidência, no mesmo mês;*

*(i) Nos casos em que houver reincidência no descumprimento de qualquer Indicador de Desempenho, em 3 (três) períodos consecutivos, ou 6 meses não consecutivos em um período de 12 meses, conforme apontado nos Relatórios Mensais de Apuração do CSP, a CONCESSIONÁRIA ficará sujeita à penalidade relacionada à reincidência, conforme descrito no Anexo 11 – DAS PENALIDADES, podendo inclusive ficar sujeita à CADUCIDADE da CONCESSÃO;*

*(ii) Caso o descumprimento dos Indicadores de Desempenho caracterize infração classificada nos níveis D, E e F conforme especificado no Anexo 11 - DAS PENALIDADES, a CONCESSIONÁRIA ficará sujeita ao regramento estabelecido no Anexo 11 - DAS PENALIDADES desde a primeira incidência;*

*(iii) O Anexo 11 - DAS PENALIDADES, determinará, de forma específica, os casos de recorrência em que a Concessionária tenha apuração mensal do resultado do Coeficiente de Desempenho de Serviços Prestados ( $CSP \leq 50\%$ ) igual ou inferior a 50% (cinquenta por cento).*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento está correto.

**167º Questionamento:** “O item 2.1.3.3 do Anexo 6 do Contrato prevê um prazo para que a concessionária realize o “Levantamento Cadastral” da extensão da Faixa de Domínio junto aos órgãos competentes. Ocorre que há obrigações a serem cumpridas pela Concessionária, desde o início da Concessão, que dependem do conhecimento dos limites da Faixa de Domínio,

*as quais não podem deixar de ser cumpridas durante referido “Levantamento Cadastral”. É o caso, por exemplo, do Programa Intensivo Inicial (PII), constante do Capítulo I do Anexo 6 do Contrato de Concessão. Por isso, pergunta-se: quais os limites da faixa de domínio a serem considerados pela Concessionária até o “Levantamento Cadastral” referido no item 2.1.3.3 do Anexo 6 do Contrato?”*

*Ref: Anexo VI do Contrato - Item 2.1.3.3.*

#### *2.1.3.3. Levantamento Cadastral de Faixa de Domínio*

*Nos dois primeiros anos de Concessão, a Concessionária deverá realizar um trabalho de pesquisa junto aos órgãos responsáveis no intuito de obter a documentação comprobatória do cadastro atualizado dos limites da faixa de domínio e faixa non aedificandi. As informações obtidas nesta pesquisa, bem como as cópias digitais da documentação pertinente deverá ser cadastrada no Sistema Digital Integrado de Cadastro do Inventário Rodoviário (SIR).*

*Adicionalmente, também deverão ser gerados desenhos consolidados em formato dwg ou equivalente, contendo o cadastro atualizado, com base em coordenadas UTM (datum WGS-84), bem como gerado um arquivo kmz ou equivalente. Cópias destes arquivos deverão ser disponibilizadas no Sistema Digital de Gerenciamento de Projetos (SISPROJ).*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Deverão ser considerados os limites inferidos pela aplicação das normativas vigentes do DER/SP.

**168º Questionamento:** *“Entre as hipóteses que poderão ensejar a declaração da caducidade do Contrato de Concessão, elencadas na Cláusula 43.2, consta: a incidência de autuações administrativas que ensejem a aplicação de multas devidas que somem, em seu valor agregado, 4,5% do valor do Contrato.*



*Entendemos que, para fins de cômputo do percentual citado acima, exige-se que as autuações sejam definitivas, isto é, que as decisões pela aplicação das penas tenham transitado em julgado perante o órgão competente. Nosso entendimento está correto?"*

*Ref: Cláusula 43.2. do Contrato.*

*43.2. A caducidade da CONCESSÃO poderá ser declarada nos seguintes casos, além daqueles enumerados pela Lei Federal nº 8.987/95, com suas alterações, e sem prejuízo das demais hipóteses previstas neste CONTRATO:*

*(...)*

*xvi. Incidência de autuações administrativas que ensejem a aplicação de multas contratuais que somem, em seu valor agregado, 4,5% (quatro vírgula cinco por cento) do valor do Contrato, considerando-se para tanto as multas não passíveis de recurso na esfera administrativa;*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Serão consideradas as multas não passíveis de recurso na esfera administrativa.

**169º Questionamento:** *"A Cláusula 19.1, de forma genérica, atribui à Concessionária o risco decorrente de atrasos no cronograma que não tenham sido expressamente alocados à ARTESP ou ao PODER CONCEDENTE. Entretanto, considerando que a alocação de riscos deve, necessariamente, observar o critério de melhor gerenciamento do risco, atribuindo àquele que detenha condições de evitar ou mitigar os danos decorrentes, requer seja esclarecido que a Concessionária não poderá ser responsabilizada por atos que não tenha dado causa, sobretudo praticado por terceiros.*

*Apenas para referência, esclaremos que este questionamento também foi realizado na Concorrência Internacional nº 03/2016, sendo que a resposta*

dada à questão 536 foi: "A Concessionária não será responsabilizada por inexigibilidade de conduta diversa, conforme previsto no Anexo IX do Contrato".

*Ref: Cláusula 19.1. do Contrato.*

*19.1. A CONCESSIONÁRIA é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados à presente CONCESSÃO, com exceção dos riscos contratual e expressamente alocados ao PODER CONCEDENTE, incluindo os principais riscos relacionados a seguir:*

*(...)*

*ix. Atraso no cumprimento dos cronogramas e prazos estabelecidos neste CONTRATO, especialmente no prazo dos marcos finais expressos no(s) cronograma(s) vigentes, sempre que o atraso estiver relacionado a obrigações e riscos que não tenham sido expressamente alocadas à ARTESP ou ao PODER CONCEDENTE.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** A Concessionária não será responsabilizada por inexigibilidade de conduta diversa, conforme previsto no Anexo XI do Contrato.

**170° Questionamento:** "Favor informar se os acessos existentes no Sistema Rodoviário, mas que não constam do referido Anexo, poderão ser fechados."

*Ref: Anexo II (Sistema Rodoviário) e Anexo IV do Contrato. N/A*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O fechamento de um acesso seguirá o rito da Lei 10.177, de 30 de dezembro de 1.998 - que Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual.

**171º Questionamento:** *“Favor esclarecer qual a data de referência a ser usada pelas licitantes para recebimento do Sistema Remanescente.*

*Apenas para referência, esclaremos que este questionamento também foi realizado na Concorrência Internacional nº 03/2016, sendo que a resposta dada à questão 576 foi: "A data constante do item 1.1 é fornecida para fins informativos. A data de referência é aquela considerada no item 8.1 (um ano após a assinatura do termo de transferência inicial). Sendo assim, o pagamento do valor da 2ª parcela da OUTORGA FIXA, a ser efetuado quando da assinatura do Termo de Transferência do Sistema Remanescente, deverá ser previsto para ser realizado no 1º mês do 2º ano de concessão, considerando o disposto na cláusula 8.1, do anexo XVIII, sem prejuízo do disposto na Cláusula 22.3.1, do Contrato, que determina a forma de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato no caso de evento de desequilíbrio consistente em atraso ou antecipação do pagamento da Outorga Fixa".*

*Ref: Itens 1.1, 8.1 e 8.2 do Anexo XVIII do Contrato.*

*1.1. A Concessionária AUTOVIAS S.A. (doravante "AUTOVIAS") explora os serviços públicos de transporte relativos ao Sistema Rodoviário denominado LOTE 10, objeto do Contrato de Concessão 009/CR/1998, pelo prazo de 20 (vinte) anos, que se finda em 18 / 12 / 2018.*

*8.1 A CONTRATANTE garante o recebimento integral pela CONTRATADA do Sistema Rodoviário de que trata o LOTE 10, objeto do Contrato de Concessão 009/CR/1998, um 18 (dezoito) meses após a assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL, data que poderá ser antecipada, em razão do advento do termo contratual ou em decorrência de decisão judicial transitada em julgado, proferida na Ação Declaratória de autoria da AUTOVIAS S/A em face da ARTESP e do Estado de São Paulo (Processo 1014902-54.2015.8.26.0053, em trâmite perante a 10ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de São Paulo).*

*8.2 As partes reconhecem desde já que constitui evento de desequilíbrio com efeitos prejudiciais ao PODER CONCEDENTE, havendo consequente necessidade de recomposição da equação econômico- financeira do CONTRATO DE CONCESSÃO em favor do PODER CONCEDENTE, a ser calculado nos termos do retro referido CONTRATO e considerando os itens 8.4 e 8.5 infra, a hipótese de antecipação do recebimento do LOTE 10, que passará a integrar o CONTRATO DE CONCESSÃO.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** A data constante do item 1.1 é fornecida para fins informativos. A data de referência é aquela considerada no item 8.1, isto é, 18 (dezoito) meses) após a assinatura do termo de transferência inicial..

**172º Questionamento:** *“Na hipótese de haver atraso ou antecipação na transferência do Sistema Rodoviário de que trata o LOTE 05, objeto do Contrato de Concessão 009/CR/1998, à CONTRATADA, entendemos que o desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de atraso ou antecipação no pagamento da segunda parcela OUTORGA FIXA deverá ser considerado para cálculo da recomposição do equilíbrio, prevista no anexo 18 da minuta do contrato de concessão, em complemento às cláusulas 8.4 e 8.5. Nosso entendimento está correto?*

*Apenas para referência, esclaremos que este questionamento também foi realizado na Concorrência Internacional nº 03/2016, sendo que a resposta dada à questão 585 foi: "O entendimento está correto, sem prejuízo do disposto na Cláusula 22.3.1 do Contrato, que determina a forma de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato no caso de evento de desequilíbrio consistente em atraso ou antecipação do pagamento da Outorga Fixa".*

*Ref: Itens 8.3, 8.4 e 8.5 do Anexo XVIII do Contrato.*

*8.3 As partes reconhecem desde já que constitui evento de desequilíbrio com efeitos prejudiciais à CONTRATADA, havendo consequente necessidade de recomposição da equação econômico- financeira do CONTRATO DE CONCESSÃO em favor da CONTRATADA, a ser calculado nos termos do retro referido contrato e considerando os itens 8.4 e 8.5 infra, a hipótese de atraso no recebimento do LOTE 10, que passará a integrar o CONTRATO DE CONCESSÃO. 8.4 A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro a ser calculada em decorrência dos EVENTOS previstos nas Cláusulas 8.2 e 8.3 deste ANEXO deverá considerar o valor da tarifa quilométrica aplicável à CONCESSIONÁRIA, prevista no ANEXO IV, além dos tributos aplicáveis.*

*8.5 Para o cálculo da recomposição do equilíbrio em razão da ocorrência dos EVENTOS previstos nas Cláusulas 8.2 e 8.3 deste ANEXO, será considerada a média mensal das despesas nominais do ano exercício de 2017 da AUTOVIAS para definição dos custos operacionais da CONCESSIONÁRIA, expressas no "Quadro 4B" apresentado pela AUTOVIAS e auditado pela ARTESP, devidamente atualizados, e observada a ocorrência do disposto no item 1.4.1 supra.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento está correto, sem prejuízo do disposto na Cláusula 22.3.1 do Contrato, que determina a forma de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato no caso de evento de desequilíbrio consistente em atraso ou antecipação do pagamento da Outorga Fixa.

**173º Questionamento:** “O Contrato estabelece que “as apólices de seguro contratadas pela CONCESSIONÁRIA deverão conter expressamente cláusula de recomposição automática dos valores segurados, de forma incondicionada, inclusive pela Seção de Responsabilidade Civil, observadas as regulamentações dos órgãos federais de normatização e fiscalização de

*Seguros no Brasil, a não ser que essas coberturas não estejam disponíveis no mercado segurador, o que deve ser confirmado por carta encaminhada à ARTESP e subscrita pela resseguradora”.*

*Esclarecimento solicitado: a regulação de um sinistro pode se estender por anos, até a efetiva confirmação da perda. Desta forma, entendemos que a recomposição automática deverá ocorrer apenas no momento do reconhecimento do valor da perda. Ressaltamos que este foi o entendimento adotado pela ARTESP em relação à Concorrência Internacional nº 03/2016 (conforme item 592 da 3º Ata de Esclarecimentos). Favor confirmar nosso entendimento.”*

*Ref: Item 31.1.2 do Contrato.*

*31.1.2. As apólices de seguro contratadas pela CONCESSIONÁRIA deverão conter expressamente cláusula de recomposição automática dos valores segurados, de forma incondicionada, inclusive para a Seção de Responsabilidades Civil, observadas as regulamentações dos órgãos federais de normatização e fiscalização de Seguros no Brasil, a não ser que essa cobertura não esteja disponível no mercado segurador, o que deve ser confirmado por carta encaminhada à ARTESP e subscrita pela resseguradora.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento está correto.

**174º Questionamento:** “O Contrato estabelece que “os valores mínimos que deverão ser observados para as garantias contratadas pela CONCESSIONÁRIA corresponderão, nos 5 (cinco) primeiros anos contratuais e nos 2 (dois) últimos anos contratuais, a 10% (dez por cento) do valor total dos investimentos acrescido do valor da outorga fixa ofertada” e que “a GARANTIA DE EXECUÇÃO a ser prestada está limitada a, e em nenhuma hipótese excederá, o valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor total

atualizado dos investimentos, ao qual se computam, também, os valores incluídos em REVISÃO ORDINÁRIA ou EXTRAORDINÁRIA, acrescido do valor da outorga fixa ofertada”.

Esclarecimento solicitado: entendemos que o valor a ser garantido deve ser calculado através da fórmula  $[10\% \times (\text{INVESTIMENTO} + \text{OUTORGA FIXA OFERTADA})]$ . Favor esclarecer se o nosso entendimento está correto.

Apenas para referência, esclaremos que este questionamento também foi realizado na Concorrência Internacional nº 03/2016, sendo que a resposta dada à questão 595 foi: "Considerando que por “outorga fixa ofertada” entende-se o somatório das parcelas de outorga fixa (1ª + 2ª parcela), está correto o entendimento."

*Ref: Itens 32.2.1 e 32.3 do Contrato.*

*32.2.1. Os valores mínimos que deverão ser observados para as garantias contratadas pela CONCESSIONÁRIA corresponderão, nos 5 (cinco) primeiros anos contratuais e nos 2 (dois) últimos anos contratuais, a 10% (dez por cento) do valor total dos investimentos acrescido do valor da Outorga Fixa, e têm como referência a data-base de março de 2016, devendo ser anualmente reajustados considerando-se a variação do IPCA/IBGE no período.*

*32.3. A GARANTIA DE EXECUÇÃO a ser prestada está limitada a, e em nenhuma hipótese excederá, o valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor total atualizado dos investimentos, ao qual se computam, também, os valores incluídos em REVISÃO ORDINÁRIA ou EXTRAORDINÁRIA, acrescido do valor da Outorga Fixa.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Considerando que por “outorga fixa ofertada” entende-se o somatório das parcelas de outorga fixa (1ª + 2ª parcela), está correto o entendimento.



**175º Questionamento:** “Entendemos que os postos de pesagem fixa e móvel atualmente sob administração da AUTOVIAS, no momento de sua transferência, já deverão estar devidamente adequados às portarias vigentes do DENATRAN (PORTARIA Nº 870 DE 26 DE OUTUBRO DE 2010) e INMETRO (Portaria n.º 47, de 22 de janeiro de 2016). Favor confirmar nosso entendimento.

Adicionalmente, entendemos que, caso não tenham sido adequados, esta adequação será computada no desequilíbrio econômico-financeiro a favor da nova CONCESSIONÁRIA, nos termos do item 4.3 do Anexo 18 ao Contrato. Favor confirmar este entendimento.

Apenas para referência, esclaremos que este foi o entendimento adotado pela ARTESP em resposta à questionamento semelhante realizado na Concorrência Internacional nº 03/2016, conforme questão 602.”

*Ref: itens 3.1 e 4.3 do Anexo XVIII e item 2.10 do Anexo X do Contrato.*

#### **ANEXO XVIII**

*3.1. A partir da data da assinatura do CONTRATO DE CONCESSÃO, a CONTRATADA ficará autorizada a adotar providências voltadas à verificação do cumprimento, pela AUTOVIAS, das condições mínimas para devolução do Sistema Rodoviário objeto do LOTE 10 em bom estado, com atualização adequada, nos termos previstos no Anexo 10 - Condições de Devolução do Contrato de Concessão nº 009/CR/1998.*

*4.3 Em até 45 (quarenta e cinco) dias antes da extinção da concessão da AUTOVIAS, a CONTRATADA deverá apresentar ao Conselho Diretor da ARTESP um Relatório de Visita, nos termos dos subitens 3.2 supra, contendo:*

*(i) resumo da situação dos componentes verificados e das incorreções constatadas, incluindo informações:*

*a) sobre o cumprimento pela AUTOVIAS dos prazos estabelecidos nos relatórios de vistoria parciais da Comissão de Devolução do LOTE 10;*

*b) quanto ao atendimento, ou não, das condições de devolução do sistema previstas no Anexo 10 do Contrato de Concessão nº 009/CR/1998;*

*(ii) estimativa de eventual desequilíbrio econômico-financeiro a favor da CONTRATADA, caso a AUTOVIAS não corrija as falhas apontadas antes da Transferência do Sistema Remanescente, e caso caiba à CONTRATADA proceder às correções necessárias à plena operação do Sistema que lhe será transferido, configurando-se EVENTO DE DESEQUILÍBRIO e fazendo jus à consequente recomposição do equilíbrio-econômico do CONTRATO.*

## **ANEXO X**

### **2.10 - Instalações Operacionais e Equipamentos**

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento está correto.

**176º Questionamento:** “Consta do Anexo XXI que deverá ser incluído no Envelope C o Termo de Ciência e Notificação, conforme modelo do Anexo X. No entanto, nos termos do item 16.3 do Edital, o Termo de Ciência e Notificação será assinado pela futura SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO, que vier a celebrar o contrato de Concessão. Em nosso entendimento, o modelo do Anexo X não deve ser incluído no Envelope C, constituindo a previsão do Anexo XXII em erro material. Está correto o entendimento?”

*Ref: Anexo XXII - Relação de Documentos (p. 15) e Item 16.3 do Edital.*

## **ENVELOPE C**

*Termo de Ciência e de Notificação, mediante ANEXO X do EDITAL, Introdução, F - Anexos do EDITAL.*

*16.3. Em cumprimento ao disposto na Resolução nº 8/08 e Instrução nº 01/08 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, a SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO deverá assinar, juntamente com o instrumento contratual, o Termo de Ciência e de Notificação, conforme Anexo X deste EDITAL.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Sim, o entendimento está correto. O Anexo X é enviado ao TCE/SP somente quando da assinatura do contrato de concessão

**177º Questionamento:** *“Pelo item em referência, todos os “impactos positivos e negativos” decorrentes da implantação da tecnologia free-flow são transferidos ao Poder Concedente. Entendemos por interpretação (situação, portanto, não expressa) que, mediante a adoção do sistema free-flow, o risco de queda de receita tarifária pelo aumento da evasão de pedágio e inadimplência do usuário será realocado inteiramente e sem exceções ao Poder Concedente. Está correto esse entendimento?”*

*Apenas para referência, esclarecemos que este questionamento também foi realizado na concorrência 03/2016, sendo que a resposta dada à questão 26 foi: “Nos termos da Cláusula 19.2 (xiv), todos os impactos positivos e negativos, desde que decorrentes da implantação da tecnologia free-flow, serão riscos alocados ao Poder Concedente.”*

*Ref: Item 19.2 (xiv) do Contrato. 19.2. O PODER CONCEDENTE, sem prejuízo das demais disposições deste CONTRATO, assume os seguintes riscos relacionados à CONCESSÃO:*

*(...)*

*xiv. Investimentos e impactos positivos ou negativos decorrentes da implantação de sistema de arrecadação de TARIFAS DE PEDÁGIO na modalidade FREE FLOW, ou outro que venha a existir;*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Nos termos da Cláusula 19.2 (xiv), todos os impactos positivos e negativos, desde que decorrentes da implantação da tecnologia free-flow, serão riscos alocados ao Poder Concedente.

**178º Questionamento:** “Considerando que existem atos que devem ser praticados pelo Poder Concedente e/ou ARTESP para a obtenção do REIDI pela concessionária, entendemos que:

- a) o Poder Concedente e/ou ARTESP se comprometem a praticar tais atos; e
- b) se tais atos não forem realizados e a concessionária não obtiver o REIDI por este motivo, haverá o reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO a favor da concessionária.

Está correto nosso entendimento?”

*Ref: Item 12.4.1 do Edital.*

*12.4. A LICITANTE deverá estar ciente de que a PROPOSTA DE PREÇO, inclusive no que se refere ao valor da OUTORGA FIXA ofertado:*

*(...)*

*xv. poderá considerar, por sua conta e risco, a incidência de eventuais benefícios tributários já instituídos quando da apresentação das propostas, tal como o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI, disciplinado pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, sendo que, neste último caso, a consideração do REIDI deve estar expressa na*

*sua proposta, e eventual não obtenção do benefício não acarretará reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** a) Sim; b) Sim.

**179º Questionamento:** “No Quadro “Diretrizes para Plano de Investimentos Inicial”, constam 17 Bases SAU a serem implantadas pela concessionária, entre o 1º ano 3º ano da Concessão.

*Pergunta-se:*

*a) Será facultado à concessionária um reposicionamento na localização destas bases SAU, caso a escolha resulte em melhor rendimento operacional em relação às localizações constantes neste Quadro?*

*b) Será facultado à adjudicatária da licitação, alterar o número de Bases SAU quando da apresentação de seu Plano Original de Investimentos, antes da assinatura do Contrato de Concessão, desde que a quantidade e localização garantam o atendimento dos níveis de serviços exigidos no Anexo 05, tal como descrito no item 3.3.4.3 do Anexo 07?*

*Apenas para referência, esclarecemos que este questionamento também foi realizado na concorrência 03/2016, sendo que a resposta dada à questão 428 foi: a) Sim. b) Sim, desde que atenda os níveis de serviço exigidos, conforme item 7.3.2 do Anexo V.”*

*Ref: Anexo VII do Contrato – item 3.4.*

#### **QUADRO – DIRETRIZES PARA PLANO ORIGINAL DE INVESTIMENTOS**

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** a) Sim. b) Sim, desde que atenda os níveis de serviço exigidos, conforme item 7.3.2 do Anexo V.

**180º Questionamento:** *“O cronograma de investimentos apresentado no EVTE prevê intervenções de recapeamento somente a partir do 8º ano da concessão, nos trechos administrados atualmente pela Concessionária Autovias S.A. Entendemos que, nos trechos do Sistema Remanescente atualmente administrados pela Concessionária Autovias S.A., deverão ser considerados os custos de recapeamento a partir do segundo ciclo de conservação especial de pavimento. Está correto nosso entendimento?”*

*Apenas para referência, esclarecemos que questionamento similar também foi realizado na concorrência 03/2016, sendo que a resposta dada à questão 431.d foi: "d) Nos trechos administrados atualmente pela Concessionária Vianorte deverão ser considerados os custos a partir do segundo ciclo de conservação especial de pavimento."*

*Ref: Anexo XXI do Contrato – EVTE. N/A*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Nos trechos administrados atualmente pela Concessionária Autovias, deverão ser considerados os custos a partir do segundo ciclo de conservação especial de pavimento.

**181º Questionamento:** *“Entendemos que, se o atraso na imissão na posse for decorrente exclusivamente do Poder Judiciário, as consequentes variações nos prazos não serão de responsabilidade da Concessionária, em virtude de se configurar inexigibilidade de conduta diversa de acordo com o 2.2 e 2.3 do Anexo 11. Esta interpretação está correta?”*

*Ref: Item 19.1 (xxxvi) do Contrato, Itens 2.2 e 2.3 do Anexo 11 do Contrato.*

*19.1. A CONCESSIONÁRIA é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados à presente CONCESSÃO, com exceção dos riscos contratual e expressamente alocados ao PODER CONCEDENTE, incluindo os principais riscos relacionados a seguir:*

*(...)*

*xxxvi. Variação nos custos, prazos ou quaisquer outras circunstâncias relacionadas à imissão na posse ou à condução e conclusão dos processos expropriatórios dos imóveis necessários à execução das atividades de exploração do SISTEMA RODOVIÁRIO, ressalvado o caso de atraso na expedição de DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA ou DECLARAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, por culpa exclusiva da ARTESP ou do PODER CONCEDENTE;*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** A Concessionária não será responsabilizada por inexigibilidade de conduta diversa, conforme previsto no Anexo XI do Contrato.

**182º Questionamento:** *“Favor identificar quais são os trechos que passaram por obras de restauração e/ou implantação recente por parte do DER/SP (últimos 3 anos, em relação à data de assinatura do contrato).”*

*Ref: Anexo 6 do Contrato.*

*Os trechos que eventualmente passaram por obras de restauração e/ou implantação recente por parte do DER/SP (últimos 3 anos, em relação à data de assinatura do contrato), estarão dispensados da obrigatoriedade de serem contempladas no primeiro ciclo de conservação especial de pavimento.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Essa informação é pública e se encontra disponível no próprio DER.



**183º Questionamento:** “Entendemos que, em caso de impactos em desempenho decorrentes exclusivamente de riscos alocados ao Poder Concedente no Contrato, a Concessionária não será penalizada. Logo, não será devido Desconto por Atraso. Está correto o entendimento?”

*Ref: Anexo III (Desconto por Atraso) ao Contrato, Item 4.6.2 do Anexo IV.*

**Item 2 - DESCONTO POR ATRASO OU INEXECUÇÃO DAS ETAPAS CONSTRUTIVAS**

*Item 4.6.2 do Anexo 4*

...

*A perda de receita pela aplicação do Índice de Qualidade e Desempenho (IQD) e Desconto por Atraso ou Inexecução das Etapas Construtivas (DA) poderá ser revista a pedido da CONCESSIONÁRIA, em processo administrativo próprio, caso haja a comprovação de que a não consecução dos índices máximos referentes ao IQD e DA foi ocasionada pela materialização de algum risco”.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento está correto.

**184º Questionamento:** “Entendemos que o compartilhamento das receitas auferidas por partes relacionadas à concessionária será determinado pelo Poder Concedente em razão do caso concreto e apenas em casos excepcionais, que não constituem a situação padrão das concessões rodoviárias no Brasil. Assim, as receitas de partes relacionadas decorrentes de serviços corporativos compartilhados, construção e seguros não se enquadrarão nos itens 11.2 (vii) e 11.3 do contrato. Está correto esse entendimento?”

*Apenas para referência, esclarecemos que este questionamento também foi realizado na concorrência 03/2016, sendo que a resposta dada à questão 563 foi: "As receitas de partes relacionadas decorrentes de serviços corporativos compartilhados previstos neste Edital como passíveis de subcontratação qualificada pela Concessionária, bem como aqueles relacionados a obtenção de seguros, garantias e financiamentos não se enquadram nos itens 11.2 (vii) e 11.3 do Contrato. Demais receitas decorrentes de atividades relacionadas com a Concessão deverão ser compartilhadas."*

*Ref: Itens 11.2 (vii) e 11.3 do Contrato.*

*11.2. Constituem fontes de RECEITAS ACESSÓRIAS o seguinte rol exemplificativo:*

*(...)*

*vii. Outras receitas cabíveis e permitidas pela legislação em vigor, inclusive aquelas decorrentes da exploração de atividades relacionadas a esta CONCESSÃO que venham a ser auferidas por partes relacionadas, com fundamento em instrumentos jurídicos firmados com a CONTRATADA.*

*(...)*

*11.3. Toda e qualquer RECEITA ACESSÓRIA integrará a RECEITA BRUTA da CONCESSIONÁRIA, que servirá como base de cálculo para incidência do percentual de 3% (três por cento) referente à OUTORGA VARIÁVEL pago ao PODER CONCEDENTE, bem como o percentual de 3% (três por cento) devido à ARTESP em função do desempenho das atividades de fiscalização.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** As receitas de partes relacionadas decorrentes de serviços corporativos compartilhados previstos neste Edital como passíveis de subcontratação qualificada pela Concessionária, bem como aqueles relacionados a obtenção de seguros, garantias e financiamentos não se

enquadram nos itens 11.2 (viii) e 11.3 do Contrato. Demais receitas decorrentes de atividades relacionadas com a Concessão deverão ser compartilhadas.

**185º Questionamento:** *“A Cláusula 19.1 xvi. do Contrato de Concessão define que é de alocação da Concessionária "todos os riscos inerentes à prestação do Serviço Adequado, incluindo, entre outros, variações nos investimentos, custos ou despesas, e inovações tecnológicas necessárias para atendimento aos Indicadores de Desempenho vigentes, bem como das normas técnicas e regras contratuais". Por sua vez, a Cláusula 15.1 prevê que a Concessionária "deverá observar a atualidade na execução das obras e serviços objeto deste Contrato, caracterizada pela modernidade dos equipamentos, das instalações e das técnicas da prestação dos serviços de operação e manutenção do Sistema Rodoviário, com absorção dos avanços tecnológicos advindos ao longo do prazo da concessão".*

*Entende-se que as inovações tecnológicas necessárias apontadas na Cláusula 19.1 xvi. do Contrato será equivalente ao dever de atualidade presente na Cláusula 15.1.*

*Apenas para referência, esclarecemos que este questionamento também foi realizado na concorrência 03/2016, sendo que a resposta dada em INFORMATIVO ARTESP DE INTERESSE À CONCORRÊNCIA PÚBLICA INTERNACIONAL N. 03/2016 foi no sentido que o entendimento estaria correto.”*

**Ref: Itens 19.1 (xvi) e 15.1 do Contrato.**

**15.1. A CONCESSIONÁRIA deverá observar a atualidade na execução das obras e serviços objeto deste CONTRATO, caracterizada pela modernidade dos equipamentos, das instalações e das técnicas da prestação dos serviços**

*de operação e manutenção do SISTEMA RODOVIÁRIO, com a absorção dos avanços tecnológicos advindos ao longo do PRAZO DA CONCESSÃO, inclusive no que se refere à sustentabilidade ambiental, que agreguem valor e representem benefícios e qualidade aos serviços concedidos, elevando o nível dos serviços oferecidos aos USUÁRIOS.*

*(...)*

*19.1. A CONCESSIONÁRIA é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados à presente CONCESSÃO, com exceção dos riscos contratual e expressamente alocados ao PODER CONCEDENTE, incluindo os principais riscos relacionados a seguir:*

*(...)*

*xv. Todos os riscos inerentes à prestação do SERVIÇO ADEQUADO, incluindo, entre outros, variações nos investimentos, custos ou despesas, e inovações tecnológicas necessárias para o atendimento aos INDICADORES DE DESEMPENHO vigentes, bem como das normas técnicas e regras contratuais;*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento está correto.

**186º Questionamento:** “Entendemos que, a realização de investimentos em inovações tecnológicas para atendimento aos INDICADORES DE DESEMPENHO, tais quais definidos na versão original do instrumento convocatório, não gera direito a reequilíbrio.

Contrariamente, entendemos que, se a ARTESP solicitar à concessionária a realização de investimentos em inovações tecnológicas que não sejam necessárias para atender aos INDICADORES DE DESEMPENHO e as normas técnicas e regras contratuais, quando a concessionária já estiver observando a

atualidade na execução de obras e serviços, tais investimentos gerarão direito a reequilíbrio. Favor confirmar tal entendimento.”

*Ref: Itens 19.1 (xvi) e 15.1 do Contrato.*

*15.1. A CONCESSIONÁRIA deverá observar a atualidade na execução das obras e serviços objeto deste CONTRATO, caracterizada pela modernidade dos equipamentos, das instalações e das técnicas da prestação dos serviços de operação e manutenção do SISTEMA RODOVIÁRIO, com a absorção dos avanços tecnológicos advindos ao longo do PRAZO DA CONCESSÃO, inclusive no que se refere à sustentabilidade ambiental, que agreguem valor e representem benefícios e qualidade aos serviços concedidos, elevando o nível dos serviços oferecidos aos USUÁRIOS.*

*(...)*

*19.1. A CONCESSIONÁRIA é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados à presente CONCESSÃO, com exceção dos riscos contratual e expressamente alocados ao PODER CONCEDENTE, incluindo os principais riscos relacionados a seguir:*

*(...)*

*xv. Todos os riscos inerentes à prestação do SERVIÇO ADEQUADO, incluindo, entre outros, variações nos investimentos, custos ou despesas, e inovações tecnológicas necessárias para o atendimento aos INDICADORES DE DESEMPENHO vigentes, bem como das normas técnicas e regras contratuais;*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento está correto.

**187º Questionamento:** “Entendemos que, como aplicado na concorrência 03/2016, é risco atribuído à concessionária apenas a adequação à regulação que seja meramente de padronização. Está correto nosso entendimento?”

*Ref: Itens 19.1 (xxiv) do Contrato.*

*19.1. A CONCESSIONÁRIA é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados à presente CONCESSÃO, com exceção dos riscos contratual e expressamente alocados ao PODER CONCEDENTE, incluindo os principais riscos relacionados a seguir:*

*(...)*

*xxiv. Adequação à regulação exercida por quaisquer outros órgãos ou entidades distintos da ARTESP, cuja competência inclua as atividades objeto deste CONTRATO.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento não está correto. A Cláusula 19.1 (xxiv) do Contrato trata somente da regulação editada pela ARTESP.

**188 º Questionamento:** “Entendemos que, na hipótese de a adequação, ainda que meramente de padronização, implicar investimento relevante por parte da Concessionária, impactando de forma significativa sua equação financeira, a Concessionária poderá ter direito a reequilíbrio, o que será analisado caso a caso. Nosso entendimento está correto?”

*Ref: Itens 19.1 (xxiv) do Contrato.*

*19.1. A CONCESSIONÁRIA é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados à presente CONCESSÃO, com exceção dos riscos contratual e expressamente alocados ao PODER CONCEDENTE, incluindo os principais riscos relacionados a seguir:*

(...)

*xxiv. Adequação à regulação exercida por quaisquer outros órgãos ou entidades distintos da ARTESP, cuja competência inclua as atividades objeto deste CONTRATO.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O risco da previsto na Cláusula 19.1, (xxiv) é da Concessionária, sem prejuízo de análise caso a caso, justificadamente.

**189º Questionamento:** *“Considerando que se trata de uma rodovia com 720 km, uma adequação à regulação pode ter impacto na equação financeira da concessionária. Desta forma, entendemos que, quando houver uma necessidade de adequação à regulação, a CONCESSIONÁRIA apresentará à ARTESP um cronograma, que será analisado e definido de comum acordo entre partes, para execução desta adequação. Nosso entendimento está correto?”*

*Apenas para referência, esclarecemos que questionamento similar também foi realizado na concorrência 03/2016, sendo que a resposta dada à questão 566 foi: "O entendimento está correto."*

*Ref: Itens 19.1 (xxiv) do Contrato.*

*19.1. A CONCESSIONÁRIA é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados à presente CONCESSÃO, com exceção dos riscos contratual e expressamente alocados ao PODER CONCEDENTE, incluindo os principais riscos relacionados a seguir:*

(...)



*xxiv. Adequação à regulação exercida por quaisquer outros órgãos ou entidades distintos da ARTESP, cuja competência inclua as atividades objeto deste CONTRATO.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento está correto.

**190º Questionamento:** “A pesquisa de satisfação dos usuários realizada pela ARTESP para o Prêmio Concessionária do Ano analisa as dimensões de Conservação, Segurança e Qualidade dos Serviços e define o IQC (Indicador de Qualidade das Concessionárias), que é o indicador geral de avaliação. Favor esclarecer se, para avaliação do item 4 do CSP, será usada a nota do IQC ou apenas a nota atribuída à dimensão de Qualidade dos Serviços.

Apenas para referência, esclarecemos que questionamento similar também foi realizado na concorrência 03/2016, sendo que a resposta dada à questão 567 foi: “Restringe-se a nota atribuída aos serviços prestados.”

*Ref: Anexo III do Contrato - Item 1.3.*

*Item 4 DO CSP: Obter, no mínimo, 90% de aprovação dos Serviços Prestados pela Concessionária, na Pesquisa de Satisfação dos Usuários realizada pela ARTESP para o Prêmio Concessionária do Ano.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Restringe-se a nota atribuída aos serviços prestados.

**191º Questionamento:** “A pesquisa de satisfação dos usuários realizada pela ARTESP para o Prêmio Concessionária do Ano analisa as dimensões de Conservação, Segurança e Qualidade dos Serviços e define o IQC (Indicador de Qualidade das Concessionárias), que é o indicador geral de avaliação. Na

pesquisa realizada em 2015, o IQC médio das concessionárias foi de 7,92 e a melhor nota foi de 8,75. Já na pesquisa de 2014, a média foi 8,05 e a melhor nota foi de 8,26. Ou seja, nestes anos mais recentes nenhuma concessionária atingiu nota 9,00.

Além do impacto na receita, o não atendimento recorrente de um mesmo índice leva à aplicação de multa, conforme descrito no item 4.5 do Anexo 11, e pode impactar o cálculo geral do CSP, com potenciais consequências ainda mais severas. Este ponto é ainda mais relevante quando consideramos que a referida pesquisa de satisfação é realizada apenas anualmente.

Entendemos que, conforme entendimento adotado na concorrência 03/2016 (vide questionamento 568 de tal licitação), por “aprovação dos Serviços Prestados pela Concessionária, na Pesquisa de Satisfação dos Usuários realizada pela ARTESP para o Prêmio Concessionária do Ano” deve-se entender a obtenção de nota geral superior à 5 (cinco) (nota média da Pesquisa).

Está correto nosso entendimento?”

*Ref: Item 39.1 (viii) do Contrato / Anexo III do Contrato - Item 1.3 / Anexo 11 do Contrato - item 4.5.*

*Item 4 DO CSP: Obter, no mínimo, 90% de aprovação dos Serviços Prestados pela Concessionária, na Pesquisa de Satisfação dos Usuários realizada pela ARTESP para o Prêmio Concessionária do Ano.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento está correto. Por “aprovação dos Serviços Prestados pela Concessionária, na Pesquisa de Satisfação dos Usuários realizada pela ARTESP para o Prêmio Concessionária do Ano” deve-se entender obtenção de nota geral superior à 5 (cinco) (nota média da Pesquisa)

**192º Questionamento:** *“Entendemos que o processo de medição mensal do CSP (COEFICIENTE DE DESEMPENHO DE SERVIÇOS) será realizado de forma objetiva e transparente, sendo assegurado à concessionária o acompanhamento das medições realizadas.*

*Favor confirmar se tal entendimento está correto.*

*Apenas para referência, esclarecemos que este questionamento também foi realizado na concorrência 03/2016, sendo que a resposta dada à questão 569 foi: "O entendimento está correto."*

*Ref: Anexo III do Contrato - Item 1.3 e 1.4.*

### **1.3 QUADRO DE INDICADORES PARA O CÁLCULO DO CSP MENSAL**

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento está correto.

**193º Questionamento:** *“Entendemos que o processo de medição semestral do EA (EFETIVO AVANÇO) será realizado de forma objetiva e transparente, sendo assegurado à concessionária acompanhar as medições.*

*Favor confirmar se tal entendimento está correto.*

*Apenas para referência, esclarecemos que este questionamento também foi realizado na concorrência 03/2016, sendo que a resposta dada à questão 570 foi: "O entendimento está correto.""*

*Ref: Anexo III do Contrato - Item 2.*

## **2 DESCONTO POR ATRASO OU INEXECUÇÃO DAS ETAPAS CONSTRUTIVAS**

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento está correto.

**194º Questionamento:** *“Entendemos que o processo de medição mensal do CSP (COEFICIENTE DE DESEMPENHO DE SERVIÇOS) será realizado de forma objetiva e transparente, e que a atribuição mensal da nota será acompanhada de relatório com todo o detalhamento dos dados usados para o cálculo de cada indicador. Favor confirmar se tal entendimento está correto.*

*Apenas para referência, esclarecemos que este questionamento também foi realizado na concorrência 03/2016, sendo que a resposta dada à questão 571 foi: "O entendimento está correto."*

*Ref: Anexo III do Contrato - Item 1.3.*

### **1.3 QUADRO DE INDICADORES PARA O CÁLCULO DO CSP MENSAL**

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento está correto.

**195º Questionamento:** *“Entendemos que o processo de medição semestral do EA (EFETIVO AVANÇO) será realizado de forma objetiva transparente, e que a atribuição mensal da nota será acompanhada de relatório com todo o detalhamento dos dados usados para o cálculo de cada indicador. Favor confirmar se tal entendimento está correto.*

*Apenas para referência, esclarecemos que este questionamento também foi realizado na concorrência 03/2016, sendo que a resposta dada à questão 572 foi: "O entendimento está correto."*

*Ref: Anexo III do Contrato - Item 1.3.*

### **1.3 QUADRO DE INDICADORES PARA O CÁLCULO DO CSP MENSAL**

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento está correto.

**196º Questionamento:** *“Favor esclarecer qual será a frequência e metodologia de medição dos 11 indicadores que compõem o CSP (COEFICIENTE DE DESEMPENHO DE SERVIÇOS)?*

*Apenas para referência, esclarecemos que este questionamento também foi realizado na concorrência 03/2016, sendo que a resposta dada à questão 573 foi: "A apuração da nota é mensal."*

*Ref: Anexo III do Contrato - Item 1.3 e 1.4.*

### **1.3 QUADRO DE INDICADORES PARA O CÁLCULO DO CSP MENSAL**

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** A apuração da nota é mensal.

**197º Questionamento:** *“Favor confirmar se é obrigatória ou facultativa a apresentação de carta de uma instituição financeira declarando seu propósito de efetuar financiamentos, inclusive se a proposta do licitante compreender empréstimo ponte. Se for obrigatória, há um valor mínimo a ser indicado?”*

*Apenas para referência, esclarecemos que este questionamento também foi realizado na concorrência 03/2016, sendo que a resposta dada à questão 580 foi: "A apresentação da carta é facultativa."*

*Ref: Item 13.39 (xi) e Anexo XX do Edital. 13.39. Os documentos a seguir listados devem ser apresentados pela LICITANTE individual ou cada empresa participante de CONSÓRCIO, em papel timbrado e subscrito pelo respectivo representante legal, com os demais DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:*

*(...)*

*xi. Declaração de que arcará com os recursos necessários para fazer frente a todas as obrigações que ficarão a seu cargo, caso venha a se sagrar vencedora do certame, conforme o Modelos de Declarações e Cartas de Capacidade Financeira e Propósito de Financiamento, constante do Anexo XX. Esta declaração é obrigatória em qualquer modelo de estrutura financeira proposta pelo licitante e implicará a contratação dos financiamentos necessários e/ou aporte de recursos próprios necessários como condição à assinatura do CONTRATO DE CONCESSÃO. Além desta Declaração do Licitante, o licitante deverá fornecer Declaração de Instituição Financeira, conforme Modelo de Carta de Instituição Financeira declarando seu Propósito de Efetuar Financiamentos, caso a Estrutura Financeira Englobe Empréstimo Ponte de Instituição Financeira, constante do Anexo XX. Esta Declaração da Instituição Financeira apenas é obrigatória se o modelo de estrutura financeira da proposta do licitante compreender empréstimo ponte.*

**Anexo XX - MODELO DE CARTA DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DECLARANDO SEU PROPÓSITO DE EFETUAR FINANCIAMENTOS (FACULTATIVA)**

*“Pela presente, manifestamos nosso propósito de estruturar financiamento de até [•] ou valor correspondente a aproximadamente [•] % por cento do montante necessário aos compromissos de investimento e operação dos 24 meses iniciais, caso a Licitante [--] seja vencedora da Licitação.*

*A declaração está condicionada a:*

- Adjudicação do objeto do contrato à Licitante indicada acima;*
- A aprovação das operações financiadas pelas autoridades competentes, quando exigível pela legislação em vigor;*
- A efetivação, por parte da Licitante (ou Consórcio Licitante), dos aportes de capital e garantias necessários a participação na Licitação nº [•]/[•].*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** *A apresentação da carta é facultativa.*

**198º Questionamento:** *“Entendemos que o cronograma definitivo de execução de obras (a ser apresentado junto com a entrega dos projetos executivos) poderá ser diferente do cronograma preliminar de execução das obras, uma vez que o definitivo será elaborado em função do projeto executivo.*

*Nosso entendimento está correto? Caso não seja este o entendimento, favor informar qual é a relação a ser mantida entre o cronograma preliminar e o cronograma definitivo, isto é, até que ponto um vincula o outro quanto aos prazos previstos para cada etapa ou atividade.*

*Apenas para referência, esclarecemos que este questionamento também foi realizado na concorrência 03/2016, sendo que a resposta dada à questão 600 foi: "O entendimento está correto. O Cronograma definitivo apresentado junto ao Projeto Executivo poderá ser diferente do Cronograma preliminar entregue na assinatura do Contrato, porém deverão ser respeitados os marcos de início e conclusão das obras."*

*Ref: Anexo III do Contrato - Item 2.*

## **2 DESCONTO POR ATRASO OU INEXECUÇÃO DAS ETAPAS CONSTRUTIVAS**

**(...)**

**1º Passo:** *para cada obra de ampliação prevista no CONTRATO a CONCESSIONÁRIA deverá entregar, como condição de assinatura do CONTRATO, um cronograma preliminar de execução da obra, destacando o avanço percentual acumulado semestralmente de cada etapa construtiva, conforme itens descritos na Lista de Etapas Construtivas. Deverá, também, ser apresentado o avanço acumulado da obra como um todo, considerando a*



*representatividade de cada etapa construtiva no valor total da obra, conforme padrão apresentado no Quadro dos Percentuais por Etapa de Obra para as Obras de Duplicação (Tabela 1), o que irá compor CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO preliminar da obra.*

*2º Passo: na mesma data prevista para a entrega dos Projetos Executivos a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar, para aprovação da ARTESP, o cronograma definitivo de execução das obras destacando o avanço percentual acumulado de cada etapa construtiva de todas as obras com detalhamento semestral. Deverá também ser apresentado o avanço acumulado da obra como um todo, considerando a representatividade de cada etapa construtiva no valor total da obra, conforme padrão apresentado no Quadro dos Percentuais por Etapa de Obra para as Obras de Duplicação (Tabela 1), o que irá compor cronograma físico executivo definitivo da obra, que contém o AVANÇO ACUMULADO PREVISTO (AAP) total da obra por semestre.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento está correto. O Cronograma definitivo apresentado junto ao Projeto Executivo poderá ser diferente do Cronograma preliminar entregue na assinatura do Contrato, porém deverão ser respeitados os marcos de início e conclusão das obras.

**199º Questionamento:** “Na visita técnica foi informado que a sede atual, onde se encontra o centro de apoio operacional (a sede e o CCO construídos no km 312 da SP-330), não é bem reversível da concessão porque pertence a holding da Arteris.

*Favor esclarecer este ponto e indicar, caso aplicável, qual seria a localização e as características de instalação das novas Instalações de Apoio Operacional a serem deixadas pela Autovias?”*

*Ref: Item 2.1 do Anexo 18 ao Contrato; Anexo 7 do Contrato da Autovias (Item 2.3.4.1).*

*2.1 O LOTE 10, cuja transferência da AUTOVIAS à CONTRATADA é objeto deste Anexo, é constituído pelo conjunto de pistas de rolamento, suas respectivas faixas de domínio, edificações, instalações e equipamentos nelas contidas, áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas, e tudo o mais indispensável à continuidade da prestação dos serviços de transporte rodoviário, compreendendo os seguintes trechos:*

*(...)*

*"2.3.4.1. Instalações de Apoio Operacional*

*As instalações de Apoio Operacional compreendem uma administração central, um Centro de Controle Operacional (CCO) e bases operacionais auxiliares (SAU). A CONCESSIONÁRIA deverá colocar em operação num prazo de 24 (vinte e quatro) meses contados a partir da transferência do controle do Sistema para a CONCESSIONÁRIA.*

*A CONCESSIONÁRIA deverá, manter o Centro de Controle Operacional(CCO), permanentemente modernizado considerando-se que este deverá centralizar as informações de todo o Sistema atendendo o disposto nos item 2.3.4 e assim, em função das necessidades o CONTRATANTE poderá exigir modificações no Centro de Controle Operacional ( CCO )."*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O Contrato de Concessão celebrado com a Autovias prevê que todas as instalações operacionais e de suporte ao sistema rodoviário, assim como equipamentos a elas pertinentes deverão apresentar plenas condições de funcionamento e operação, em sede própria. O Centro de Controle Operacional representa uma das instalações operacionais, conforme expressa previsão do mesmo item. Assim, eventual desconformidade na

reversão dos bens e transferência à nova concessionária será tratada de acordo com as regras previstas no Anexo 18 do Contrato de Concessão.

**200º Questionamento:** *“No Anexo 7 está prevista a obrigação de duplicação entre os km 10,5 e 19,4 da SP-345. No entanto, foi verificado que a AUTOVIAS está executando tal duplicação.*

*Entendemos que tal obrigação de duplicação pela nova concessionária deve ser desconsiderada. Favor confirmar nosso entendimento.”*

*Ref: Anexo 7 do Contrato. QUADRO – DIRETRIZES PARA PLANO ORIGINAL DE INVESTIMENTOS*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** As propostas devem ser elaboradas considerando-se os investimentos previstos no quadro de diretrizes para a elaboração do Plano Original de Investimentos do Anexo VII do Contrato e o item 4.3 do Anexo IV do Contrato.

Em sendo verificado evento que desencadeie o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, em relação às obrigações previstas no Anexo VII da Minuta do Contrato, ou quanto ao disposto no item 4.3 do Anexo IV, por motivo de readequação ou replanejamento do Plano de Investimentos vigente e/ou identificação da necessidade de exclusão e/ou novos investimentos, bem como de eventuais diferenças tarifárias daí decorrentes, as partes deverão observar e seguir o procedimento para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro descrito no Contrato de Concessão.

Por fim, durante a execução do contrato será seguida a regra geral de cobrança e requalificação de tarifas prevista no item 4.2, do Anexo IV ao Contrato.

**201º Questionamento:** “Na redação do Item 3.3.14 do Anexo 07 menciona-se que “A CONCESSIONÁRIA deverá implantar iluminação pública, às suas expensas, em todos os trechos de rodovia integrante do Sistema Rodoviário que atravessem núcleos urbanos lindeiros e trechos em serra de forma integral, interseções em nível, travessias de pedestres e ciclistas, pontos de ônibus e acessos principais”. No Quadro “Diretrizes para Plano Original de Investimentos” constante do Anexo 07, não se estipula o prazo para implantação de iluminação pública nos trechos urbanos e de serra. Com vistas à isonomia das propostas, pergunta-se: a) Para os trechos em serra e núcleos urbanos lindeiros a segmentos rodoviários atualmente em pista simples, a implantação ou complementação de iluminação pública poderá ocorrer concomitantemente à implantação das obras de duplicação previstas nestes segmentos, de forma a se evitar refazimento dos serviços? Caso nosso entendimento esteja errado, qual o período a ser considerado pelos licitantes para implantação do sistema de iluminação? b) Para os trechos em serra e núcleos urbanos lindeiros aos segmentos rodoviários do Sistema Remanescente, os licitantes poderão considerar um prazo de 2 anos para implantação e/ou complementação do sistema de iluminação, após a devida transferência de controle? Caso nosso entendimento esteja errado, qual o período a ser considerado pelos licitantes para implantação do sistema de iluminação?”

**Ref:** Contrato. Anexo 07 - Item 3.3.14

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** a) Não. O prazo para implantação do sistema de iluminação é de 2 anos; b) O entendimento está correto.

**202º Questionamento:** “Para o dimensionamento do Sistema de Cobertura WiFi no sistema rodoviário a ser concedido, entendemos que tal aplicativo

poderá ser acessado por usuários parados ou em movimento na velocidade permitida para a via de tráfego. É correto nosso entendimento?”

*Ref: Contrato. Anexo 05, - Item 10*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** A disponibilização da comunicação com os dispositivos móveis deverá ser tanto ao usuário em movimento, quanto ao parado.

**203º Questionamento:** “No Anexo 10 - Item 1.5, menciona-se que “A CONCESSIONÁRIA, independentemente da manutenção e conservação necessárias a manter o Nível de Serviço Adequado durante o PRAZO DA CONCESSÃO, deverá devolver o Sistema Rodoviário em bom estado de conservação e operação, com a atualização adequada à época da devolução e garantia de prosseguimento da vida útil por 6 (seis) anos, a partir da zero hora do dia seguinte à extinção da Concessão, das estruturas em geral, principalmente do pavimento e obras de arte especiais. Neste período não deverá ocorrer necessidade de serviços de recuperação e/ou reforços nas obras de arte especiais e pavimento.” No mesmo Anexo 10 - Item 2.1.1, menciona-se que “Os pavimentos deverão ser devolvidos pela CONCESSIONÁRIA ao Poder Concedente, seja representado pelo DER, atual titular da malha a ser transferida, seja por outro representante que eventualmente o substitua, e/ou transferidos, sob supervisão da ARTESP, à SUCESSORA, de acordo com o padrão de qualidade exigido pelo ANEXO 06 – SERVIÇOS CORRESPONDENTES A FUNÇÕES DE CONSERVAÇÃO, especialmente em seu item 3.2.1.” No Anexo 06, Item 3.2.1, supracitado (página 74/99), menciona-se que “A condição a ser exigida para a Vida Remanescente ao final do período da CONCESSÃO das Rodovias do Sistema será:  $VR > 6$  (seis) anos e  $VR - DP > 3$  (três) anos” Pergunta-se: A redação do Item 1.5 do Anexo 10 prevalece sobre a redação dos itens 2.1.1 do Anexo 10

*e Item 3.2.1 do Anexo 06? Caso nosso entendimento não esteja correto, favor esclarecer as reais condições de devolução do pavimento quanto à Vida Média Remanescente.”*

*Ref: Contrato. Anexo 10 - Itens 1.5 e 2.1.1 e Anexo 06 - Item 3.2.1*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Ambos os critérios estão corretos.

**204º Questionamento:** *“Tendo em vista a redação do Item 3.2.1 do Anexo 10 do Contrato de Concessão da Concessionária AUTOVIAS, que prevê a devolução do pavimento ao final do prazo contratual com vida remanescente de 6 (seis) anos, pergunta-se: Para os trechos administrados atualmente pela Concessionária AUTOVIAS, os licitantes deverão considerar no Quadro disponibilizado no Anexo 07 ("Diretrizes para Plano Original de Investimentos"), o recapeamento do pavimento dos segmentos rodoviários apenas a partir do 8º ano da concessão. É correto nosso entendimento?”*

*Ref: Contrato. Anexo 07 - Quadro "Diretrizes para Plano Original de Investimentos"*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Nos trechos administrados atualmente pela Concessionária Autovias, deverão ser considerados os custos a partir do segundo ciclo de conservação especial de pavimento.

**205º Questionamento:** *“O Item 10.8 do Edital dispõe acerca da apresentação dos documentos exigidos na forma original ou em cópia . Entendemos que apenas na 1ª via da documentação será obrigatória a forma original ou cópia*

*autenticada, sendo que na 2ª via serão admitidas cópias simples. Está correto esse entendimento?”*

*Ref: Edital. Item 10.8*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento está correto.

**206º Questionamento:** *“Entendemos que as declarações a serem apresentadas pelos Licitantes dispensam o reconhecimento em cartório das respectivas firmas. Está correto esse entendimento?”*

*Ref: Edital. Item 10.8*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento está correto.

**207º Questionamento:** *“Entendemos que o valor correspondente à Garantia de Proposta, constante do item 11.1 do Edital, apesar de se referir à data-base de março de 2016, não será reajustado para a data de entrega dos envelopes, prevista para 25 de abril de 2017. Está correto esse entendimento? Em caso negativo, solicitamos sejam esclarecidos a forma e o índice de atualização a serem empregados.”*

*Ref: Edital. Item 11.1*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento está correto. A garantia de proposta só precisa ser reajustada em caso de renovação.

**208º Questionamento:** *“Caso apresentada a GARANTIA DE PROPOSTA dividida pelos consorciados, nos termos previstos no item 11.1.iii do Edital, entendemos que cada consorciado poderá optar por uma das modalidades de*



garantia previstas no item 11.1.i do Edital, sem prejuízo da escolha, pelos demais consorciados, de modalidade diversa. Está correto esse entendimento?”

*Ref: Edital. Item 11.7. "ii", "vi"*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento está correto.

**209º Questionamento:** *“Entendemos que a não renovação de GARANTIA DE PROPOSTA cujo prazo de 180 dias tenha expirado não ensejará a incidência de multa, tampouco a execução da GARANTIA de PROPOSTA (inclusive porque o prazo estará vencido), resultando apenas na desclassificação do Licitante, nos termos do item 11.6, já que a Licitante tem o direito de não mais pretender manter-se no certame caso a PROPOSTA DE PREÇO e a GARANTIA DE EXECUÇÃO tenham expirado, conforme prazos originalmente fixados no Edital. Está correto esse entendimento?”*

*Ref: Edital. Item 11.7. "ii", "vi"*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento não está correto. A garantia de proposta será executada nas hipóteses previstas no item 11.7, ii, vii, do Edital.

**210º Questionamento:** *“Nos termos do Item 14.2, entendemos que os seguintes documentos deverão ser entregues fora dos envelopes: (i) Contrato de Intermediação entre CORRETORA e LICITANTE e documentos da CORRETORA CREDENCIADA; (ii) compromisso de pagamento da remuneração da BM&FBOVESPA; e (iii) documentos para credenciamento dos representantes legais das LICITANTES. esse entendimento está correto? Solicitamos esclarecer também se deverão ser apresentados fora dos envelopes os documentos que comprovam os poderes dos signatários dos*

*instrumentos mencionados, bem como o termo de compromisso de constituição de SPE.”*

*Ref: Edital. Item 14.2*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Conforme consta do Manual de Procedimentos, Capítulo 2, "Credenciamento e Entrega", o contrato de intermediação com a Corretora, o compromisso de pagamento da remuneração da BM&FBOVESPA e os documentos de credenciamento, incluindo aqueles que comprovam os poderes dos signatários, são apresentados fora dos envelopes. O termo de compromisso de constituição da SPE é apresentado no Envelope C, conforme o mesmo Capítulo 2 do Manual de Procedimentos.

**211º Questionamento:** *“No Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio, as empresas consorciadas já nomearão expressamente a empresa líder e a esta conferirão poderes de representação para os atos referentes à Concorrência. Desse modo, entendemos que as procurações de cada consorciada para a empresa líder, previstas no Item 14.8, “ii”, do Edital, estarão dispensadas. Está correto esse entendimento?”*

*Ref: Edital. Item 14.8.ii*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento não está correto. O item 14.8, (ii) do Edital exige a apresentação de procurações das consorciadas para a empresa líder.

**212º Questionamento:** *“Entendemos que a Carta dos Financiadores sobre Exequibilidade da Proposta de Preços, constante do Anexo 02 do Edital, deverá ser assinada pelos representantes legais da respectiva instituição financeira emitente, uma vez que somente esses possuem poderes de*

*representá-la. Desse modo, entendemos que a nova carta dessa instituição financeira a ser emitida em razão do novo valor ofertado pelo licitante vencedor na fase de lances também deverá ser, necessariamente, assinada pelos citados representantes legais da respectiva instituição financeira emitente, e não pelo Representante Credenciado. Está correto esse entendimento?”*

*Ref: Edital. Item 14.33*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento está correto. Observamos que o modelo consta do Anexo VII do Edital.

**213º Questionamento:** *“Em atenção à ausência de regras específicas no documento em referência, entendemos que os valores nele constantes, referentes à integralização do capital social mínimo, são nominais e não serão corrigidos ao longo do tempo previsto para a integralização do capital social da Concessionária. Está correto esse entendimento?”*

*Ref: Contrato. Anexo XIII*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento está correto

**214º Questionamento:** *“De acordo com o item em referência, que trata de uma das condições de assinatura do Contrato de Concessão, a Adjudicatária deverá apresentar o Plano Original de Investimentos elaborado “de acordo com as diretrizes apresentadas no Contrato e, especialmente, em seus Anexos VI e VII, com detalhamento das obras e investimentos lá apresentados, e que deverá conter cronograma físico-executivo”. Entendemos que, como tais diretrizes e tal cronograma físico-executivo não constam de um modelo no âmbito do Contrato ou de qualquer de seus anexos, sua elaboração será livremente realizada pela Adjudicatária, a qual não ficará adstrita a nenhum*

esquema-padrão para a disposição e apresentação das informações requisitadas. Está correto esse entendimento?”

*Ref: Edital. Item 16.5 (vii)*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Sim, está correto o entendimento, não há um esquema-padrão para a disposição e apresentação das informações requisitadas.

**215º Questionamento:** *“Em atenção ao disposto no item em referência, entendemos que, quando a exploração das Receitas Acessórias ocorrer mediante os Negócios Públicos, as regras de compartilhamento de riscos serão definidas no instrumento desses mesmos Negócios Públicos, os quais serão livremente negociados entre a ARTESP, o Poder Concedente e a Concessionária. Está correto esse entendimento?”*

*Ref: Contrato.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento está correto.

**216º Questionamento:** *“Entendemos que o requisito constante da Cláusula 13.5 do Edital estaria cumprido mediante a apresentação apenas da minuta do estatuto social a ser utilizada para a constituição da SPE. Está correto o entendimento?”*

*Ref: Edital. Item 13.4.4 (v)*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento está correto

**217º Questionamento:** “Caso a Concessionária opte por não requerer a extinção antecipada do CONTRATO na hipótese de ser verificado atraso que exceda 180 (cento e oitenta) dias do prazo estabelecido para a transferência do SISTEMA REMANESCENTE, entendemos que as consequências decorrentes do atraso da transferência do SISTEMA REMANESCENTE, nos termos da Cláusula 19.2, xvii, serão objeto de reequilíbrio econômico-financeiro em favor da CONCESSIONÁRIA a ser efetivado por meio de revisão extraordinária. Esse entendimento está correto?”

*Ref: Contrato. Cláusula 6.4 (i)*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Caso a Concessionária opte por não requerer a extinção antecipada do Contrato, será efetuado reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária nos termos definidos nos itens 8.3 a 8.5 do Anexo XVIII do Contrato.

**218º Questionamento:** “Entendemos que a minuta de Contrato não estabelece as regras aplicáveis ao compartilhamento de Receitas Acessórias. A ausência de definição do regramento aplicável ao compartilhamento de tais receitas gera insegurança jurídica na fase de execução contratual. Em consonância às melhores práticas, favor esclarecer os critérios e indicar os percentuais de compartilhamento que serão utilizados.”

*Ref: Contrato. Cláusula 11.6*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Toda e qualquer receita acessória integrará a receita bruta da Concessionária, que servirá como base de cálculo para incidência do percentual referente à outorga variável pago ao Poder Concedente, bem como o percentual devido à ARTESP a título de ônus de fiscalização. As receitas acessórias que forem provenientes de negócios

públicos terão, além da incidência dos percentuais citados acima, regras de compartilhamento de riscos, obrigações e receitas definidos caso a caso.

**219º Questionamento:** *“Entendemos que a obrigação prevista na Cláusula 16.1 (v) apenas se aplica às obras e demais adequações cuja realização fora expressamente atribuída contratualmente à Concessionária. Este entendimento está correto?”*

*Ref: Contrato. Cláusula 16.1 (v)*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Sim, o entendimento está correto, ressalvado o regramento previsto no Anexo XVIII do Contrato.

**220º Questionamento:** *“No caso de haver a materialização de danos em decorrência de atos comissivos ou omissivos por parte da Concessionária, entendemos que a obrigação de indenizar por parte da Concessionária está condicionada à demonstração do nexo de causalidade entre o dano direto verificado e a ação da Concessionária na execução das obras e/ou prestação dos serviços. Esse entendimento está correto?”*

*Ref: Contrato. Cláusula 16.1 (xviii)*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Sim, para os fins da Cláusula 16.1 (xviii), a obrigação está condicionada à demonstração do nexo de causalidade entre a ação e o dano.

**221º Questionamento:** *“Entendemos que caso seja verificado que os investimentos relacionados à promoção de todas as atividades necessárias à implantação de sistema de arrecadação de TARIFAS DE PEDÁGIO na*

modalidade *FREE FLOW* geram consequências suficientemente gravosas. Poderá a concessionária pleitear que tal *EVENTO DE DESEQUILÍBRIO* seja objeto de *Revisão Extraordinária*, com fundamento na *Cláusula 25.1* do Contrato. Este entendimento está correto?”

*Ref: Contrato. Cláusulas 16.1 (xxxiv) e 25.1*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento está correto

**222º Questionamento:** “Estamos entendendo que o cabimento da *REVISÃO EXTRAORDINÁRIA* dar-se-á tanto em caso de potencial comprometimento da solvência e continuidade da execução/prestação dos serviços, como na hipótese de urgência ou verificação de consequências gravosas na demora da efetivação do reequilíbrio. Esse entendimento está correto?”

*Ref: Contrato. Cláusulas 22.2.2, 21.3.1, 21.6 e 25.1*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Sim, o entendimento está correto, desde que comprovada perante a ARTESP os requisitos da *Cláusula Vigésima Quinta* ou *Cláusula 22.2.2*.

**223º Questionamento:** “Entendemos que para os fins da *Cláusula 22.4.5.4* serão considerados como custos fixos os itens indicados na *Cláusula 22.4.5.2.1 (i)*. Este entendimento está correto?”

*Ref: Contrato. Cláusula 22.4.5.4*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento está correto



**224º Questionamento:** *“Estamos entendendo que na hipótese de rescisão amigável prevista na Cláusula 6.4 (ii) do Contrato não haverá a execução de garantia de performance caso a CONCESSIONÁRIA tenha cumprido com as suas obrigações de investimento no período de 24 meses. Esse entendimento está correto?”*

*Ref: Contrato. Cláusula 32.11*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Sim, o entendimento está correto, desde que a Concessionária tenha cumprido com todas as obrigações previstas no Contrato de Concessão e seus Anexos.

**225º Questionamento:** *“Considerando que a utilização da faixa de domínio por outras empresas é fonte de receita acessória, entendemos que a aceitação mencionada neste item está condicionada à devida remuneração por tais empresas, conforme Portaria ARTESP nº 18, de 22 de novembro de 2010 e suas alterações. Está correto nosso entendimento?”*

*Ref: Contrato, Item 16.1 (XXXII)*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Está correto o entendimento. Caso haja autorização, é devida a remuneração, desde que não haja decisão judicial em contrário.

**226º Questionamento:** *“Não sendo possível a adaptação das bases operacionais do Sistema Remanescente para SAUs dentro dos parâmetros exigidos pelo Contrato, havendo, portanto, a necessidade da construção de novas bases no trecho remanescente, poderá a Concessionária utilizar o prédio das bases desativadas para outros propósitos da concessão e até mesmo proceder à demolição da edificação existente?”*

*Ref: Contrato. Anexo 05, Item 1.2.4*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Sim, poderá utilizar o prédio das bases desativadas sempre com o conhecimento e autorização prévia da ARTESP, inclusive se for o caso de demolição.

**227º Questionamento:** *“Entendemos que os quantitativos de bases SAUs constantes no quadro “Diretrizes para Plano Original de Investimentos” poderão ser alterados com base no dimensionamento dos proponentes, desde que atendam aos requisitos técnicos do Anexo 05. Está correto nosso entendimento?”*

*Ref: Contrato. Anexo 07*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Está correto o entendimento..

**228º Questionamento:** *“O Anexo 05 menciona que os funcionários das Praças não poderão desempenhar atividades distintas simultaneamente. É correto o entendimento de que, nesse caso, está-se referindo ao posto de serviço, e não ao cargo em si? Por exemplo, um Operador de Pedágio poderá estar na cabine em um determinado horário e, noutro horário, poderá exercer função de apoio de pista? O objetivo é dentro da arrecadação desenvolver o profissional no exercício e promover eficiência na gestão dos de atividades recursos, com melhoria no atendimento ao usuário.”*

*Ref: Contrato. Anexo 05*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Está correto o entendimento. No entanto, a distribuição das funções é ônus exclusivo da Concessionária e deve respeitar a legislação trabalhista.

**229º Questionamento:** “O Anexo 07 do Contrato, item 3.3.1.1, p. 26, prevê pistas exclusivas para cobrança de motocicletas, contemplando cobrança manual e automática. Pergunta-se:

- a) Podemos realizar este tipo de cobrança em todas as pistas manuais?
- b) Com relação à cobrança automática, qual é o modelo homologado pela Artesp?”

*Ref: Contrato. Anexo 07, Item 3.3.1.1*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Sim, o entendimento exposto no item “a” está correto. Para o item “b” não há modelo homologado atualmente pela ARTESP.

**230º Questionamento:** “As vias marginais existentes que se encontram fora da faixa de domínio não são de responsabilidade da Concessionária. Está correto o nosso entendimento?”

*Ref: Contrato. Anexo 02*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** As vias marginais fora da faixa de domínio não são de responsabilidade da Concessão.

**231º Questionamento:** “A CONCESSIONÁRIA pode se recusar a realizar NEGÓCIOS PÚBLICOS propostos pela ARTESP que eventualmente não sejam economicamente interessantes?”

*Ref: Contrato. Item 11.4.1*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento está correto

**232º Questionamento:** *“Em virtude das especificações do sistema de arrecadação (conforme Cláusula 3.2.1.3 (f) do Anexo V) com eventuais cobranças por peso e a necessidade de implantação de pesagem em movimento, favor esclarecer se há necessidade de se prever, para cada praça de pedágio, em cada um dos sentidos, um sistema de pesagem em movimento.”*

*Ref: Contrato. Anexo 05, Item 4.2.1*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Não há necessidade de prever pesagem móvel para cada praça de pedágio.

**233º Questionamento:** *“Entendemos que cada pista da praça de pedágio já deverá conter um sensor de tráfego e, portanto, não haveria necessidade de instalarmos outro sensor de tráfego. Esse entendimento está correto?”*

*Ref: Contrato. Anexo 05, Item 6.2.1*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Conforme disposto no Anexo V, item 6.2.1 do Contrato, o entendimento está correto, desde que o sensor da Praça de Pedágio forneça os dados exigidos do Sistema de Sensoriamento de Tráfego e todos os trechos homogêneos das rodovias tenham seus dados conhecidos através do monitoramento por sensores de tráfego.

**234º Questionamento:** *“Entendemos que caso as ampliações para manutenção do nível de serviço requeiram a realização de novos investimentos para adequação da capacidade do Sistema Rodoviário haverá a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato no âmbito das REVISÕES ORDINÁRIAS e/ou REVISÕES EXTRAORDINÁRIAS, caso a Concessionária demonstre a urgência para tanto. Esse entendimento está correto?”*

*Ref: contrato. Anexo 07, Item 3.3*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento está correto.

**235º Questionamento:** *“Favor esclarecer quais são os critérios técnicos para definição dos “trechos homogêneos”. Favor indicar a quantidade de “trechos homogêneos” por rodovia que foram considerados no EVTE.”*

*Ref: Contrato. Cláusula 3.3.5.1*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Para fins de orçamentação dos SATs, os trechos homogêneos foram definidos a partir de um levantamento das intersecções relevantes (10 - Sistema Existente; 16 - Sistema Remanescente).

**236º Questionamento:** *“A Cláusula 3.3.17 menciona a obrigatoriedade de a CONCESSIONÁRIA ficar responsável por implantar melhorias e adequação de dispositivos de acordo com o Quadro - Diretrizes para Plano Original de Investimentos. Entendemos, portanto, que novos dispositivos ou readequação de dispositivos existentes não previstos no POI serão tratados como um EVENTO DE DESEQUILÍBRIO. Este entendimento está correto?”*

*Ref: Contrato e Edital. Cláusula 3.3.17 do Anexo VII ao Contrato; Cláusula 3.4 do Anexo VII ao Contrato e Anexo II ao Edital.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Caso os investimentos citados não estejam previstos isoladamente no POI ou não façam parte de uma obra de duplicação, serão tratados como evento de desequilíbrio, caso sejam incluídos no contrato.

**237º Questionamento:** *“Não está especificado o prazo para que a Autovias corrija vícios ocultos verificados no SISTEMA REMANESCENTE dentro do prazo de garantia contratual. Favor esclarecer.”*

*Ref: Contrato. Anexo XVIII, Item 5.4*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O esclarecimento dependerá da análise do caso concreto.

**238º Questionamento:** *“O acompanhamento da execução dos investimentos será feita pelo EVTE (documento do Anexo 24 do Edital e Anexo 21 do Contrato) ou pelo Cronograma Físico-Executivo entregue pela Adjudicatária?”*

*Ref: Contrato*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Pelo cronograma físico-executivo.

**239º Questionamento:** *“A cláusula 22.3.1 do Contrato estabelece que, “na ocorrência dos EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO decorrentes de atrasos ou antecipações dos investimentos previstos no PLANO ORIGINAL DE INVESTIMENTOS ou no pagamento da OUTORGA FIXA, a recomposição será realizada levando-se em consideração os valores atribuídos aos investimentos, bem como a Taxa Interna de Retorno estabelecida no ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICA”. Pergunta-se:*

- i. O Estudo de Viabilidade Técnica e Econômico-Financeira a que se refere esta cláusula é o documento do Anexo 24 do Edital e Anexo 21 do Contrato?*
- ii. Esse reequilíbrio irá considerar os prazos previstos no Cronograma Físico-Executivo entregue pela licitante vencedora como condição de assinatura do Contrato?*
- iii. Para efeitos de reequilíbrio, quais serão as premissas de tráfego e OPEX a serem consideradas?”*

*Ref: Contrato. Item 22.3.1*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** 1) Sim. 2) Sim. 3) Os desequilíbrios de investimentos serão reequilibrados preferencialmente sem a utilização de premissa de tráfego e custos operacionais. Caso seja necessária a utilização das premissas de custos operacionais e de tráfego para reequilibrar os investimentos do EVTE, essas premissas seguirão as mesmas regras previstas para fluxo de caixa marginal.

**240º Questionamento:** *“Entendemos que os sistemas e softwares necessários à prestação dos serviços da concessionária Autovias serão transferidos para o novo concessionário com licenças válidas até a data do Termo de Recebimento Definitivo. Favor confirmar nosso entendimento e detalhar quais são estes sistemas e softwares.”*

*Ref: Contrato. Itens 2.1 e 3.1 do Anexo 18 (Transferência do Sistema Existente, Itens 1 e 2.10 Anexo 10 - Condições de Devolução do Contrato de 002/CR/1998)*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento está correto. Conforme item 2.10.1 do Anexo X todas as licenças deverão estar válidas, no mínimo, até a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo.

**241º Questionamento:** *“Tendo em vista que a Autovias deverá entregar o Sistema Remanescente com todos os bens necessários à continuidade da prestação dos serviços e que a Comissão de Devolução irá estabelecer as etapas e prazos para o pleno retorno dos bens vinculados à prestação dos serviços, estamos entendendo que todos os equipamentos, veículos operacionais como; guinchos, ambulâncias, caminhão pipa, apreensão de*



*animais dentre outros, serão transferidos à concessionária. Nosso entendimento está correto?”*

*Ref: Contrato. Anexo XVIII*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Os quantitativos de Equipamentos e Sistemas de Controle serão transferidos para a Concessionária conforme disposto no Anexo X do Edital de Licitação DER nº 018/CIC/97 e Contrato 009/CR/1998. Já veículos administrativos e operacionais deverão ser adquiridos na forma prevista no Anexo V do Contrato.

**242º Questionamento:** *“A atualização do valor mínimo relativo à primeira parcela da Outorga Fixa, previsto no item 6.2 do Edital, tem data-base de março de 2016. No entanto, o Edital é silente em relação ao ágio proposto pela Licitante. Por isso, estamos entendendo que a data de atualização do valor correspondente ao ágio será a data da elaboração da proposta. Nosso entendimento está correto?”*

*Ref: Contrato e Edital. Edital Item 6.2 e 6.3 e Contrato Cláusula 5.3*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento não está correto. A atualização seguirá a data-base de Março de 2016.

**243º Questionamento:** *“Tendo em vista que a OUTORGA VARIÁVEL e o ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO serão calculados sobre a RECEITA BRUTA auferida pela CONCESSIONÁRIA, entendemos de que RECEITA BRUTA não contempla a margem de receita decorrente das atividades de construção. Está correto nosso entendimento?”*

*Ref: Contrato. Item 5.3 (ii)*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento está correto.

**244º Questionamento:** *“Tendo em vista que o item afirma que serão consideradas como fontes de receitas acessórias as indenizações e penalidades pecuniárias previstas nos contratos celebrados entre a CONCESSIONÁRIA e terceiros, entendemos que tal disposição não se aplica a indenizações e penalidades de natureza reparatória, que visam apenas a reparar dano material sofrido pela CONCESSIONÁRIA. O entendimento está correto?”*

*Ref: Contrato. Item 11.2 (ii)*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento está correto.

**245º Questionamento:** *“Fazemos referência ao dispositivo que determina a responsabilidade ambiental da CONCESSIONÁRIA na hipótese de “passivos e/ou irregularidades cujo fato gerador tenha se materializado após a celebração do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL”. Entendemos que quaisquer passivos e/ou irregularidades cujo fato gerador seja anterior ao TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL, ainda que suas consequências se materializem após tal data, não serão de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA. O entendimento está correto?”*

*Ref: Contrato. Item 19.1 (iv)*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento está correto, com exceção daqueles relacionados no Anexo II, conforme cláusula 19.2 (iv) do Contrato.

**246º Questionamento:** “O dispositivo prevê que, nas hipóteses de recomposição do equilíbrio do CONTRATO por meio de prorrogação de prazo, será considerada, para a projeção de receitas de arrecadação e definição de entrada de caixa, a projeção de tráfego, expressa em eixos-equivalentes, e que deverá ser multiplicada pela tarifa média da concessão dos últimos 24 (vinte e quatro) meses realizados, obtendo-se, assim, as estimativas de receitas de pedágio. Entendemos que tal metodologia aplica-se não apenas à recomposição do equilíbrio do CONTRATO por meio de prorrogação de prazo, mas também a outras formas de reequilíbrio (revisão da tarifa e valor de outorga) nos termos das cláusulas 22.3.2 e 22.4 do CONTRATO. O entendimento está correto?”

*Ref: Contrato. Item 22.4.5 e 22.4.8.8*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento está correto.

**247º Questionamento:** “O Anexo 03 da minuta do Contrato prevê que, para os casos em que houver reincidência no descumprimento de qualquer Indicador de Desempenho, em 3 períodos consecutivos, ou 6 meses não consecutivos em um período de 12 meses, a Concessionária ficará sujeita à penalidade relacionada à reincidência, nos termos do Anexo 11. No entanto, no item 1 do Anexo 11, há menção expressa à recorrência do descumprimento do mesmo indicador, e não de qualquer indicador, como consta no Anexo 03. Considerando a possível aplicação de medida tão drástica, a redação constante no Anexo 11, que versa sobre as penalidades incidentes ao Contrato de Concessão, está mais alinhada com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, prevalecendo sobre a previsão do Anexo. Nosso entendimento está correto?”

*Ref: Contrato. Anexo 03 e Anexo 11*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento está correto.

**248º Questionamento:** *“O item 2.1.3.3 do Anexo 6 do Contrato prevê um prazo para que a Concessionária realize o “Levantamento Cadastral” da extensão da Faixa de Domínio junto aos órgãos competentes. Ocorre que há obrigações a serem cumpridas pela Concessionária, desde o início da Concessão, que dependem do conhecimento dos limites da Faixa de Domínio, as quais não podem deixar de ser cumpridas durante referido “Levantamento Cadastral”. É o caso, por exemplo, do Programa Intensivo Inicial (PII), constante do Capítulo I do Anexo 6 do Contrato de Concessão. Por isso, pergunta-se: quais os limites da faixa de domínio a serem considerados pela Concessionária até o “Levantamento Cadastral” referido no item 2.1.3.3 do Anexo 6 do Contrato?”*

*Ref: Contrato. Anexo 06*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Deverão ser considerados os limites inferidos pela aplicação das normativas vigentes do DER/SP.

**249º Questionamento:** *“Como muitos acessos antigos não foram fechados, e a Concessionária não tem poder de polícia, é importante que o Poder Concedente se comprometa a fechar esses acessos antigos e, ainda, discipline o procedimento a ser adotado no fechamento de novos acessos, como forma de o Poder Concedente compartilhar o risco de impacto social (moradores lindeiros).”*

*Ref: Contrato. Cláusula 17.1*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O fechamento de um acesso seguirá o rito da Lei 10.177, de 30 de dezembro de 1.998 - que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual.

**250º Questionamento:** *“A Cláusula 19.1, de forma genérica, atribui à Concessionária o risco decorrente de atrasos no cronograma que não tenham sido expressamente alocados à ARTESP ou ao PODER CONCEDENTE. Entretanto, considerando que a alocação de riscos deve, necessariamente, observar o critério de melhor gerenciamento do risco, atribuindo àquele que detenha condições de evitar ou mitigar os danos decorrentes, requer seja esclarecido que a Concessionária não poderá ser responsabilizada por atos que não tenha dado causa, sobretudo praticado por terceiros.”*

*Ref: Contrato. Cláusula 19.1*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** A Concessionária não será responsabilizada por inexigibilidade de conduta diversa, conforme previsto no Anexo XI do Contrato.

**251º Questionamento:** *“Visando dar maior efetividade ao procedimento de reajuste da tarifa de pedágio, é correto o entendimento de que a aprovação de reajuste da tarifa de pedágio pelo Poder Concedente será realizada em tempo hábil para a disponibilização das informações necessárias aos usuários?”*

*Ref: Contrato. Anexo 04*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento está correto.

**252º Questionamento:** *“No anexo 7, Item 3.3.9.Faixas Adicionais, entendemos que faixas adicionais para manter o nível de serviço que não estão inseridas*

*neste anexo, ensejarão procedimento de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato. Está correto este entendimento?”*

*Ref: Contrato. Anexo 07*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento está correto.

**253º Questionamento:** *“Entendemos que o processo de medição mensal do CSP (COEFICIENTE DE DESEMPENHO DE SERVIÇOS) será realizado de forma objetiva e transparente, sendo assegurado à concessionária o acompanhamento das medições realizadas. Favor confirmar se tal entendimento está correto.”*

*Ref: Contrato. Item 1.3 do Anexo 03*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento está correto.

**254º Questionamento:** *“Entendemos que o processo de medição semestral do EA (EFETIVO AVANÇO) será realizado de forma objetiva e transparente, sendo assegurado à concessionária acompanhar as medições. Favor confirmar se tal entendimento está correto.”*

*Ref: Contrato. Item 2 do Anexo 03*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento está correto.

**255º Questionamento:** *“Entendemos que o processo de medição mensal do CSP (COEFICIENTE DE DESEMPENHO DE SERVIÇOS) será realizado de forma objetiva e transparente, e que a atribuição mensal da nota será*

*acompanhada de relatório com todo o detalhamento dos dados usados para o cálculo de cada indicador. Favor confirmar se tal entendimento está correto.”*

*Ref: Contrato. Item 1.3 do Anexo 03*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento está correto.

**256º Questionamento:** *“Entendemos que o processo de medição semestral do EA (EFETIVO AVANÇO) será realizado de forma objetiva transparente, e que a atribuição mensal da nota será acompanhada de relatório com todo o detalhamento dos dados usados para o cálculo de cada indicador. Favor confirmar se tal entendimento está correto.”*

*Ref: Contrato. Item 2 do Anexo 03*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento está correto.

**257º Questionamento:** *“Os acessos não constantes do Anexo II poderão ser fechados? Caso contrário, o impacto dessa eventual rota de fuga gerará direito de reequilíbrio econômico-financeiro a favor da concessionária?”*

*Ref: Contrato. Anexo 02 (Sistema Rodoviário) e Anexo 04*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O fechamento de um acesso seguirá o rito da Lei 10.177, de 30 de dezembro de 1.998 - que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual. Eventual alteração da localização da praça de pedágio para sanar rota de fuga, poderá ser feita nos termos do item 4.3, observação 3 do Anexo IV do Contrato.



**258º Questionamento:** *“O Contrato estabelece que “as apólices de seguro contratadas pela CONCESSIONÁRIA deverão conter expressamente cláusula de recomposição automática dos valores segurados, de forma incondicionada, inclusive pela Seção de Responsabilidade Civil, observadas as regulamentações dos órgãos federais de normatização e fiscalização de Seguros no Brasil, a não ser que essas coberturas não estejam disponíveis no mercado segurador, o que deve ser confirmado por carta encaminhada à ARTESP e subscrita pela resseguradora”. Esclarecimento solicitado: a regulação de um sinistro pode se estender por anos, até a efetiva confirmação da perda. Desta forma, entendemos que a recomposição automática deverá ocorrer apenas no momento do reconhecimento do valor da perda. Favor confirmar nosso entendimento.”*

*Ref: Contrato. Item 31.1.2*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento está correto.

**259º Questionamento:** *“Entendemos que o cronograma definitivo de execução de obras (a ser apresentado junto com a entrega dos projetos executivos) poderá ser diferente do cronograma preliminar de execução das obras, uma vez que o definitivo será elaborado em função do projeto executivo. Nosso entendimento está correto?”*

*Ref: Contrato. Item 2 do Anexo 03*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento está correto. O Cronograma definitivo apresentado junto ao Projeto Executivo poderá ser diferente do Cronograma preliminar entregue na assinatura do Contrato, porém deverão ser respeitados os marcos de início e conclusão das obras.

**260º Questionamento:** “O Anexo 05 do Contrato, item 10, p. 59, prevê que “A CONCESSIONÁRIA deverá garantir ao usuário a comunicação com o CCO através do Sistema Eletrônico de Troca de Informações com o Usuário via Rede de Dados sem fio (Intranet sem fio corporativa, de uso aberto e gratuito aos usuários, sem acesso à internet), com cobertura de 100% da malha viária concedida. Deverão ser desenvolvidos aplicativos para uso em dispositivos móveis smartphone, tablet e outros)”.

Pergunta-se:

- a.) A Concessionária, para garantir ao usuário a comunicação com o CCO através do Sistema Eletrônico de Troca de Informações com o Usuário via Rede de Dados sem fio, poderá formar parcerias com as operadoras de sistema de telefonia móvel ou empresas que fornecem serviços de navegação via satélite (exemplo: GoogleMaps, Waze)?
- b.) Existindo a possibilidade de formar parcerias com as operadoras de sistema de telefonia móvel, a concessionária poderá implantar repetidores de sinais permitindo a cobertura de 100% da malha rodoviária concedida?
- c.) Se houver Rede de Dados sem fio a ser disponibilizada pela concessionária, esta poderá ser explorada de forma a prover outros serviços complementares, podendo inclusive vir a gerar receita acessória para a empresa?”
- d.) Existe alguma limitação quanto ao tipo de tecnologia a ser utilizada "LTE. e 3G"

*Ref: Anexo 07, Item 3.3.4.4, do Contrato*

*Anexo 05, Item 10, do Contrato.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Sempre com autorização prévia e expressa da ARTESP a Concessionária poderá:

- a) formar parcerias com empresas que fornecem serviços de navegação via satélite;
- b) firmar parcerias com as operadoras de sistema de telefonia móvel, desde que atenda os requisitos de devolução previstos no Anexo X do Contrato;
- c) Implantar repetidores de sinais e/ou explorar rede de dados sem fio, desde que sejam observadas as diretrizes de ocupação de faixa de domínio, conforme previsto contratualmente, podendo inclusive gerar receita acessória.
- d) Não há limitação. Os projetos deverão ser aprovados pela ARTESP.

**261º Questionamento:** *“O item 1.1.9 do Anexo 06 do Contrato, p. 8, prevê que “A Concessionária deverá manter e complementar iluminação pública, às suas expensas, em todos os trechos de rodovia integrante do Sistema Rodoviário que atravessem núcleos urbanos lindeiras, trechos montanhosos (serra), interseções em nível, travessias de pedestres e ciclistas, dispositivos de retorno, passarelas, obras de arte também utilizadas por pedestres para transposição da rodovia, pontos de ônibus, acessos principais etc. Deverão ser observados os critérios estabelecidos nas normas vigentes da ABNT, NBR, DER/SP e ARTESP”.*

*Pergunta-se;*

- a. A tarifação da energia nos locais a serem iluminados na rodovia será pública?*
- b. A tarifação da energia dos locais a serem iluminados na rodovia poderá ser compartilhada com os governos municipais nos trechos existente e remanescente?*

c. Os serviços de manutenção/conservação da iluminação da rodovia nos trechos que atravessam áreas urbanas são de responsabilidade dos governos municipais, das concessionária de energia ou da concessionária?”

d. Para os locais onde a iluminação inicia na faixa de domínio e, que por ventura venha a sair da faixa de domínio, como será determinado o limite entre a Concessionária e o governo municipal?

e. Existem trechos na rodovia que atualmente são vias urbanas com iluminação pública, cuja manutenção e os custos estão a cargo do município. Caso estes pontos sejam de responsabilidade da Concessionária como será feita a transferência de ativo (postes, luminárias, etc.) para a Concessionária?”

*Ref: Contrato. Anexo 06, Item 1.1.9, do Contrato.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** a) Não. b) Não poderá ser compartilhada, ficando a cargo da Concessionária; c) Da Concessionária; d) A Concessionária será responsável pela iluminação dentro da faixa de domínio; e) A transferência será regulada por instrumento próprio.

**262º Questionamento:** “Entendemos que a especificação de “... deverão ser previstos equipamentos tipo telepresença interligados ao CCO e local a ser definido pelas autoridades, onde poderá estar lotado o agente do Poder Concedente responsável pela operação do posto de pesagem...” se refere ao atendimento da Resolução 459 de 29/10/2013 do CONTRAN que regulamenta esse tipo de operação denominada Agente Remoto.

*Pergunta-se:*

a. Nosso entendimento esta correto?

b. Para o atendimento da Resolução 459, existem equipamentos como medidor de comprimento que ainda não foram homologados pelos órgãos competentes. Assim sua implementação dependerá desta homologação, não devendo inviabilizar a instalação/adequação dos PGF existentes. Nosso entendimento esta correto?

c. Quando homologados os equipamentos, como será sua operação, uma vez que não existe nenhum fluxograma de operação publicado pelo DER/ARTESP?

d. Entendemos que até sua publicação o PGF não poderá ser impedido de operar. Nosso entendimento está correto?"

*Ref: Contrato. Anexo V do Contrato, Item 4.2.2.1, "h", Equipamento de Telepresença.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** a) O entendimento está correto; b) O entendimento está correto; c) A operação do equipamento deverá ser proposta no projeto de adequação do PGF e aprovada pela ARTESP; d) O entendimento está correto.

**263º Questionamento:** "O item 4.2.2.1 do Anexo 05 do Contrato, p. 19, prevê que "A Balança Seletiva de Pesagem em Movimento deverá ser do tipo Sistema de Pesagem em Movimento (SISPESMOV), com uso de tecnologia WIM (Weigh-in-Motion), e deve considerar como referência os normativos Cost323 (para a Europa) ou ASTM E1318 (EUA) ou seus sensores deverão possuir certificação metodológica como da OMIL, que deverá permitir, com erro máximo médio de 5% do peso bruto total de veículos e de 10% do peso por eixo com velocidade de até 150 km/h, devendo ser instalada sobre faixas de rolamento da rodovia, em pontos que antecedem os PGFs, com distâncias e detalhamentos a serem definidos em Projeto elaborado pela CONCESSIONÁRIA e que deverão ser submetidos à aprovação da ARTESP".

O Sistema de Pesagem em Movimento já foi homologado pelo Inmetro?”

*Ref: Contrato. Anexo 05, Item 4.2.2.1*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Não, trata-se de sistema não metrológico.

**264º Questionamento:** ““O Anexo 05 do Contrato, item 4.2.3.1, p. 24, prevê que “todos os Pontos Fixos de Fiscalização de Velocidade deverão estar interligados ao CCO através do Sistema de Transmissão de Dados, de forma que os registros dos veículos infratores sejam agrupados em um equipamento específico, com a finalidade de disponibilizá-los ao Poder Concedente e ao CCI da ARTESP, garantindo sua integridade e segurança através de senha ou outro tipo de chave de acesso, confirmação de entrega de pacotes, criptografia e outras”. Pergunta-se:

- a. O equipamento citado será homologado pelo DER?
- b. O processamento das infrações é realizada pelo DER, onde os arquivos são enviados dos equipamentos ao servidor central da concessionária e da concessionária ao DER, para leitura destes arquivos, necessita-se de uma chave de criptografia disponibilizada atualmente somente para o DER. Entendemos que as informações a serem visualizadas no CCI devam ser pós processamento dos arquivos. Atualmente existe algum documento ou acordo entre o DER e ARTESP com as especificações para que estes arquivos sejam reenviados ao servidor central na concessionária para consulta ao CCI com as devidas trocas de chave de criptografia?”

*Ref: Contrato. Anexo 05, Item 4.2.3.1*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** A implantação deverá obedecer procedimentos definidos pelo DER. Não há especificação técnica, entretanto, o equipamento

deverá disponibilizar as informações na forma definida pelo Poder Concedente e ARTESP.

**265º Questionamento:** *“O Anexo 18, que disciplina a Transição do Sistema Remanescente para a futura concessionária, elenca no seu item 2.1, o objeto deste Anexo, constituído pelo conjunto de pistas de rolamento, suas respectivas faixas de domínio, edificações, instalações e equipamentos nelas contidas, áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas, e tudo o mais indispensável à continuidade da prestação dos serviços de transporte rodoviário. Da visita técnica realizada no âmbito desta licitação, fomos informados que as edificações da sede e do CCO da atual concessionária AUTOVIA ocupam um imóvel alugado, de propriedade de “Cimento Itaú”. Pergunta-se: Como se dará a transferência destas edificações, com todas suas funcionalidades operacionais, à futura concessionária do lote rodoviário, tendo em vista o acima exposto?”*

*Ref: Contrato. Anexo 18*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O Contrato de Concessão celebrado com a Autovias prevê que todas as instalações operacionais e de suporte ao sistema rodoviário, assim como equipamentos a elas pertinentes deverão apresentar plenas condições de funcionamento e operação, em sede própria. O Centro de Controle Operacional representa uma das instalações operacionais, conforme expressa previsão do mesmo item. Assim, eventual desconformidade na reversão dos bens e transferência à nova concessionária será tratada de acordo com as regras previstas no Anexo XVIII do Contrato de Concessão.

**266º Questionamento:** *“No item 3.3.2.1 do Anexo 07 menciona-se que “para a 2ª Fase, a CONCESSIONÁRIA deverá implantar, num prazo de 12 (doze)*



meses contados a partir da Data de assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA REMANESCENTE, o Sistema de Pesagem Seletiva em Movimento em pista posicionado anteriormente aos PGFs existentes (4 PGFs), adaptando-os ao novo modelo de PGF proposto, conforme descrito no Anexo 5". Na Tabela 2-13 do Relatório CAPEX disponibilizado no Data room, informa-se que existem apenas 02 PGFs no Sistema Remanescente e no sítio eletrônico da Concessionária AUTOVIAS não constam PGFs e sim Sistemas de Pesagem Móvel. Face à diversidade de informações acima apontadas, solicita-se esclarecimento sobre a quantidade de PGFs existentes, suas respectivas localizações e procedimento a ser adotado no preenchimento do Quadro "Diretrizes para Plano Original de Investimentos" constante do Anexo 07, para inclusão do serviço em questão."

*Ref: Contrato. Anexo 07*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Deverá ser implantado conforme item 3.3.2.1. do Anexo VII.

**267º Questionamento:** "O ANEXO XXII – MECANISMO DE PROTEÇÃO CAMBIAL – prevê a possibilidade de ativação de mais de um contrato de financiamento, observados os limites e condições nele estabelecidos. Prevê, ainda, que: "No caso de mais de um desembolso, cada valor desembolsado deverá ser considerado isoladamente para fins de cálculo do mecanismo cambial, observado o disposto no contrato de financiamento."

Considerando as possibilidades de múltiplos contratos de financiamento com distintos planos de amortização da parcela referente ao principal; e/ou, de contrato de financiamento com mais de 1(um) desembolso e respectivo/exclusivo plano de amortização do principal, entendemos, por dedução direta" que:

- seria possível ativar contrato de financiamento que prevê “n” desembolsos com seus respectivos pagamentos do principal em parcelas únicas(bullet), observadas as demais condições do ANEXO XXII;

- na situação acima os “n” desembolsos poderiam ser simultâneos (mesma tranche) e diferenciados ou caracterizados pelos distintos vencimentos em parcelas únicas.

Está correto nosso entendimento?”

*Ref: Anexo XXII*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento está correto

**268º Questionamento:** “Com relação à rodovia SP 345, o Anexo 07, folha 54, prevê a obrigação da Concessionária de duplicar o trecho do km 10,5 ao 19,4 entre o 9º e 10º ano da Concessão. Contudo, na realidade, este trecho já está sendo duplicado pela atual Concessionária e deverá ser entregue à nova concessionária já duplicado. Já que tais informações são essenciais para a valoração do modelo de cada licitante, e podem acarretar desigualdade de condições entre os proponentes, pergunta-se: Como o trecho já estará duplicado no momento de assunção pela nova Concessionária, a duplicação deste trecho deverá ser excluída das obrigações da nova Concessionária? O valor deve ser excluído do EVTE e da projeção da nova concessionária?”

*Ref: Anexo 07*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** As propostas devem ser elaboradas considerando-se os investimentos previstos no quadro de diretrizes para a elaboração do Plano Original de Investimentos do Anexo VII do Contrato e o item 4.3 do Anexo IV do Contrato.

Em sendo verificado evento que desencadeie o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, em relação às obrigações previstas no Anexo VII da Minuta do Contrato, ou quanto ao disposto no item 4.3 do Anexo IV, por motivo de readequação ou replanejamento do Plano de Investimentos vigente e/ou identificação da necessidade de exclusão e/ou novos investimentos, bem como de eventuais diferenças tarifárias daí decorrentes, as partes deverão observar e seguir o procedimento para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro descrito no Contrato de Concessão.

Por fim, durante a execução do contrato será seguida a regra geral de cobrança e requalificação de tarifas prevista no item 4.2, do Anexo IV ao Contrato.

**269º Questionamento:** *“Com relação à rodovia SP 345, o Anexo 07, página 7, prevê a obrigação da Concessionária de duplicar o trecho do km 10,5 ao 19,4 (8,9 km) entre o 9º e 10º ano da Concessão. O Anexo 04, folha 7 (4.3 Trecho de Cobertura de Pedágio) estabelece que praticamente a totalidade deste trecho deverá ser cobrado como pista simples durante os 30 anos da Concessão (1,74 km x 5 praças = 8,7 km). Desta forma, o Anexo 4, contém um erro na premissa do valor da tarifa para este trecho, não considerando a cobrança de tarifa de pista dupla após a conclusão da obra de duplicação. Com a conclusão da obra de duplicação do trecho, deve ser considerada a cobrança de tarifa para este trecho em pista dupla em qualquer momento que esteja efetivamente duplicada, conforme estipulado no ponto 4.2, da folha 6 do anexo 4 (inclusive no início da operação do trecho remanescente se a concessionária atual finaliza a duplicação que já iniciou)?”*

*Ref: Anexo 07 e Anexo 04*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** As propostas devem ser elaboradas considerando-se os investimentos previstos no quadro de diretrizes para a elaboração do Plano Original de Investimentos do Anexo VII do Contrato e o item 4.3 do Anexo IV do Contrato.

Em sendo verificado evento que desencadeie o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, em relação às obrigações previstas no Anexo VII da Minuta do Contrato, ou quanto ao disposto no item 4.3 do Anexo IV, por motivo de readequação ou replanejamento do Plano de Investimentos vigente e/ou identificação da necessidade de exclusão e/ou novos investimentos, bem como de eventuais diferenças tarifárias daí decorrentes, as partes deverão observar e seguir o procedimento para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro descrito no Contrato de Concessão.

Por fim, durante a execução do contrato será seguida a regra geral de cobrança e requalificação de tarifas prevista no item 4.2, do Anexo IV ao Contrato.

**270º Questionamento:** *“Com relação a rodovia SP 318, no anexo 2, folhas 120 a 122 é informado para os proponentes de dois trechos a serem duplicados pela concessionária Autovias. No anexo 7, folha 53 só está previsto duplicar do km 249+000 até o 280+000, mas em vistoria ao local, no trecho do km 236,0 ao km 241,0 e do trecho do km 243,1 ao km 249,0, nota-se que tais trechos não se encontram duplicados, nem em obras para duplicação. Contudo, o Anexo 4, folha 7 (4.3 Trecho de Cobertura de Pedágio) prevê a cobrança de tarifa de pista dupla para tal trecho durante todo o prazo de Concessão, já que só figuram como pistas simples no início das operações 30,9 km que são aproximadamente os 31 que o anexo 7 prevê duplicar. Pergunta-se: como o trecho não está duplicado e não há obrigação da nova Concessionária em duplicá-lo, como deve ser considerada a cobrança de tarifa*

*para este trecho, de pista simples ou de pista dupla? Prevalece a interpretação estipulado no ponto 4.2, da folha 6 do anexo 4 (aplicando a cada ano o cálculo correspondente, independente do estipulado na tabela 4.3 da folha 7 do anexo 4)?”*

*Ref: Anexo 07 e Anexo 04*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** As propostas devem ser elaboradas considerando-se os investimentos previstos no quadro de diretrizes para a elaboração do Plano Original de Investimentos do Anexo VII do Contrato e o item 4.3 do Anexo IV do Contrato.

Em sendo verificado evento que desencadeie o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, em relação às obrigações previstas no Anexo VII da Minuta do Contrato, ou quanto ao disposto no item 4.3 do Anexo IV, por motivo de readequação ou replanejamento do Plano de Investimentos vigente e/ou identificação da necessidade de exclusão e/ou novos investimentos, bem como de eventuais diferenças tarifárias daí decorrentes, as partes deverão observar e seguir o procedimento para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro descrito no Contrato de Concessão.

Por fim, durante a execução do contrato será seguida a regra geral de cobrança e requalificação de tarifas prevista no item 4.2, do Anexo IV ao Contrato.

**271º Questionamento:** *“Com a Republicação dos Documentos Licitatórios, houve alteração no trecho de Duplicação da SP 255, desta forma o final do trecho mudou do km 75+600 para o km 77+100 (anexo 7, páginas 52 e 53). Entretanto no Anexo 4, folha 7 (4.3 Trecho de Cobertura de Pedágio) não houve a consequente alteração, mantendo em 29,240 km a TCP inicial de Pista Simples, que deveria ser alterado para 30,78 km e a TCP de Pista Dupla de*

55,880 km para 55,34 km. Desta forma, o Anexo 4 está em desacordo com as obras de duplicação, não considerando a cobrança de tarifa de pista dupla para o trecho após a conclusão da obra. Pergunta-se: a proponente deve considerar a tarifa de pista dupla para este trecho após a conclusão da obra de duplicação? Prevalece a interpretação estipulado no ponto 4.2, da folha 6 do anexo 4 (aplicando a cada ano o cálculo correspondente, independente do estipulado na tabela 4.3 da folha 7 do anexo 4)?”

*Ref: Anexo 07 e Anexo 04*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** As propostas devem ser elaboradas considerando-se os investimentos previstos no quadro de diretrizes para a elaboração do Plano Original de Investimentos do Anexo VII do Contrato e o item 4.3 do Anexo IV do Contrato.

Em sendo verificado evento que desencadeie o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, em relação às obrigações previstas no Anexo VII da Minuta do Contrato, ou quanto ao disposto no item 4.3 do Anexo IV, por motivo de readequação ou replanejamento do Plano de Investimentos vigente e/ou identificação da necessidade de exclusão e/ou novos investimentos, bem como de eventuais diferenças tarifárias daí decorrentes, as partes deverão observar e seguir o procedimento para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro descrito no Contrato de Concessão.

Por fim, durante a execução do contrato será seguida a regra geral de cobrança e requalificação de tarifas prevista no item 4.2, do Anexo IV ao Contrato.

**272º Questionamento:** “Considerando as áreas de limpeza e a extensão dos trechos a duplicar (7.1.1 Relatório CAPEX - Rodovia dos Calçados), verifica-se larguras muito pequenas (entre 1,4m e 6,7m) para execução de limpezas, em

*alguns casos até menores que a largura dos equipamentos convencionais para este serviço. Para construir a nova pista, será necessário pelo menos 10m de largura, considerando, em alguns casos, aproveitamento da área do acostamento a demolir. Pelas normas técnicas e condições topográficas da região, não é viável executar tais atividades dentro destas especificações. Assim, pergunta-se, quais valores a proponente deverá considerar?”*

*Ref: 7.1.1 Relatório CAPEX*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** As informações prestadas no Data Room possuem caráter meramente referencial, não vinculantes e não integram o Edital.

**273º Questionamento:** *“No EVTE (anexo 21), para 9 segmentos de duplicação da SP 255/249, com extensão total de 244 km, foram dimensionados 36.321 m3 de aterro. Pergunta-se:*

*a. Essa quantidade está correta, uma vez que em uma conta simples, dividindo a quantidade prevista do aterro, pela extensão do trecho e considerando 50% de corte e 50% de aterro, temos uma espessura de 2,5 cm de aterro para esses trechos?*

*b. Há previsão de escavação de 32.673m3 de solo mole nestes trechos, assim, a previsão de 36.321 m3 de aterro seria utilizada praticamente para aterrar a região de solo mole (após a sua retirada). Então podemos considerar que não haverá aterro nas obras de duplicação para tais trechos?”*

*Ref: Anexo 21*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** As informações prestadas no Data Room possuem caráter meramente referencial, não vinculantes e não integram o Edital. As proponentes são responsáveis por suas próprias estimativas.



**274º Questionamento:** “No EVTE (anexo 21), para 9 segmentos de duplicação da SP 255/249, com extensão total de 244 km, foram dimensionados 525.784 m3 de escavação e carga de material de primeira e segunda categoria. Tal valor é insuficiente para a execução de 244 km de duplicação, pergunta-se, desta forma, quais valores a proponente deverá considerar?”

*Ref: Anexo 21*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** As informações prestadas no Data Room possuem caráter meramente referencial, não vinculantes e não integram o Edital. As proponentes são responsáveis por suas próprias estimativas.

**275º Questionamento:** “ANEXO 7 - Item 3.3.2.1 Posto Geral de Fiscalização (PGF). O item estabelece que: “A CONCESSIONÁRIA deverá implantar, num prazo de 24 (vinte e quatro) meses contados a partir da Data de assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL, 2 PGF’s” e o QUADRO – DIRETRIZES PARA PLANO ORIGINAL DE INVESTIMENTOS, pagina 55, estabelece que na SP 255, a implantação de PGF deverá ocorrer no 1º ano. Pergunta-se: qual o prazo a proponente deverá considerar para execução, 1 ano ou 24 meses?”

*Ref: Anexo 07*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Deverá ser implantado conforme item 3.3.2.1. do Anexo VII.

**276º Questionamento:** *“Nas páginas 10 a 13 do TOMO I, do Estudo de Viabilidade Técnica Econômico Financeiro – Componente de CAPEX, temos a Tabela 2-3 que apresenta os quantitativos de serviços previstos para as obras de duplicação, bem como o custo unitário adotado. Dividindo os quantitativos apresentados pela extensão dos segmentos a duplicar, apresentamos os seguintes questionamentos:*

*a. Em limpeza do terreno, a largura por km é de 1,40 m a 6,7 m, sendo em média 3,10 m para os 275 km de duplicação, esses quantitativos estão bem abaixo do necessário para atender a seção do projeto funcional, esses quantitativos estão de acordo com o projeto funcional disponibilizado?*

*b. Em escavação de material de 1ª/2ª categoria, somando o volume escavado e dividindo pela área de pavimentação, pista – 7,20 m + acostamento 2,50 m, obtemos a altura de escavação de 0,21 m a 0,23 m, sendo em média 0,22 m a altura de escavação. Assim, os 275 km de duplicação são homogêneos?*

*c. Em transporte de material de 1ª/2ª categoria, foi considerado o transporte até 1 km, calculando o volume transportado pelo volume escavado, obtemos o DMT de 0,50 km que foi aplicado em todos os segmentos. Assim, os 275 km de duplicação são homogêneos?*

*d. Em compactação de aterro maior/igual 95%, somando o volume de aterro e dividindo pela extensão do seguimento, obtemos valores de compactação de 142 a 151 m³ por quilometro, sendo em média 149 m³ o volume de compactação. Assim, os 275 km de duplicação são homogêneos? Como o quantitativo de escavação é muito superior ao de compactação, para onde está sendo levado o material excedente, com um DMT de 0,5 km?*

*e. Em pavimentação da pista, obtemos a largura da pista de 7,20 m e constatamos que não foi considerada a faixa de segurança e que a mesma não foi computada em nenhum serviço que compõe a estrutura do pavimento.*

f. Em pavimentação do acostamento, obtemos a largura de 2,50 m e constatamos que faltou considerar o acostamento nos segmentos de pista simples que atualmente não possuem acostamento. No anexo 7 do contrato temos o item implantação de acostamento, sendo que no anexo 21 do contrato temos 9 segmentos do qual o trecho a duplicar não faz parte de nenhum. Trata-se de erro do edital?

g. Em pavimentação de acostamento nos segmentos da SP-255, foi constatada a inexistência de imprimação impermeabilizante. Trata-se de erro do edital?

h. Em pavimentação de acostamento nos segmentos da SP-318, foi constatada a ausência da pintura de ligação. Trata-se de erro do edital?

i. Todos os itens de drenagem de todos os segmentos foram considerados quantitativos por km idênticos em todos os segmentos. Assim, os 275 km de duplicação são homogêneos?”

*Ref: TOMO I, do Estudo de Viabilidade Técnica Econômico Financeiro – Componente de CAPEX*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** As informações prestadas no Data Room possuem caráter meramente referencial, não vinculantes e não integram o Edital.

**277º Questionamento:** “Na página 36 do TOMO I, do Estudo de Viabilidade Técnica Econômico Financeiro – Componente de CAPEX temos que “As ciclovias deverão ser implantadas nos trechos urbanos, de maneira a garantir segurança ao tráfego de ciclistas. Serão implantados 71,86 quilômetros ao longo de todo o trecho Concedido”. Pelo anexo 21 temos o valor de R\$ 9,288 MM, o que resulta em um valor de R\$ 129.250 por quilometro, no anexo 7 do contrato temos “Denominam-se ciclovias área específica segregada do fluxo de

veículos automotores, para circulação de ciclistas em duas mãos de direção, pavimentada, sinalizada e com proteção por barreiras de concreto e/ou defensas metálicas”. Pergunta-se: o valor considerado no EVTE é apenas para a implantação da ciclovia e não inclui a implantação de dispositivo de segurança nas ciclovias a serem implantadas?”

*Ref: TOMO I, do Estudo de Viabilidade Técnica Econômico Financeiro – Componente de CAPEX*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Os custos de implantação de ciclovias incluem a implantação de dispositivos de sinalização e segurança e deverão ser considerados pelos Proponentes quando da apresentação das propostas.

**278º Questionamento:** “Na página 18 do TOMO I, do Estudo de Viabilidade Técnica Econômico Financeiro – Componente de CAPEX, temos que “Deverão ser implantados acostamentos em todas as vias onde hoje ele não existe ou então encontra-se sem pavimentação.” A Tabela 2-23 apresenta o quantitativo de quilômetros a ser implantado ao longo do trecho.

O item também dispõe que “A estrutura proposta para a implantação de acostamento, foi apenas um Tratamento Superficial Duplo, de maneira a obter um custo menor. O valor orçado para a implantação do quilômetro de acostamento nessas condições é de R\$42,6 mil/km, resultante da utilização de uma composição de serviços considerando os custos unitários (TPU-DER (março-2016) ou SICRO2-DNIT (Janeiro-2016, corrigido com o INCC para março-2016))”. Pergunta-se:

- a. Por que não foi disponibilizado a composição do acostamento?
- b. Por que não foi disponibilizado a composição do acostamento?
- c. Qual a largura do acostamento considerada nesses segmentos?

- d. Qual a estrutura de pavimento considerado para utilizar TSD como
- e. Qual a espessura de TSD foi adotada para se obter R\$ 42,6 mil/km?
- f. Em visita ao local das obras de duplicação, foi constatada a inexistência de acostamento. Esses serviços (implantação de acostamento) não estão previstos nem na tabela acima, nem nas obras de duplicação. Pergunta-se: haverá necessidade de implantar acostamento nestes trechos? Havendo necessidade da implantação, ele poderá ser feito com tratamento superficial duplo?”

*Ref: TOMO I, do Estudo de Viabilidade Técnica Econômico Financeiro – Componente de CAPEX*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** As informações prestadas no Data Room possuem caráter meramente referencial, não vinculantes e não integram o Edital. Para elaboração da proposta, devem ser considerados os investimentos previstos no EVTE, conforme diretrizes dos Anexos V, VI e VII.

**279º Questionamento:** “O Contrato prevê, dentro do range de receitas acessórias, um item importante que é a exploração das ocupações na faixa de domínio, entre elas: antenas de celular, fibra óptica e outros. A exploração de tais atividades foi regulamentada pela Portaria ARTESP nº 18, de 22/11/2010, onde são fixados os valores máximos de remuneração pelo uso da faixa de domínio em rodovias concedidas, e, recentemente, pela Lei de Compartilhamento (Lei 13.116/2015). O art. 12 da referida lei dispõe que “Não será exigida contraprestação em razão do direito de passagem em vias públicas, em faixas de domínio e em outros bens públicos de uso comum do povo, ainda que esses bens ou instalações sejam explorados por meio de concessão ou outra forma de delegação, excetuadas aquelas cujos contratos decorram de licitações anteriores à data de promulgação desta Lei”.

*Considerando o disposto na Lei de Compartilhamento, entendemos que não será possível, nos próximos contratos, a cobrança das ocupações de Fibra óptica, Antenas de celular. Está correto o entendimento?”*

*Ref: Contrato, cláusula 11.2(iv).*

*11.2. Constituem fontes de RECEITAS ACESSÓRIAS o seguinte rol exemplificativo:*

*iv. Cobrança pelo uso da FAIXA DE DOMÍNIO, na forma regulamentada pelo Poder Público*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento da ARTESP é que tal disposição legal não se aplica aos serviços públicos e às concessões estaduais, tendo aplicação restrita às rodovias federais, dada a ausência de competência federal para legislar sobre serviços públicos estaduais. Não obstante esse entendimento da ARTESP, é risco exclusivo da Concessionária variações de receitas, investimentos, custos e despesas relacionados a serviços que gerem receitas acessórias, conforme Cláusula 19.1, (vii) e (viii), do Contrato.

**280º Questionamento:** *“A Lei Estadual nº 8.900/1994 dispõe sobre a colocação de anúncios em terrenos adjacentes às estradas de rodagens estaduais. Nos termos de seu artigo 2º, parágrafo único, ficam excetuados de suas determinações apenas as áreas urbanas, nos seguintes termos: “Artigo 2.º - As disposições desta lei aplicam-se a todas as rodovias estaduais, inclusive as administradas pelas concessionárias, subconcessionárias, operadoras ou as privatizadas. Parágrafo único - Não estão sujeitos às determinações desta lei os anúncios instalados em áreas urbanizadas às rodovias ou nas suas marginais”. Desse modo, entendemos que a*

concessionária terá o direito de cobrar os painéis em áreas rurais. Está correto o entendimento? Qual a orientação da Artesp?”

*Ref: Contrato, cláusula 11.2.*

*11.2. Constituem fontes de RECEITAS ACESSÓRIAS o seguinte rol exemplificativo:*

*i. Cobrança por publicidade permitida em lei, na forma regulamentada pelo Poder Público;*

*ii. Indenizações e penalidades pecuniárias previstas nos contratos celebrados entre a CONCESSIONÁRIA e terceiros;*

*iii. Cobrança de implantação e manutenção de ACESSOS, na forma regulamentada pelo Poder Público;*

*iv. Cobrança pelo uso da FAIXA DE DOMÍNIO, na forma regulamentada pelo Poder Público;*

*v. Receitas decorrente do uso comercial de sistema eletrônico de rede de dados, inclusive o previsto no ANEXO V, ou outro que seja posto à disposição dos USUÁRIOS;*

*vi. Receitas decorrentes da prestação de SERVIÇOS COMPLEMENTARES;*

*vii. Outras receitas cabíveis e permitidas pela legislação em vigor, inclusive aquelas decorrentes da exploração de atividades relacionadas a esta CONCESSÃO que venham a ser auferidas por partes relacionadas, com fundamento em instrumentos jurídicos firmados com a CONTRATADA.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** A cobrança será possível nos termos da Lei Estadual nº 8.900/1994.



**281º Questionamento:** “No Anexo 7 do Contrato (item 3.3.2.1) é informado que na 2ª Fase a concessionária deverá adequar 4 PGFs existentes. No entanto, no Anexo 2 do Contrato (Sistema Rodoviário), constam apenas 2 PGFs no Sistema Remanescente (Km 250 da SP 330 e Km 333,5 da SP 334). Além disso, na 1ª Ata de Esclarecimentos, em resposta ao 4º Questionamento, considera-se a existência de 2 PGFs no Sistema Existente e 2 no Sistema Remanescente. Favor esclarecer qual a quantidade correta e a localização dos PGFs existentes no Sistema Remanescente (Fase 2).”

*Ref: Anexo VII do Contrato - Item 3.3.2.1 / Anexo II do Contrato.*

*(Anexo 7)*

### *3.3.2.1 Posto Geral de Fiscalização (PGF)*

*Para a 1ª Fase a CONCESSIONÁRIA deverá implantar, num prazo de 24 (vinte e quatro) meses contados a partir da Data de assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL, 02 (dois) PGFs sendo um na pista Sul e outro na pista Norte da Rodovia SP 255. As localizações dos PGFs são sugeridas no Anexo 02 – SITUAÇÃO ATUAL, porém poderão ser realocadas conforme sugestão da CONCESSIONÁRIA, mediante autorização prévia da ARTESP.*

*Caberá à CONCESSIONÁRIA elaborar os projetos completos dos PGF e submetê-los à aprovação da ARTESP. Na elaboração dos projetos deverão ser observados: normas de circulação, acessos, estacionamentos, etc. e toda infraestrutura para a fiscalização.*

*Sempre que possível e quando as condicionantes físicas, construtivas e operacionais assim permitirem, o PGF deverá ser previsto para ser implantado em locais próximos às saídas de Praças de Pedágio. Nesta configuração, a Balança Seletiva de Pesagem em Movimento em pista deverá ser instalada em local de aproximação da Praça de Pedágio permitindo que todos os veículos que atravessarem determinada praça de pedágio sejam previamente pesados*

*e, se for o caso, direcionados ao PGF para pesagem na balança de precisão. Esta configuração também permitirá futuras adaptações e melhorias no sistema de arrecadação que possam vir a ser incorporadas nas revisões ordinárias de contrato.*

*Para a 2ª Fase, a CONCESSIONÁRIA deverá implantar, num prazo de 12 (doze) meses contados a partir da Data de assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA REMANESCENTE, o Sistema de Pesagem Seletiva em Movimento em pista posicionado anteriormente aos PGFs existentes (4 PGFs), adaptando-os ao novo modelo de PGF proposto, conforme descrito no Anexo 5. Os projetos deverão ser previamente aprovados pela ARTESP.*

*Ao longo de toda a Concessão, os equipamentos de pesagem de veículos que compõem os PGFs não poderão ter mais de 10 (dez) anos de idade e deverão sempre ser mantidos em bom estado de conservação e operação.*

*Na Data de assinatura do Termo de Recebimento Provisório, conforme regrado no Anexo 10, os equipamentos deverão apresentar, na média, 5 (cinco) anos de idade.*

*Para elaboração do projeto do PGF, a CONCESSIONÁRIA deverá observar as seguintes premissas mínimas:*

*Módulo de Balança:*

- Extensão total das pistas: 500 (quinhentos) metros, desde o acesso ao PGF (final da faixa de desaceleração) até o retorno às pistas (início da faixa de aceleração), após a balança de precisão;*
- Extensão entre o início do PGF (final da faixa de desaceleração) até a balança de precisão: 400 (quatrocentos) metros;*

- *Extensão entre a balança de precisão e o início da última alça de saída para a pista (faixa de aceleração): 100 m (cem metros), mais a faixa de aceleração;*
- *Capacidade do estacionamento para veículos com sobrecarga: 12 (doze) vagas de 5 (cinco) metros por 25 (vinte e cinco) metros;*
- *Instalações operacionais: área total de 192 m<sup>2</sup> (cento e noventa e dois metros quadrados), subdividida nas seguintes dependências: recepção e atendimentos, sala de operação e autuação, sala de coordenação e controle, sala para funcionários envolvidos em eventuais operações especiais, sala de máquinas, sanitários e vestiários, copa e depósito;*
- *Instalações para Usuários: área total de 20 m<sup>2</sup> (vinte metros quadrados), subdividida nas seguintes dependências: sala de descanso e sanitários.*

*Módulo de Fiscalização e Apreensão de Veículos de Transporte de Produtos Perigosos:*

*A CONCESSIONÁRIA deverá elaborar os projetos completos do Módulo de Fiscalização e Apreensão de Veículos de Transporte de Produtos Perigosos de acordo com o Projeto ABNT NBR 14095, ou outro que venha a substituí-lo, e submetê-los à aprovação da ARTESP.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Deverá ser implantado conforme item 3.3.2.1 do Anexo VII.

**282º Questionamento:** *“Durante a visita técnica realizada ao trecho de concessão em conjunto com a ARTESP, dia 28/03, foi possível identificar que os locais mencionados no Edital como PGF no Trecho Remanescente se caracteriza como uma Balança Móvel e não como um PGF, no qual não há prédio operacional, estacionamento, sinalização e nem equipamentos de pesagem seletiva e nem fixa.*

Com isso, gostaríamos de saber se estas bases PGF existentes no Trecho Remanescente (fase 2) serão entregues em conformidade com as portarias e especificações vigentes, tais como:

(i) DENATRAN - PORTARIA Nº 870 DE 26 DE OUTUBRO DE 2010;

(ii) INMETRO - Portaria n.º 47, de 22 de janeiro de 2016;

(iii) Balança dinâmica de precisão (Pesagem Fixa);

(iv) Balança seletiva;

(v) Sinalização operacional;

(vi) Prédio para posto operacional, estacionamento, etc.”

*Ref: Anexo VII do Contrato. N/A*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Conforme item 19.2 xviii da Minuta do Contrato, é risco do Poder Concedente o tratamento de passivos que tenham sido identificados pela Concessionária, nos termos do Anexo XVIII da Minuta do Contrato.

**283º Questionamento:** “No Anexo 07 do Contrato, na sua página 59, a tabela indica obra de recapeamento de pavimento na SP-255 nos anos 2 ao 3, 8 ao 10, 18 ao 20 e 28 ao 30. Como existe um trecho da SP-255 que é já concessionado, portanto pertence ao Sistema Remanescente, entendemos que, a 1ª intervenção (realizada nos anos 2 ao 3) nesta rodovia não contempla a parte concessionada. Nosso entendimento está correto?”

*Ref: Anexo VII do Contrato - Folha 59 de 66. N/A*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento está correto.

**284º Questionamento:** “A SPA 321/334 e SPA 334/334 atualmente são em terra. O Anexo 7 prevê a pavimentação destas SPAs apenas nos anos 8º e 9º (vide páginas 53 e 54). No entanto, no mesmo Anexo 07 (página 58), está previsto o recapeamento nestas duas rodovias de acesso nos anos 5º a 6º, 15º a 16º e 25º a 26º. Entendemos que não é possível recapear uma rodovia que não tem pavimento e, portanto, não haverá obra de conserva especial nos anos 5º e 6º. Nosso entendimento está correto?”

*Ref: Anexo VII do Contrato - Folhas 53, 54 e 58. N/A*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Não está correto o entendimento. Deverá ser executada a conservação especial para vias em terra / revestimento primário para manutenção dos padrões de qualidade definidos no edital (Anexo VI, item 3.2.1 do contrato).

**285º Questionamento:** “A execução do PAI, de acordo com o EVTEA e o Anexo 7, está dividida em 2 anos, anos 2 a 3. Adicionalmente, no EVTEA, o valor previsto de verba é igual nos dois anos. Já no Anexo 6, menciona-se que o prazo de execução é de 360 dias. Favor esclarecer o prazo de execução do PAI: 12 meses ou 24 meses?”

*Ref: Anexo VI do Contrato - Item 1.4 / Anexo VII do Contrato - Página 53 / Anexo XXI do Contrato – EVTEA.*

*(Anexo 6)*

#### *1.4. Execução do PAI*

*Os serviços e investimento descritos no PAI deverão ser iniciados imediatamente após a assinatura do Termo de Transferência do Sistema*

*Remanescente, devendo estar concluídos num prazo máximo de 360 (trezentos e sessenta) dias.*

*Cada atividade descrita para o PAI deverá ser concluída nas datas limites estabelecidas no Quadro “Cronograma Referencial do PAI” apresentado na sequência. O atraso nas datas estabelecidas para cada atividade configurará descumprimento contratual, sob pena de sanções previstas no Contrato de Concessão e, especialmente, no Anexo XI.*

*Todos os trabalhos acima enumerados, a serem executados pela Concessionária, deverão ser realizados por equipes especializadas, devidamente treinadas, uniformizadas e equipadas com dispositivos de sinalização de obras nas pistas, visando garantir a segurança e fluidez do tráfego e dos trabalhadores, durante os serviços.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O prazo de execução do PAI é de 12 meses.

**286º Questionamento:** “O Anexo 5 –subitem 5.2.5 Painel de Mensagens Variáveis (PMVs) determina que: “Na 2ª Fase a CONCESSIONÁRIA deverá manter, revitalizar e operar também o Sistema de Mensagens Variáveis instalado e em condições de operação no SISTEMA REMANESCENTE.”

*Com base nesta determinação, pedimos esclarecimentos sobre a possibilidade de aproveitamento dos PMVs já existentes no Trecho Remanescente (2ª Fase), desde que respeitado a vida útil destes equipamentos e os níveis de serviços acordados (SLA), para atendimento da quantidade de PMVs solicitada pelo Anexo 7 – Subitem 3.3.4.6: “Para a 2ª Fase, deverão ser implantados no mínimo mais 6 (seis) Painéis Eletrônicos para Mensagens Variáveis do tipo Fixo, conforme descrição no Anexo 05 - SERVIÇOS CORRESPONDENTES A FUNÇÕES OPERACIONAIS, que poderão ser alocados tanto nos trechos do SISTEMA EXISTENTE quanto nos trechos do SISTEMA REMANESCENTE.”*

*Ref: Anexo V – subitem 5.2.5 / Anexo VII – Subitem 3.3.4.6. (ANEXO 5) 5.2.5 Painel de Mensagens Variáveis (PMVs)*

*Na 1ª Fase a CONCESSIONÁRIA deverá implantar, manter, revitalizar e operar Sistema de Mensagens Variáveis. Na 2ª Fase a CONCESSIONÁRIA deverá manter, revitalizar e operar também o Sistema de Mensagens Variáveis instalado e em condições de operação no SISTEMA REMANESCENTE. O sistema de PMVs tem por finalidade transmitir de forma clara e sucinta, informações e orientações aos motoristas que trafegam pela rodovia. As mensagens a serem veiculadas pelos PMVs podem ser classificadas em:*

- Mensagens de advertência;*
- Mensagens de orientação;*
- Mensagens institucionais.*

*As mensagens de advertência têm por objetivo alertar os Usuários da rodovia sobre condições adversas de trânsito em determinados locais (obras, desvios, acidentes, neblina, etc.), sendo que tais mensagens devem ser veiculadas com conteúdo informativo devido, em locais e por meio das formas apropriados (por meio dos PMVs e, ainda, pelos demais meios disponíveis, tais como site da CONCESSIONÁRIA), que permitam, na medida do possível e do razoável e diante das condições informadas, reação do Usuário quanto à decisão de trafegar no trecho impactado.*

*As mensagens de orientação têm por objetivo educar os Usuários para um comportamento adequado enquanto na rodovia ou ainda orientar os Usuários quanto às ações a serem adotadas em determinados locais sinalizados da rodovia. As mensagens institucionais visam fornecer informações de interesse da ARTESP ou da CONCESSIONÁRIA a respeito de melhorias implantadas, objetivos alcançados e metas a serem atingidas na operação, conservação e ampliação do Sistema Rodoviário, entre outras.*



*As mensagens devem ter tratamento sistêmico, ou seja, ter código identificador por tipo de mensagem.*

*Os PMVs serão de dois tipos: fixo, instalado em pórtico sobre a rodovia, e móvel, instalado em carreta ou veículo apropriado.*

*As mensagens dos PMVs fixos serão veiculadas a partir do CCO, que terá controle online sobre todos esses equipamentos instalados no Sistema Rodoviário.*

#### *(ANEXO 7) 3.3.4.6 Painel de Mensagem Variável (Fixo e Móvel)*

*Para a 1ª Fase, deverão ser implantados, num prazo de 12 (doze) meses a partir da Data de assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL, no mínimo 4 (quatro) Painéis Eletrônicos para Mensagens Variáveis do tipo Fixo no trecho do SISTEMA EXISTENTE, conforme Anexo 05 - SERVIÇOS CORRESPONDENTES A FUNÇÕES OPERACIONAIS. A localização desses equipamentos deve ser previamente apresentada pela CONCESSIONÁRIA e aprovada pela ARTESP. Para a 2ª Fase, deverão ser implantados no mínimo mais 6 (seis) Painéis Eletrônicos para Mensagens Variáveis do tipo Fixo, conforme descrição no Anexo 05 - SERVIÇOS CORRESPONDENTES A FUNÇÕES OPERACIONAIS, que poderão ser alocados tanto nos trechos do SISTEMA EXISTENTE quanto nos trechos do SISTEMA REMANESCENTE. A localização e o cronograma de implementação desses equipamentos devem ser previamente apresentados pela CONCESSIONÁRIA, num prazo de 18 (cento e oitenta) dias contados a partir da Data de assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA REMANESCENTE, e aprovados pela ARTESP. Os equipamentos a serem instalados no SISTEMA REMANESCENTE devem ser implementados num prazo de 12 (doze) meses contados a partir da Data de assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA REMANESCENTES, enquanto que aqueles que serão localizados em novas pistas previstas no Plano Original de Investimentos, devem ser*

*implementados quando do fim das obras de duplicação, sendo certo que o início de operação dessas novas pistas deve acontecer com esses equipamentos já instalados e em operação. Na 1ª Fase, deverão ainda adquirir no mínimo 07 (sete) Painéis de Mensagens Variáveis Móveis, sendo 04 (quatro) num prazo de 12 (doze) meses e 03 (três) num prazo de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da Data de assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL. Ao longo de toda a Concessão, os Painéis de Mensagem Variável (Fixo e Móvel) não poderão ter mais de 10 (dez) anos de idade e deverão sempre ser mantidos em bom estado de conservação e operação. Na Data de assinatura do Termo de Recebimento Provisório, conforme regrado no Anexo 10, todos os Painéis de Mensagem Variável (Fixo e Móvel) deverão apresentar, na média, 5 (cinco) anos de idade.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** No Anexo VII, subitem 3.3.4.6 estão previsto no mínimo 6 painéis além dos já implantados no Sistema Remanescente.

**287º Questionamento:** “O Anexo 05 do Contrato, item 10, p. 59, prevê que “A CONCESSIONÁRIA deverá garantir ao usuário a comunicação com o CCO através do Sistema Eletrônico de Troca de Informações com o Usuário via Rede de Dados sem fio (Intranet sem fio corporativa, de uso aberto e gratuito aos usuários, sem acesso à internet), com cobertura de 100% da malha viária concedida”.

*A Concessionária, para garantir ao usuário a comunicação com o CCO através do Sistema Eletrônico de Troca de Informações com o Usuário via Rede de Dados sem fio, poderá formar parcerias com as operadoras de sistema de telefonia móvel ou empresas que fornecem serviços de navegação via satélite (exemplo: GoogleMaps, Waze)? Existindo a possibilidade de formar parcerias com as operadoras de sistema de telefonia móvel, a concessionária poderá*

*implantar repetidores de sinais permitindo a cobertura de 100% da malha rodoviária concedida?*

*Se houver Rede de Dados sem fio a ser disponibilizada pela concessionária, esta poderá ser explorada de forma a prover outros serviços complementares, podendo inclusive vir a gerar receita acessória para a empresa?”*

*Ref: Anexo V do Contrato - item 10.*

## **10 SISTEMA ELETRÔNICO DE TROCA DE INFORMAÇÕES COM O USUÁRIO VIA REDE DE DADOS**

*A CONCESSIONÁRIA deverá garantir ao usuário a comunicação com o CCO através do Sistema Eletrônico de Troca de Informações com o Usuário via Rede de Dados sem fio (Intranet sem fio corporativa, de uso aberto e gratuito aos usuários, sem acesso à internet), com cobertura de 100% da malha viária concedida.*

*Deverão ser desenvolvidos aplicativos para uso em dispositivos móveis (smartphone, tablet e outros), que garantam, no mínimo, a comunicação do usuário com o CCO da Concessionária com as seguintes funcionalidades:*

*(i) Acionamento de “botão de alerta” em situações de emergência por parte do usuário (com funções de geolocalização), automaticamente interligado ao sistema de controle de eventos do CCO;*

*(ii) Atendimento ao usuário via tecnologia de áudio-conferência, videoconferência ou outra que venha a ser proposta e aprovada pela ARTESP. Deverá ser previsto software para gerenciamento e armazenamento das informações e dados relativo aos atendimentos realizados;*

*(iii) Veiculação de notícias relacionadas com a operação do sistema viário e serviços para o usuário.*

*Deverá ser prevista a integração sistêmica e arquitetura de dados alinhados com o CCI e compatíveis com as tecnologias definidas e adotadas pela ARTESP que suporte todas as demandas existentes e futuras, caso ocorram.*

*As funcionalidades e informações a serem coletadas e/ou divulgadas relacionadas a este sistema, deverão passar pela aprovação e determinações prévias da ARTESP.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Sempre com autorização prévia e expressa da ARTESP a Concessionária poderá:

- a) formar parcerias com empresas que fornecem serviços de navegação via satélite;
- b) firmar parcerias com as operadoras de sistema de telefonia móvel, desde que atenda os requisitos de devolução previstos no Anexo X do Contrato;
- c) Implantar repetidores de sinais e/ou explorar rede de dados sem fio, desde que sejam observadas as diretrizes de ocupação de faixa de domínio, conforme previsto contratualmente, podendo inclusive gerar receita acessória.

**288º Questionamento:** *“Por se tratar de um serviço delegado e, portanto, cuja prestação fora transferida à CONCESSIONÁRIA, entendemos que, uma vez atendidos os parâmetros de desempenho previstos no CONTRATO que garantem a prestação adequada de tais serviços, o detalhamento sobre a composição e organização da força de trabalho (funções e quantidade de funcionários) podem ser livremente dispostas pela CONCESSIONÁRIA. Nesse sentido, entendemos que as disposições constantes da Cláusula 3.2.1.3 f) são meramente referenciais e poderão, a critério da CONCESSIONÁRIA, ser objeto de adequações para garantir a adequação na prestação dos serviços. Esse entendimento está correto?”*

*Ref: Anexo V do Contrato - Item 3.2.1.3 (f). 3.2.1.3 Especificações para os Sistemas Automático e Semiautomático*

*(...)*

*f. Premissas para Desenvolvimento do Projeto*

*Na sua concepção, as seguintes premissas devem ser atendidas pelo projeto, 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante todos os dias da semana, inclusive feriados e fins de semana*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento está correto, desde que seja mantido o quantitativo mínimo de colaboradores estabelecido na Cláusula.

**289º Questionamento:** “No anexo 7, Item 3.3.9.Faixas Adicionais, entendemos que faixas adicionais para manter o nível de serviço que não estão inseridas neste anexo, serão objeto de reequilíbrio econômico-financeiro. Está correto este entendimento?”

*Ref: Anexo VII do Contrato. 3.3.9 Faixas Adicionais*

*A CONCESSIONÁRIA ficará responsável pela implantação das Faixas Adicionais previstas no Plano Original de Investimentos, o qual deverá contemplar todos os investimentos especificados neste Anexo, às suas expensas e sob sua responsabilidade.*

*Nos demais casos, a CONCESSIONÁRIA deverá avaliar a possível implantação de faixas adicionais ascendentes contínuas, em trechos definidos por determinado greide, ao longo da rodovia integrante do Sistema Rodoviário ou em segmentos da via definidos por determinada demanda de tráfego, onde não houver, sempre que as condições operacionais, conforme indicado no item*

*3.2.1., assim exigirem. Deverão ser seguidos os conceitos do item 3.2., bem como a IP-00.000.000-0-A24/001 Rev. 0, ou outra que a substitua ou altere.*

*A implantação dessas faixas deverá ser executada com o objetivo de impedir que qualquer trecho das vias do Sistema venha a superar 50h/ano operando nos níveis de serviço "E" e "F", em acordo com os critérios estabelecidos na IP-00.000.000-0- A23/001 Rev.0, ou outra que a substitua ou altere.*

*A necessidade de eventuais ampliações decorrentes da manutenção do nível de serviço acima descrito deverá ser avaliada pela CONCESSIONÁRIA e submetida à prévia aprovação da ARTESP, inclusive com apresentação de Projeto Executivo e respectivo orçamento, contendo indicação dos custos necessários para implantação, operação e conservação desta Ampliação, apontando à ARTESP a exata medida do eventual desbalanceamento do equilíbrio econômico financeiro do CONTRATO de CONCESSÃO.*

*Em sendo verificado evento que desencadeie o desequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO da CONCESSÃO, em função da execução da ampliação a ser implantada pela CONCESSIONÁRIA, fica a CONCESSIONÁRIA sujeita ao regramento estabelecido no Contrato para início do procedimento de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.*

*Os valores de custos unitários a serem adotadas devem ter como base a TPU DER mais atualizada ao momento do investimento em questão.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Está correto o entendimento. Deve-se considerar a obrigação da Concessionária de elaboração de estudos (elaboração de projeto funcional e orçamento referencial), com alimentação no sistema SISDEMANDA, e a disponibilização de documentação para consulta e análise da ARTESP quando do atingimento de serviço D, conforme item 3.2.1, do Anexo VII, do Contrato e Cláusula 24.7.1, da Minuta do Contrato. Sem prejuízo

de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato em caso de necessidade de investimento adicional para a ampliação de capacidade.

**290º Questionamento:** *“Entendemos que o termo Sistema de Cobrança Eletrônica (AVI) refere-se apenas aos usuários das pistas automáticas com TAG. Favor confirmar nosso entendimento.”*

*Ref: Anexo IV do Contrato - Item 4.2.*

*4.2. As tarifas de cada praça de pedágio são definidas tendo como referência uma tarifa quilométrica base definida para o mês de março de 2016, cujos valores foram considerados na elaboração do estudo de viabilidade financeira e têm como valor de referência R\$ 13,74/100 km (treze reais e setenta e quatro centavos por cada cem quilômetros), bidirecional, pista dupla e do Sistema Operacional de Cobrança Manual, equivalente a uma tarifa de R\$ 9,81/100 km (nove reais e oitenta e um centavos por cada cem quilômetros) para pista simples.*

*A cobrança pelo Sistema de Cobrança Eletrônica (AVI) deverá considerar um desconto mínimo de 5% (cinco por cento) em relação aos valores praticados no Sistema Operacional de Cobrança Manual, considerando as regras de arredondamento previstas no item 5 deste ANEXO.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** O entendimento está correto

**291º Questionamento:** *“No item 3.3.14 do Anexo 7 do Contrato está prevista a implantação/readequação de iluminação em todo o trecho da concessão, tal investimento não está previsto no Quadro 9B EVTE, contudo, deverá ser previsto em proposta. Está correto nosso entendimento? E caso seja necessário o reequilíbrio, qual será o valor a ser utilizado para este cálculo?”*



*Ref: Anexo VII do Contrato - item 3.3.14.*

### *3.3.14 Iluminação Pública*

*A CONCESSIONÁRIA deverá implantar iluminação pública, às suas expensas, em todos os trechos de rodovia integrante do Sistema Rodoviário que atravessem núcleos urbanos lindeiros e trechos em serra de forma integral, interseções em nível, travessias de pedestres e ciclistas, pontos de ônibus e acessos principais.*

*Se for identificado algum ponto crítico de acidentes, mesmo que esteja fora de trecho urbano ou serra, este também deverá ser iluminado, assim como todas as O.A.E.s que também forem utilizadas por pedestres para transposição da rodovia integrante do Sistema Rodoviário. Deverão ser seguidas as normas e padrões vigentes da ABNT NBR 5101 – Iluminação Pública e NBR 14744 – Postes de Aço para Iluminação e demais normas pertinentes.*

*A CONCESSIONÁRIA, com base nas inspeções realizadas, deverá prever em sua Proposta recursos para a execução desse item, sendo que a implantação ao longo do Prazo da CONCESSÃO não se limita a esse valor.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** A implantação/readequação da iluminação foi prevista no PAI e PII do EVTE, devendo constar da proposta.

**292º Questionamento:** “No item 3.3.13 do Anexo 7 do Contrato está prevista a implantação/regularização de pontos de ônibus em todo o trecho da concessão, tal investimento não está previsto no Quadro 9B EVTE, contudo, deverá ser previsto em proposta. Está correto nosso entendimento? E caso seja necessário o reequilíbrio, qual será o valor a ser utilizado para este cálculo?”

*Ref: Anexo VII do Contrato - item 3.3.13.*

### *3.3.13 Pontos de Parada de ônibus*

*A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar o cadastro de todos os locais onde for verificado o atendimento ao transporte público (regular ou não). O cadastro seguirá modelo a ser fornecido pela ARTESP e deverá contar no mínimo com registro fotográfico, localização, georreferenciamento, caracterização e contagem de paragens e embarque/desembarque. Esse estudo deverá ser desenvolvido no período de 360 (trezentos e sessenta dias), contados a partir da data de assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL.*

*Após os 360 (trezentos e sessenta) dias contados da data de assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA REMANESCENTE o cadastro de todos os locais onde for verificado o atendimento do transporte público (regular ou não) do SISTEMA REMANESCENTE deverá ser fornecido pela concessionária nos mesmos moldes do SISTEMA EXISTENTE.*

*Para identificação dos pontos que precisam ser regularizados, a CONCESSIONÁRIA deverá seguir o seguinte critério: paragem mínima de 5 (cinco) por hora pico ou o movimento mínimo de embarque/desembarque de 10 (dez) passageiros por hora pico.*

*Nos casos em que haja necessidade de regularização dos pontos de parada de ônibus, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar o cronograma e o projeto funcional para avaliação e aprovação da ARTESP nos dois primeiros meses subsequentes ao período da realização dos estudos.*

*O projeto e a execução do ponto de parada de ônibus a ser regularizado, deverá se basear na Portaria SUP-DER-030/2005, do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, ou outro regulamento que vier a substituí-la, para se determinar o tamanho da baia, plataforma e cobertura, conforme o tipo de rodovia. O projeto de pontos de parada de ônibus deverá prever também a sua iluminação, bem como a sua acessibilidade, conforme determinam as normas*

*da ABNT (vigentes) NBR 9050 – Acessibilidade e NBR 5101 – Iluminação Pública, NBR 6971 – Segurança no Tráfego – Defensas Metálicas – Implantação, NBR 14885 – Segurança no Tráfego – Barreiras de Concreto e NBR 15486 - Segurança no Tráfego – Dispositivos de Contenção Viária – Diretrizes, e o Manual de Sinalização do DER/SP.*

*O cadastro deverá ser atualizado sempre que houver novas inclusões.*

*A CONCESSIONÁRIA ficará responsável pela implantação/regularização dos pontos/paradas de ônibus levantados no cadastro às suas expensas, sendo que a necessidade de implantação/regularização de novos pontos/paradas de ônibus ao longo do prazo de Concessão serão passíveis de reequilíbrio.*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** A CONCESSIONÁRIA ficará responsável pela implantação/regularização dos pontos/paradas de ônibus levantados no cadastro às suas expensas, sendo que a necessidade de implantação/regularização de novos pontos/paradas de ônibus ao longo do prazo de Concessão serão passíveis de reequilíbrio. O item deverá ser previsto em proposta conforme regramento previsto nos Anexos VI e VII do Contrato. Em eventuais casos de reequilíbrio, será utilizada a Tabela de Preços Unitários do DER/SP em sua versão mais atualizada e demais preços de mercado.

**293º Questionamento:** “Os licitantes deverão considerar que os dispositivos de proteção e segurança do Sistema Remanescente serão devolvidos pela atual Concessionária Autovias em fiel atendimento às Normas Técnicas da ABNT NBR 15486, NBR 6971 e NBR 14885?”

*Ref: Contrato. Anexo 6*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** Está correto o entendimento.

**294º Questionamento:** *“Consta no Anexo 7, no Quadro de Diretrizes para o Plano Original de Investimentos, que a SP-345 deverá ser duplicada do km 10+500 ao km 19+400 no 9º ao 10º ano. Porém, quando da visita técnica, constatou-se que o trecho em questão já está sendo duplicado. Favor confirmar tal informação. Quando da assunção do Trecho Remanescente pela futura Concessionária, esse trecho já estará duplicado?”*

*Ref: Contrato. Anexo 7*

**RESPOSTA DA COMISSÃO:** As propostas devem ser elaboradas considerando-se os investimentos previstos no quadro de diretrizes para a elaboração do Plano Original de Investimentos do Anexo VII do Contrato e o item 4.3 do Anexo IV do Contrato.

Em sendo verificado evento que desencadeie o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, em relação às obrigações previstas no Anexo VII da Minuta do Contrato, ou quanto ao disposto no item 4.3 do Anexo IV, por motivo de readequação ou replanejamento do Plano de Investimentos vigente e/ou identificação da necessidade de exclusão e/ou novos investimentos, bem como de eventuais diferenças tarifárias daí decorrentes, as partes deverão observar e seguir o procedimento para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro descrito no Contrato de Concessão.

Por fim, durante a execução do contrato será seguida a regra geral de cobrança e requalificação de tarifas prevista no item 4.2, do Anexo IV ao Contrato.

**Publique-se, conforme subitem 4.1.2 do Edital de Concorrência Pública Internacional ARTESP n. 05/2016.**

SP, 18 de abril 2017.

**KATYA MARIA RIVERO MOSCARDO**

*Presidente da Comissão Especial de Licitação*

**Tânia Gomes Lazzarini Oliveira**

**Andréa Barbosa Paradela da Gama**

**José Carlos de Moraes Rodrigues Alves**

**Michael Sotelo Cerqueira**

*Membros da Comissão Especial de Licitação*

